

O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos

The Daily Life of the Franciscan Male Community in Madeira, in the 18th and 19th Centuries: Part I – Administration and Religious Aspects

Paulo Ladeira¹

Resumo²

No arquipélago da Madeira, a presença de franciscanos, da Ordem dos Frades Menores, é conhecida desde a chegada dos primeiros povoadores portugueses, na década de 1420. Por volta de 1440, estabeleceram a primeira comunidade religiosa organizada, com a criação, no Funchal, do eremitério de São João da Ribeira. A partir desta data e ao longo dos séculos seguintes fundaram oratórios, hospícios e conventos, estando em atividade, entre a década de 30 de Setecentos e 1834, período estudado neste artigo,

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões – variante História da Madeira / História da Arte, pela Universidade da Madeira, com a tese *O Rococó na Madeira – A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico* (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998) – distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou alguns livros, artigos e roteiros de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou alguns workshops, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do ensino básico do grupo 240 (Educação Visual e Tecnológica) e encontra-se, desde o ano letivo 2019-2020, em regime de requisição na Direção Regional da Cultura / Direção de Serviços de Património Cultural / Divisão de Estudos do Património. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

² Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo; CNSPRB – Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava; CNSPSC – Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz; CON – Confrarias; CSBCL – Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos; CSCF – Convento de Santa Clara do Funchal; CSFF – Convento de São Francisco do Funchal; CSSC – Convento de São Sebastião da Calheta; GC – Governo Civil; JRPC/CON – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas / Confraria; RBJ – Recolhimento do Bom Jesus. Abreviaturas: cx. – caixa; fl(s). – fólio(s); l.º - livro; p. / pp. – página / páginas; proc. – processo.

em cinco espaços conventuais masculinos no Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Ribeira Brava, pertencentes à custódia de São Tiago Menor, criada a 5 de junho de 1683, extinta e depois reposta a 15 de setembro de 1702.

Os franciscanos viviam em comunidade conventual, com voto de obediência, castidade, caridade e pobreza, renunciando às propriedades urbanas e rústicas e ao dinheiro, vivendo das esmolas e do trabalho. As tarefas quotidianas dividiam-se em religiosas ou profanas e em rotineiras ou esporádicas, como as das épocas festivas.

Os franciscanos prestavam serviços religiosos à população como missas, ofícios, enterros, sermões e cantorias, quer realizados nos espaços conventuais, quer nas igrejas paroquiais, capelas e oratórios particulares, recebendo pelos mesmos uma esmola.

As comunidades franciscanas estavam organizadas em estrutura hierárquica, onde constavam o custódio, o guardião, discretos, leigos, etc. Para as tarefas profanas do quotidiano, internas e externas ao convento, requisitavam os serviços de moços, padeiros, cozinheiros, barbeiros, hortelãos, lavadeiras, transportadores, pedreiros, carpinteiros, etc. Estes aspectos da administração, organização e do quotidiano religioso são desenvolvidos ao longo deste artigo.

Palavras-chave: Madeira; Franciscanos; Conventos; Quotidiano; Missa; Procissão; Enterro; Ornamentos.

Abstract

In the Madeira archipelago, the presence of Franciscans, from the Order of Friars Minor, has been known since the arrival of the first Portuguese settlers in the 1420s. Around 1440, the first organised religious community was established with the creation of the hermitage of São João da Ribeira in Funchal. From this date onwards and throughout the following centuries, oratories, hospices, and convents were founded, staying active, between the 1730s and 1834 – the period studied in this article – in five male conventual spaces in Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta, and Ribeira Brava, belonging to the custody of Santiago Minor, created on 5th June 1683, extinct and then restored on 15th September 1702.

The Franciscans lived in conventual communities, with a vow of obedience, chastity, charity, and poverty, and renouncing urban and rural properties and money, living of alms and work. Their daily tasks were divided into religious or profane, and into routine or sporadic, such as those of festive times of year.

The Franciscans provided religious services to the population such as masses, burials, sermons, and choir services, being held either in convent spaces or in parish churches, chapels, and private oratories, and receiving alms for them.

The Franciscan communities were organised in a hierarchical structure which included custodians, guardians, *discreti*, laypeople, etc. For the profane daily tasks, internal and external to the convent, the services of servants, bakers, cooks, barbers, horticulturists, laundresses, carriers, masons, carpenters, etc. were required. Such aspects of administration, organisation, and religious daily life are developed throughout this article.

Keywords: Madeira; Franciscans; Convents; Daily Life; Mass; Procession; Burial; Ornaments.

Fig. 01 – *Funchal paa Madeira*; pormenor; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>.

Nota: a pintura não retrata fielmente o Funchal mas alguns aspetos do quotidiano desta cidade, como a presença de: franciscanos nas procissões, nos enterros e nos peditórios; clero secular; tendas com os ofícios mecânicos; vendedores; militares; o povo; estrangeiros/«ingleses»; e animais.

Introdução

Os franciscanos acompanhavam as expedições marítimas das descobertas, evangelizando as novas terras. A presença de franciscanos, da Ordem dos Frades Menores de São Francisco, no arquipélago da Madeira, é conhecida desde a segunda

viagem de reconhecimento pelos portugueses, tendo sido dita a primeira missa em Machico, segundo alguns cronistas e historiadores a 2 de julho de 1419³, ou, mais certo, nos anos seguintes, depois do descerco de Ceuta, ocorrido em outubro de 1419⁴. Segundo Jerónimo Dias Leite, na segunda viagem de reconhecimento do arquipélago da Madeira, os navegadores encontraram no Porto Santo, no local que hoje conserva o topónimo Porto dos Frades, «uns frades da Ordem de S. Francisco que escaparam de um naufrágio de que todos pereceram senão eles, que acharam quase mortos, por não terem que comer [...]. E porque vieram frades com o capitão da Ordem de S. Francisco e os que achou no Porto Santo, mandou-lhe fazer um agasalhado no Funchal»⁵. Por volta de 1440, franciscanos de origem castelhana estabeleceram a primeira comunidade religiosa organizada, com a criação do eremitério de São João da Ribeira, situado «acima de Santa Catarina»⁶, na margem direita da ribeira de São João ou Ribeira Grande, no Funchal, no sítio onde se ergue a atual capela de São João da Ribeira.

Os franciscanos, por divergências com a Ordem de Cristo, detentora do poder espiritual do arquipélago da Madeira desde 1433, saíram do eremitério de S. João da Ribeira, nomeadamente nove religiosos (dois padres e sete leigos), em 1459, fundando o convento de Xabregas, em Lisboa. Sob custódia de frei Rodrigo de Arruda, voltaram à Madeira, em 1464, para se reinstalarem em S. João da Ribeira. Por acharem o sítio impróprio, escondido na ribeira e distante do povo, optaram por construir um novo convento, no centro do Funchal, entre 1473 e 1474, dedicado a São Francisco, em terrenos vinculados à capela de Clara Esteves, sendo seus fundadores Luís Álvares da Costa e seu filho, Francisco Álvares da Costa, provedor da Fazenda do Funchal⁷. Assim ficaram no vale da ribeira de S. João, em finais do século XV, dois «sumptuosos e aprovados mosteiros»⁸.

³ LEITE, 1989 [c. 1579], *Descobrimto da Ilha da Madeira*, p. 18; LEITE, 2016 [c. 1579], *Descobrimto da Ilha da Madeira* [...], p. 33; ESPERANÇA, 1656, *Historia Serafica* [...], p. 594.

⁴ AZURARA, 1841 [1453], *Chronica do Descubrimto e Conquista de Guiné*, pp. 385-388; VIEIRA, 2015, *O (Re)descobrimto/ (Re)conhecimto da Madeira* [...], pp. 2-41; PERES, 1969, «Ceuta cercada: um problema cronológico», pp. 293-299; VERÍSSIMO, 2016, «Descobrimto e povoamto do arquipélago da Madeira», pp. 18-22; GARCIA, 2020, «A Madeira e os Seiscentos Anos do Início dos Descubrimtos Portugueses», pp. 281-291.

⁵ LEITE, 1989 [c. 1579], *Descobrimto da Ilha da Madeira*, pp. 24, 29; VERÍSSIMO, 2002, *O Convento de São Bernardino* [...], p. 11; NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 231; FRUTUOSO, 2007 [c. 1590], *As Saudades da Terra* [...], p. 66.

⁶ ESPERANÇA, 1666, *Historia Serafica* [...], p. 594, p. 672; FRUTUOSO, 2007 [c.1590], *As Saudades da Terra* [...], p. 66.

⁷ PERNETA, 2021, «A Capela de Clara Esteves», pp. 5-36.

⁸ FRUTUOSO, 2007 [c. 1590], *As Saudades da Terra* [...], p. 66.

Posteriormente, à fundação do convento de S. Francisco, foram fundados outros espaços conventuais em várias localidades da Madeira. Neste artigo são abordados os conventos que estavam em funcionamento nos séculos XVIII e XIX, nomeadamente os de São Francisco, no Funchal; São Bernardino, em Câmara de Lobos; São Sebastião, na Calheta; Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz; e o hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava. Dos vários edifícios existentes, o que chegou em melhor estado aos nossos dias foi o do convento de São Bernardino, embora, em parte, descaracterizado, com a igreja adaptada a sede provisória da paróquia de Santa Cecília, em 1960⁹, e aí funcionou até 11 de setembro de 2011, data da inauguração da nova igreja e sede paroquial. Os restantes imóveis, dos quais subsistiram algumas ruínas, foram posteriormente ajustados a outras funções, embora bastante adulterados, como o da Calheta que foi adaptado a habitação e na atualidade a restaurante. Dos conventos do Funchal e de Santa Cruz preservam-se alguns fragmentos arquitetónicos e algum património móvel, dispersos por vários espaços regionais. Da arquitetura do hospício da Ribeira Brava nada resta: apenas sabe-se da sua localização no jardim público contíguo ao Largo dos Herédias.

A historiografia sobre a comunidade franciscana masculina, na Madeira, tem dado ênfase ao período da chegada ao arquipélago pelos portugueses, à fundação e à construção dos espaços conventuais, à história de alguns momentos mais marcantes e ao processo de extinção da Ordem Franciscana.

No presente artigo pretende-se aprofundar, entre a década de 30 do século XVIII e 1834, os aspetos do quotidiano e das épocas festivas dos franciscanos, relativamente à administração, organização e funções dos diversos cargos que compõem as comunidades conventuais e dos colaboradores internos e externos nas atividades materiais. São ainda abordados os serviços religiosos, como missas, enterros, sermões, festividades, etc.

Na continuidade deste artigo, no próximo número desta revista, serão abordados os aspetos materiais: a organização dos espaços profanos, como os dormitórios, cercas, refeitórios, cozinhas, adegas, etc.; os utensílios e produtos utilizados; as tarefas quotidianas; as principais fontes de receita e de despesa; os modos de aquisição e recolha de produtos; os meios de transporte e as refeições.

Além da bibliografia publicada, as principais fontes consultadas foram os livros de receita e despesa, de patentes e de inventários dos conventos em estudo, depositados no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, e disponíveis em

⁹ SOUSA, 1960, *Decreto sobre a actualização das Paróquias*, p. 19.

formato digital, na página de internet desta instituição. Para a maioria dos casos em estudo, a abordagem é feita a partir de finais do século XVIII até inícios do século XIX. Excetua-se o hospício da Ribeira Brava cuja documentação de receita e despesa remonta ao ano de 1736 e o convento de S. Sebastião da Calheta com inventários desde 1750.

Custódia da Madeira

Ideais e Organização

A Ordem dos Frades Menores, assim denominados por fazerem parte dela os pobres e os humildes, ao invés de outras Ordens e congregações que agrupavam religiosos provenientes de classes de maior poder social ou económico, segue a regra de vida do fundador S. Francisco de Assis (1191-1226). Esta regra foi aprovada em 1209 pelo papa Inocêncio III (1198-1216)¹⁰.

A Ordem dos Frades Menores, surgida em Itália, depressa se espalhou pelo continente europeu e organizou-se em províncias territoriais. Uma delas era a de Espanha, que abrangia os cinco reinos cristãos da Península Ibérica, onde se incluíam os primeiros conventos portugueses fundados em 1217. Entre 1232 e 1239 esta província foi dividida em três: Aragão, Castela e Santiago, ficando incluídos os conventos portugueses na Província de Santiago, muitas vezes denominada de Portugal. Dada a sua extensão, os conventos portugueses formavam a custódia de Portugal ou de Lisboa. Em 1272, a custódia portuguesa foi desmembrada em duas: Lisboa e Coimbra; e em 1330 é criada a custódia de Évora. O capítulo geral de 1418 ou 1421 legalizou oficialmente a Província de Portugal¹¹.

Na Madeira, o antigo convento de S. Francisco, no Funchal, foi ampliado até ao século XIX, tornando-se no maior convento masculino da Madeira, com capacidade, na segunda metade do século XVIII, para albergar cerca de 100 religiosos, e com uma ampla igreja e capelas instituídas por particulares. Porém, no século XIX somente acolhia cerca de 30 religiosos¹².

¹⁰ ALMEIDA, 1967, *História da Igreja em Portugal*, pp. 126-127; MOREIRA, 2000, «Franciscanos», p. 273.

¹¹ MOREIRA, 2000, «Franciscanos», p. 274.

¹² As comunidades conventuais compraram sapatos e/ou roupas: em 1812, para 26 religiosos; em 1826, para 25 religiosos; entre 1827 e 1828, para 26 a 29 religiosos. Em 1817, foram 33 religiosos a um ofício à Quinta do Til (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 69v.º; l.º 6, fls. 32, 173, 175, 176v.º, 183, 184v.º, 189). A quantidade de religiosos deste convento e dos restantes da Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, foi apurada através dos registos dos livros de receita e despesa dos conventos.

No período em estudo, os séculos XVIII e XIX, encontravam-se em atividade outros três conventos e um hospício da Ordem dos Frades Menores, cujas fundações remontam aos séculos XV a XVII¹³. Albergavam: o convento de N.^a Sr.^a da Piedade, em Santa Cruz, oito a nove religiosos em 1775-1776¹⁴; o de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, sensivelmente 18 religiosos em 1720, dez em 1792 e entre seis e oito no século XIX¹⁵; o oratório e depois convento de S. Sebastião, sobre a vila da Calheta, cerca de oito religiosos em 1720, 11 em 1750 e oito em 1781¹⁶; e o hospício de N.^a Sr.^a da Porciúncula, na Ribeira Brava, seis religiosos no início do século XIX¹⁷. Paulo Maria Passalacqua, encarregado do «trabalho de Procurador-Geral e Apostólico dos Franciscanos desta Custódia», informava, a 17 de julho de 1807, que em toda a custódia da Madeira existia cerca de 50 irmãos e 14 ou 15 leigos¹⁸.

¹³ Na Madeira existiram outros espaços com frades franciscanos, mas sem quaisquer religiosos em finais do século XVIII e inícios do XIX. Em 1462 foi erguido um oratório em Machico, sob o orago de Santo António, com capacidade para quatro frades, entretanto foram vítimas de uma aluvião, em 1467, que destruiu os bens. Em 1474 é conhecida a presença de frades franciscanos na Ponta do Sol, que criaram um eremitério dedicado a Nossa Senhora dos Anjos, do qual ainda resta a capela desta invocação (NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 232; VERÍSSIMO, 2002, *O Convento de São Bernardino* [...], p. 12; CARITA, 2016, *conventos*).

¹⁴ O convento de N.^a Sr.^a da Piedade foi fundado em 1518, estando concluída a edificação antes de 1548. Chegaram a morar entre 16 e 18 religiosos em finais do século XVI (GUERRA, 1997, «O Convento de N.^a S.^a Da Piedade de Santa Cruz [...]», pp. 125-156).

¹⁵ Em 1459 ou 1460 Fr. Gil Carvalho fundou um oratório neste local, sob a invocação de S. Bernardino de Sena que daria lugar, por volta de 1480, à criação de um convento, levantado por Fr. Jorge de Sousa. A capela-mor da igreja foi fundada por Rui Mendes de Vasconcelos (c. 1460-c. 1520), filho mais novo de Martim Mendes de Vasconcelos e de Helena Gonçalves, filha de Zarco, e sua mulher, Isabel Correia, que era filha dos doadores do terreno onde tinham erguido o convento (VERÍSSIMO, 2002, *O Convento de São Bernardino* [...], pp. 19-36).

¹⁶ Foi edificado em meados do século XVII e ampliado em 1670. A capela-mor pertencia a Manuel de Figueiroa, e seus descendentes, que a dotou com um conto de réis para a sua construção, pretendendo ali ser sepultado no carneiro que já tinha mandado fazer (testamento aberto a 26 de julho de 1672) (VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder* [...], p. 380). O suporte económico do oratório passou, nos inícios do século XVIII, para Francisco Pardo, sobrinho dos irmãos Francisco e Manuel Figueiroa, mantendo os descendentes o convento como padroado e a capela-mor como panteão (CARITA, 2016, *convento de são sebastião da calheta*). No século XIX, após a extinção das ordens religiosas masculinas (em 1834), o edifício foi colocado em hasta pública. Em 1852 estava convertido em hotel (FRANÇA, 1970 [1853-1854], *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, p. 76) e, em 1881, era morada de França Dória, administrador do concelho da Calheta. Foi abandonado nos finais do século XIX e palco de um incêndio em 1937. Na segunda metade do século XX serviu de residência e na atualidade de restaurante denominado O Convento das Vinhas.

¹⁷ Institucionalizado como hospício por volta de 1730, data que ficou inscrita no portal da capela. O hospício foi demolido nos inícios do século XX e no espaço foi construído um cinema e mais tarde a Biblioteca Municipal e o Largo dos Herédias. Num mapa de Manuel José Júlio Guerra, de 1844, vê-se a localização do hospício (GUERRA; VERÍSSIMO, 1996, «O Hospício Franciscano [...]», p. 65).

¹⁸ FRANCO, 2011, *Arquivo Secreto do Vaticano* [...], tomo I, p. 287, citando Archivio Secreto Vaticano, Arch. Nunz. Lisboa, 77 (1), fls. 182-184.

Fig. 02 – *São Francisco de Assis protegendo as hierarquias da Igreja*; escola portuguesa; finais do século XVII; óleo sobre tela; 282 cm (alt.) x 172 cm (larg.) (sem moldura) / 297 cm (alt.) x 187 (larg.) (com moldura)



Fonte: Coleção Museu de Arte Sacra do Funchal (MASF109). Proveniência: Igreja do Colégio.
Créditos fotográficos: Pedro Clode.

A 5 de junho de 1683, foi criada, na Madeira, a custódia de São Tiago Menor, da Ordem Seráfica, confirmada pelo Papa Inocência XI¹⁹, com autonomia da Província de Portugal, passando a organizar e a governar os conventos dos frades franciscanos e o convento feminino de Santa Clara²⁰. A custódia foi extinta e, depois, reposta a 15 de setembro de 1702, e teve proteção real por alvará de 1708²¹.

Os franciscanos viviam em comunidade conventual, com voto de obediência, castidade, caridade e pobreza, renunciando às propriedades urbanas e rústicas e ao dinheiro, vivendo das esmolas e do trabalho. Caminhavam «sobre as pisadas de Deus encarnado, trilhadas pelos Apóstolos»²² e, segundo o vigário custódio provincial da

¹⁹ NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 242.

²⁰ Os franciscanos apresentam-se, em 1745 e em 1750, como custódia de São Tiago Menor, religiosos de São Tiago Menor ou religiosos da custódia de São Tiago Menor da Ilha da Madeira, quando solicitam ao rei apoio para a reedificação da igreja do seu convento, no Funchal, por estar ameaçando ruína (ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fl. 110v.º; ANTT, *Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal*, l.º 973, fl. 112v.º).

²¹ CARITA, 2016, *conventos*.

²² ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 33 (05.01.1778).

custódia da Madeira, Fr. Mateus da Soledade, estavam «obrigados a cuidar no seráfico rebanho, que Deus pelos inexcrutáveis juízos de sua providência quis entregar á nossa vigilância, o cuidado para o apascentar com santa doutrina, assim na mais perfeita observância da regra, e seus perceitos, q[ue] pela nossa profissão a Deus prometemos, como nas leis estatutárias»²³.

Fig. 03 – *A Prior of the Order of St. Francis, & a Lay Brother*; água-tinta colorida a aguarela; autores desconhecidos



Fonte: Edição R. Ackermann. Londres, 1821. Estampa publicada no livro *A HISTORY OF MADEIRA With A Series of Twenty-Seven coloured Engravings, Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of the Island*. Coleção Casa-Museu Frederico de Freitas (CMFF 1;4). Roberto Pereira (fotografia).

No capítulo custodial da Madeira, de 20 de dezembro de 1777, os franciscanos intitulavam-se de

«seguidores do Patriarca dos pobres, que somos os filhos de Syon [Sião] afamados em todos os ângulos da terra a quase seis séculos, nós que vestimos aquelas vestiduras que foram lavadas no sangue do Cordeiro, nós em fim, que somos mandados pelo mundo para sermos espetáculos a Deus, aos Anjos, e aos Homens, devemos conservar os honoríficos títulos, de que estamos insignidos, e caminhar sobre as pisadas de Deus encarnado, trilhadas pelos Apóstolos, e depois para aquele bom Pai, de quem somos indignos filhos, a humildade profunda, a pobreza altíssima, o desprezo, e obrigação do zelo, com uma continência perfeita, aspirando sempre a melhor perfeição deve ser sempre todo o nosso entretenimento»²⁴.

²³ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 27 (08.02.1771).

²⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 33 (20.12.1777).

Para os franciscanos, a «primeira base da perfeição religiosa é o voto da Santa pobreza, a quem São Francisco chamava sua senhora»²⁵. Em outubro de 1753, Fr. José da Natividade, pregador, ex-guardião, comissário visitador, presidente do capítulo custodial da custódia de São Tiago Menor da Ilha da Madeira da Regular Observância de São Francisco, ordenava, conforme as leis estatutárias,

«que nenhum Religioso desta St.^a Custódia daqueles, que costumamos a chamar curiosos, de manufacturas possam fazer obra alguma para fora dos nossos conventos pro pretio a pretiado não só por ser contra o estreito voto da S.^a pobreza; mas também contra a honestidade que o N[osso]. Seráfico Patriarca aos seus filhos encomenda especialmente nos que considera distraídos com o vício da ociosidade»²⁶.

E relembra os principais objetivos da comunidade condenando algumas extravagâncias nas vestimentas dos «religiosos, que deixam o mundo a buscarem a religião devem só agradar a Deus com as perfeições da Alma, e consciência e não ao mundo, com tam escandalosas vaidades»²⁷. Os religiosos da custódia da Madeira estavam proibidos de vender entre si, «uns aos outros alguns trastes», para evitar «indubitáveis ruínas das suas almas», e se fosse sacerdote e apanhado nesta atividade ficaria inabilitado nos ofícios da Ordem pelo tempo de dez anos, não podendo ser promovido sem a «conhecida emenda»²⁸.

O voto e a virtude da caridade foram considerados, no capítulo custodial de 20 de dezembro de 1777, como «a maior de todas as virtudes, que segundo o Apóstolo, ainda que tínhamos tanta fé quanta possa mudar aos montes de um lugar para outro, se não tivermos caridade, nada somos; por que dela como de perfeita raiz pulam as mais virtudes, e quem nela esta, está em Deus, e Deus nele segundo o mesmo Apóstolo». Este conceito da virtude da caridade foi introduzido no contexto de diversas ordens emanadas à abadessa do convento feminino de Santa Clara, no Funchal, para que

«de hoje em diante tenha obrigação de exercer mais charid[ad]e com as suas relig[ios]as provendoas do preciso p[ar]a sua sustentação, assim na saúde e como na enfermidade [...] como ouvimos os justos clamores das inhumanidades com que são tratadas as relig[ios]as leygas, e a falta de pie[da]de que com que ellas se praticam; mandamos q[ue] sejam tratadas como Irmans Espirituaes [...]»; e para «que de hoje em diante se de sempre consuada ás Relig[ios]as em todos os dias de jejum; e como se tem introduzido alguns jejun, sem q[ue] sejam da igreja, ou do Bispado, nenhuma religiosa será obr[igad]a a jejuar

²⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 27v.º (08.02.1771).

²⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 2-2v.º.

²⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 2-2v.º.

²⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2v.º.

os taes dias, e será inteirada da sua reção de carne por inteiro, e não com caldo de sebola e outras semelhantes frugalid[ad]es»²⁹;

Além disto,

«a R[everenda] M[adr]e Abadessa faça vir vestiaria para as Religiosas, como foy sempre costume, e não pague esta obrigaçam com fitas, anéis e outras bacatellas equivalentes; e caso q[ue] o faça encarregamos a sus consciencia p[ara] q[ue] as distribua pello mesmo preço, q[ue] lhes custou; porq[ue] todas são herdeiras, e senhorios dos bens do conv[en]to, e com quem lhe não he licito fazer negócio»³⁰.

Por fim, era ordenado que a

«Abadessa mande as mossas da comunidade alternativamente assistir ás Religiosas enfermas, q[ue] não tiverem mosa particular asim de dia, como de noute; e nenhuma poderá dormir nas sellas das suas respetivas amas, nem de outras quaisquer relig[ios]as sem forçosa indigencia de molestia: Item mandamos finalm[en]te q[ue] se guarde inviolável silêncio, e q[ue] senão jogue, nem ainda por divertim[en]to no tempo do silêncio na cella da Perlada, que deve dar melhor exemplo. E porque se dão dinheiros a juro com alguma espécie de uzura, e ambição; daqui por diante não poderá a M[adr]e e Abadessa dar d[inhei]ro a juro sem q[ue] p[rime]iro faça saber ao N[osso]. M[inistro]. R[everendo]. P[adre]. C[ustódio]. Prov[inci]al p[ar]a que aprove se he conveniente, e sem licença sua em escrito o não poderá fazer, e estas escrituras de juros serão guardadas em hua arca juntamente com os livros das patentes, q[ue] não possam sahir do convento sem licença expreça do N[osso]. M[inistro]. R[everendo]. P[adre]. C[ustódio]. Prov[inci]al.»³¹

O asseio, funcionamento e contas dos conventos, os comportamentos e as ações desviantes dos religiosos eram controlados através das visitas dos custódios e visitantes aos conventos, as quais eram regulamentadas pelos estatutos gerais da Ordem e, localmente, por orientações emanadas pela custódia da Madeira através dos conselhos do definitório, do custódio provincial ou dos capítulos custodiais com recurso a patentes e a atas com diretrizes emanadas e circuladas de convento em convento, sendo lidas e trasladadas no Livro das Patentes de cada convento. Além disso, os guardiões deveriam ler às suas congregações as atas da visita, depois de lidos os estatutos, para que não ficassem «envolvidas na obscura nuvem do esquecimento [...] [e] que delas ninguém em algum tempo possa alegar ignorância»³². Após a leitura e transcrição no último convento, o documento original era remetido para o convento do Funchal³³.

²⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 34-34v.º.

³⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 34-34v.º.

³¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 34-34v.º.

³² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 4v.º (17.10.1753).

³³ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 6, 27v.º.

Fr. Mateus da Soledade, custódio provincial da custódia da Madeira, na sua patente, de 8 de fevereiro de 1771, condenava

«os Prelados Locais dos conventos desta nossa Santa Custódia a que me está incumbida a particular vigilância a seus respetivos súbditos, para com o seu exemplo, os faurizar melhor; nos vem agora á notícia que alguns destes, assim Prelados, como s[ú]bditos, o fazem tanto pelo contrário, que nem os súbditos se lembram das leis, para as seguir, nem os Prelados Locais da Regra, estatutos, para si, e neles observar, e o mais lamentável é que alguns destes, com clamoroso escândalo dos seculares, a quem os Religiosos deviam seguir de exemplo a imitação de N[osso] S[eráfico] P[adre] S[ão] Francisco, que em tantos lugares, e passos da sua vida no lo recomenda; e como agora é que temos mais individual notícia destas relaxações»³⁴.

A custódia da Madeira era governada pelo «Custódio Provincial», realizando-se entre cada mandato trienal um «Capítulo Custodial» intercalado com um «Capítulo Intermédio». Na documentação surge ainda a denominação de «Capítulo da Congregação»³⁵.

Na Madeira, entre 1740 e 1832, vejamos alguns religiosos que desempenharam o cargo de custódio provincial: Fr. Inácio da Paixão, pregador jubilado, ex-definidor

³⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 27-27v.º.

³⁵ Sem intenção de fazer um levantamento exaustivo dos capítulos realizados na custódia da Madeira, entre as décadas de 1740 e 1820, vejamos alguns dos capítulos mencionados na diversa documentação de patentes, inventários e receita e despesa: 7 de maio de 1740 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 35); 14 de novembro de 1741 – «Capítulo intermédio» (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 50); 24 de agosto de 1743 – «Capítulo Provincial» (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 67); 13 de junho de 1750 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 29v.º; l.º 2, fl. 1); 13 de dezembro de 1751 – «Capítulo da Congregação» (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 7); 07 de outubro de 1753 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 1; l.º 2, fl. 10v.º); 07 de abril de 1755 – «Capítulo de Intermédio» (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 16); 22 de junho de 1771 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 30); 15 de junho de 1772 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 28; l.º 2, fl. 34); 20 de dezembro de 1777 – «Capítulo Custodia» (ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 33, 35; l.º 2, fl. 36v.º); 27 de novembro ou 4 de dezembro de 1781 – «Capítulo da Congregação» (ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 41; l.º 2, fl. 51); dezembro de 1794 – «Capítulo da Congregação» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 52); junho 1796 – «Capítulo da Ordem» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 81v.º); 27 de outubro de 1796 – «quinta-feira dia do capítulo» (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 27, 29); 27 de abril de 1798 – «Capítulo da Congregação» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 104; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 45v.º); março de 1800 – «jantar do Capítulo» (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 77v.º); 6 de junho de 1805 – «Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 113v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 46v.º); 5 de dezembro de 1806 – «Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 140, 141; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 67v.º); maio de 1807 – «eleição do Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 146); dezembro de 1809 – «dia do capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º); 20 de agosto de 1811 – «Capítulo Custodial» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 42, 44); junho de 1813 – «Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 43v.º); julho de 1814 – «eleição do capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 206); 18 janeiro de 1815 – «Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 71; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 217v.º); 18 Julho de 1816 – «Capítulo Intermédio» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 20; ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 88v.º, 90; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 21); 15 Julho de 1818 – «jantar do capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 53v.º; ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 19); 15 julho de 1821 – «jantar do Capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 104v.º, 105v.º, 106); 4 de fevereiro de 1823 – «Capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 125, 127); dezembro de 1824 – «patente para o Capítulo» (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 122; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 156); março de 1828 – «jantar do capítulo» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 188).

(maio de 1740 – janeiro de 1743)³⁶; Fr. João de S. José, leitor, teólogo deputado e consultor da Bula da Santa Cruzada (agosto de 1743 – janeiro de 1747)³⁷; Fr. João de Santa Rosa (janeiro de 1750)³⁸; Fr. José de Santa Maria (janeiro de 1753)³⁹; Fr. Pedro do Sacramento, ex-definidor (novembro de 1753 – janeiro de 1759)⁴⁰; Fr. António da Encarnação, pregador jubilado, ex-definidor (maio de 1765 – março de 1768)⁴¹; Fr. Mateus da Soledade, pregador jubilado (fevereiro de 1771)⁴²; Fr. Manuel de S. José, ex-definidor (maio de 1777)⁴³; Fr. Manuel dos Querubins, pregador jubilado, ex-definidor (dezembro de 1777 – janeiro de 1778)⁴⁴; Fr. Luís da Conceição, pregador jubilado, penitenciário geral da Ordem, ex-secretário (março de 1780, maio de 1789, maio de 1798 – maio 1804)⁴⁵; Fr. Bernardo Nepomuceno de Jesus, pregador jubilado, ex-guardião (junho de 1780 – maio de 1783)⁴⁶; Fr. Nicolau de Tolentino (maio de 1786)⁴⁷; Fr. Henrique de Santa Ana, pregador jubilado, ex-definidor (agosto de 1791 – maio de 1792)⁴⁸; Fr. José da Imaculada Conceição (maio de 1795)⁴⁹; Fr. Januário da Natividade (setembro de 1805)⁵⁰; Fr. António dos Serafins (setembro de 1808, janeiro de 1829)⁵¹; Fr. Januário das Chagas de S. Francisco (setembro de 1811 – setembro de 1814)⁵²; Fr. António de N.^a Sr.^a das Dores (setembro de 1817 – janeiro de 1820)⁵³; Fr. Manuel da Piedade (janeiro de 1828 – janeiro de 1829)⁵⁴; e Fr. Joaquim do Cenáculo (janeiro de 1832)⁵⁵.

Nos capítulos custodiais, realizados no convento do Funchal, além da análise dos assuntos recebidos dos capítulos gerais da Ordem, eram emanadas regras

³⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 35, 56v.º; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 11.

³⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 67; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 15.

³⁸ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 19.

³⁹ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 23.

⁴⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 6, 6v.º, 68; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 29.

⁴¹ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 25, 26.

⁴² ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 27-27v.º.

⁴³ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 42, 45.

⁴⁴ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 35.

⁴⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 185v.º; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 58v.º-59, 69v.º-70, 72v.º-73.

⁴⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 36v.º, 40, 41v.º.

⁴⁷ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 56.

⁴⁸ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 51v.º, 52; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 61.

⁴⁹ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 63v.º-64.

⁵⁰ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fl. 75.

⁵¹ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 77, 94.

⁵² ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 25v.º; ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 81, 84.

⁵³ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 87v.º-88, 91v.º.

⁵⁴ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 96v.º-97; 99-99v.º.

⁵⁵ ANTT, *CSCF*, l.º 27, fls. 101v.º-102.

ou lembradas as leis estatutárias, era discutido o património dos conventos, através dos inventários dos equipamentos aos consumíveis, e vistoriado os livros das contas. Realizavam-se as eleições dos cargos dirigentes dos conventos – os guardiões ou presidentes e os discretos –, e escolhiam-se os síndicos. Estes cargos tinham a duração do intervalo de tempo existente entre cada capítulo, custodial ou intermédio. Os dirigentes dos conventos eram convocados através de carta, e além da análise dos assuntos atrás descritos, o capítulo representava um dia de convívio entre a comunidade franciscana, com um jantar semelhante aos dias festivos, sendo as despesas repartidas pelos vários conventos da custódia, de modo proporcional, provavelmente consoante o número de religiosos presentes de cada convento, sendo a conta enviada pelo guardião do convento do Funchal⁵⁶.

As atas, com normas e orientações para as comunidades conventuais franciscanas, expedidas pelo capítulo custodial, eram «estabelecidas e lavradas pelo R[everendo]. Deffinitorio e Descritorio»⁵⁷, isto é, pelo definitório ou mesa de definição e pelos discretos que participavam nas reuniões dos capítulos. Segundo Raphael Bluteau, o definidor é o conselheiro «do Geral, ou do Provincial, & Definitório, he o lugar em que estes ministros da Religião de ajuntão»⁵⁸. Na custódia da Madeira são conhecidos alguns definidores: Fr. Pedro do Sacramento (junho de 1750; custódia provincial em julho de 1756)⁵⁹; Fr. de S. Joaquim (janeiro de 1778)⁶⁰; Fr. Bernardo Nepomuceno de Jesus (janeiro de 1778)⁶¹; Fr. Manuel da Piedade (junho de 1804)⁶²; Fr. Luís da Natividade (outubro de 1811)⁶³; Fr. João Nepomuceno (setembro de 1818,

⁵⁶ Coube pagar, por exemplo, ao convento de Câmara de Lobos 4\$700 réis (junho de 1796), 4\$375 réis (novembro de 1796), 3\$750 réis (maio de 1798), 12\$000 réis (março de 1800), 2\$800 réis (dezembro de 1806), 9\$180 réis (janeiro de 1815), 12\$000 réis (agosto de 1816), 10\$000 réis (julho de 1818) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 83, 92; l.º 2, fls. 2, 34, 141; l.º 3, fls. 71, 90; l.º 4, fl. 19); ao hospício da Ribeira Brava 2\$100 réis (março de 1798), 8\$000 réis (março de 1800), \$900 réis (dezembro de 1807) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 44, 77v.º; l.º 3, fl. 67v.º); ao convento da Calheta 2\$750 réis «do jantar do Capítulo Custodial e cera» (1775) (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 20); e ao convento do Funchal 14\$760 réis (janeiro de 1815), 20\$000 réis (1821), 15\$800 réis (janeiro de 1825), 11\$720 réis (março de 1828) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fls. 104v.º, 106, 156, 188).

⁵⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 1.

⁵⁸ BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. D-EYC, p. 37.

⁵⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 6; l.º 2, fl. 6v.º.

⁶⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 35.

⁶¹ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 35.

⁶² ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 46.

⁶³ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 53v.º.

julho de 1819, abril de 1820)⁶⁴; Fr. Manuel da Piedade (abril de 1820, abril 1821)⁶⁵; e o P.^e Pimentel (setembro – novembro de 1828)⁶⁶.

Quando as normas emanadas pelos capítulos gerais da Ordem e pelos capítulos custodiais não eram cumpridas pelos religiosos franciscanos, eram aplicadas penas ou castigos, variando consoante a gravidade ou a reincidência de cada situação, indo desde uma restituição de um bem ao lesado, uma penitência alimentar, um castigo corporal, uma suspensão temporal do ofício, até à excomunhão nas situações mais graves. Por exemplo, era ordenado ao porteiro do convento do Funchal que, se não cumprisse com as regras estabelecidas em relação à portaria, por ordem do capítulo de 7 de outubro de 1753, seria castigado «pela primeira vez com pão e água em terra rigorosamente no refeitório, e continuando em ser defeituoso nestes nossos mandatos será privado do ofício e não poderá ser eleito em Prelado, sendo sacerdote, no seguinte Capítulo e sendo leigo levará 24 golpes com varas do refeitório fazendo juntamente a penitência de pão e água em terra no dito refeitório.»⁶⁷

Já o secretário da custódia tinha a seu cargo registar os assuntos dos capítulos e das visitas. Entre outros, desempenharam este cargo: Fr. António da Encarnação (junho de 1742)⁶⁸; Fr. Salvador de Santo António (outubro de 1753)⁶⁹; Fr. José do Rosário (novembro de 1753, junho de 1772)⁷⁰; Fr. João de Jesus Maria (julho – setembro de 1756)⁷¹; Fr. Luís da Conceição (janeiro de 1777)⁷²; Fr. José da Imaculada Conceição (dezembro de 1777)⁷³; Fr. Francisco de N.^a Sr.^a das Mercês, «pregador e prosecretário» (março de 1780)⁷⁴; Fr. Francisco de Jesus Maria José (agosto de 1793)⁷⁵; e Fr. Manuel da Piedade (julho de 1805)⁷⁶.

Apesar das mencionadas «relaxações» pontuais, existentes em determinados conventos em finais do século XVIII e inícios do século XIX, a organização central da custódia da Madeira cumpria com o seu papel de governar, orientar e corrigir os

⁶⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56v.º, 72, 84v.º.

⁶⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 85, 100.

⁶⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 193, 197.

⁶⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 1v.º.

⁶⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 50, 56v.º.

⁶⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 5.

⁷⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 27v.º, 29v.º, contracapa.

⁷¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 6, 7.

⁷² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 31.

⁷³ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 33.

⁷⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 36.

⁷⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 122.

⁷⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 46.

desvios através de determinações saídas do capítulo custodial e da mesa da definição e verificadas nas visitas de custódios e visitantes aos conventos, através dos próprios ou de um delegado ou comissário, acompanhados por um secretário. Ao visitador, que percorria os vários conventos, cabia-lhe a função de vistoriar os espaços conventuais, inquirir o cumprimento das normas da Ordem Franciscana e verificar as contas e as ações dos franciscanos⁷⁷. A visita tornava-se um ato especial, numa festa, sendo confeccionados alimentos próprios das festividades.

As visitas realizavam-se, anualmente, como determinavam as leis, até à data da extinção das ordens religiosas, em 1834. As visitas dos visitantes eram efetuadas com elementos externos à custódia e realizavam-se, depois das visitas dos custódios, perto do fim de um mandato trienal do custódio, pelo que os assuntos a retificar já seriam menores, pois a maioria já havia sido corrigida anteriormente. O detentor do cargo de comissário visitador presidia às reuniões dos Capítulos Custodiais⁷⁸. Vejamos alguns religiosos que exerceram, na Madeira, o cargo de comissário visitador: Fr. José da Natividade (outubro de 1753)⁷⁹; Fr. António de Santa Teresa (agosto de 1767)⁸⁰; D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, bispo do Funchal (outubro de 1757 – junho de 1772)⁸¹; Fr. João da Assunção (janeiro de 1778)⁸²; e o bispo D. Luís Rodrigues Vilares «como Visitador e Reformador» (fevereiro de 1800)⁸³.

O bispo do Funchal e «Governador das Armas» da Madeira, D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, em 10 de outubro de 1758, por ordem do rei, dada no Palácio da Nunciatura Apostólica, tinha na sua «pessoa toda a jurisdição na qualidade de visitador» da custódia, podendo ser suprido nas suas faltas pelo beneficiado da colegiada de S. Pedro, do Funchal, e pelo secretário da Câmara Eclesiástica, Manuel Álvares da Silva⁸⁴. Este bispo, a 24 de abril de 1760, após visitação aos conventos, propôs elementos da sua confiança para os cargos de custódio provincial e de definidores⁸⁵. Numa patente dada no convento do Funchal, a 16 de janeiro de 1762, intitulava-se de «Visitador Apostólico ordinário e extraordinário dos religiosos de

⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 103.

⁷⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 1, 5, 29v.º, 35.

⁷⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 1, 5.

⁸⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 31v.º.

⁸¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 17v.º, 24, 29v.º.

⁸² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 35.

⁸³ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 32v.º.

⁸⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 14v.º-15.

⁸⁵ CARITA, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, p. 349.

S. Francisco da Custódia de S. Tiago Menor desta ilha da Madeira» e, em 22 de junho de 1772, como «Visitador e Presidente do Capítulo»⁸⁶.

Quanto às visitas dos custódios, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, eram feitas pelo padre custódio⁸⁷, acompanhado do padre secretário, cabendo aos conventos visitados a despesa das suas deslocações.

As visitas, em finais do século XVIII e no primeiro terço do século XIX, como verificamos pelas despesas feitas com a alimentação equivalente à de um dia festivo, não iam ao encontro do que Fr. António da Imaculada Conceição Cascais, «leitor de teologia, examinador de três ordens Militares, e sindel do Patriarcado de Lisboa, e comissário Visitador Geral Apostólico dos Religiosos Observantes de N[osso] S[anto] P[adre] S[ão] Fran[cis]co nesta S[an]ta Costodia de S. Thiago Menor da Ilha da Mad[ei]ra pelo Ex.^{mo} e R.^{mo} S[e]n[ho]r. Nuncio Apostolico nestes reinos, e Dominios de Portugal» recomendava à custódia da Madeira, a 13 de março de 1783, aquando do anúncio de uma visita aos conventos desta custódia, por si ou por um delegado, de que «no agasalho e recebimento de nossa pessoa, de nenhuma sorte excedem a moderação do nosso estado, e tanto nos edificaremos se em nosso tratamento resplandecer a pobreza e caridade religiosa quanto pelo contrário nos excandalizaremos que se virmos que o excesso, e superfluidade prevalece», como ordenavam os estatutos e ideais da Ordem franciscana. Fr. António da Imaculada Conceição Cascais ordenava que os religiosos recolhessem aos conventos onde moravam, como era habitual, excetuando «todos aqueles que andarem por fora dos conventos ocupados em serviços da comunidade, a saber, em sermões, esmolas e peditórios ordinários e precisos» que se realizavam longe dos conventos, tendo assim de pernoitarem fora⁸⁸.

As visitas de custódios deveriam ter periodicidade anual embora, na prática, em finais do século XVIII e inícios do XIX, não fossem executadas com essa regularidade. Eram realizadas, geralmente, no período de verão como se constata das visitas ao convento de Câmara de Lobos, em: junho de 1793, agosto de 1794, agosto de 1795, julho de 1796, agosto de 1797, agosto de 1798, agosto-setembro de 1801, outubro-novembro de 1806, maio de 1808, março de 1811, julho de 1812, julho de

⁸⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 24, 29v.º.

⁸⁷ Denominado na documentação por «Custódio Visitador». ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 18v.º (junho de 1793), 45 (agosto de 1794), 65v.º (agosto de 1795), 85 (julho de 1796), 106 (agosto de 1797); l.º 3, fl. 106v.º (julho de 1817); l.º 4, fls. 14v.º (abril de 1818), 53v.º (julho de 1820), 83v.º (agosto de 1822).

⁸⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 44.

1813, novembro de 1814, junho de 1815, junho de 1816, junho de 1818, junho ou julho de 1819, julho de 1820, junho de 1821, agosto de 1822 e em agosto de 1823⁸⁹.

Aquando da realização de uma visita, esta percorria, geralmente, os vários conventos da custódia da Madeira. Numa patente, de 31 de julho de 1784, era determinado que ia ser iniciada uma visita aos conventos da custódia, principiando no «nosso convento de Santa Cruz propriamente em o dia que avisar-mos por carta particular, continuando a sucessivamente pela ordem ao diante declarada, e vindo a terminá-la neste nosso convento da cidade [do Funchal] e casa particular». Todos os religiosos «se devem achar presentes á visita nos conventos, onde são moradores; mandamos, que todos se recolham aos seus próprios conventos na ocasião necessária e aos Prelados Locais, que assim lho façam a saber» e devem ser «apresentados os livros dos Inventários da Sacristia, e oficinas, com os da Receita e Despesa da Comunidade das Missas e das Patentes»⁹⁰.

As visitas, em série, aos vários conventos podem ser comprovadas pelos livros de receita e despesa. Tendo como exemplo, em agosto de 1795, de 1797 e de 1798, além do convento de Câmara de Lobos, realizaram-se visitas no hospício da Ribeira Brava⁹¹ e, em maio de 1741 e agosto de 1742, este hospício pagou o frete do barco que levou o padre custódio para a Calheta⁹². Em agosto de 1794 e de 1797, junho de 1818, julho de 1819 e agosto de 1822, depois de ser realizada a visita ao convento de Câmara de Lobos, este convento pagou o frete do barco para a visita ir ao convento da Calheta⁹³.

Comunidades Religiosas

Os religiosos da comunidade conventual eram distinguidos entre clérigos ou prelados, irmãos leigos, também denominados de súbditos ou subalternos, donatos, noviços, pupilos e estudantes. A estes juntavam-se colaboradores seculares, como os síndicos, moços e outros prestadores de serviços nas mais diversas atividades desde as económicas, as procurações, até às tarefas do dia a dia.

⁸⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16v.º, 44v.º-45, 65-65v.º, 85-85v.º, 106-106v.º; l.º 2, fls. 6-6v.º, 55, 138, 160; l.º 3, fls. 5, 27, 34v.º, 35v.º, 44v.º, 65, 65v.º, 75v.º, 86v.º, 121v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 134.

⁹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 48v.º.

⁹¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 10-11, 38, 49v.º-50.

⁹² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 45v.º, 58.

⁹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 45, 106v.º; l.º 4, fls. 17v.º, 36, 83v.º.

Fig. 04 – *Frades*; autor desconhecido; desenho a pena e aguarela sobre papel; Madeira, ca. 1800-1830



Fonte: Desenho pertencente a um álbum. Coleção Casa-Museu Frederico de Freitas (CMFF 174;5).

Os clérigos, irmãos leigos, noviços e donatos, à entrada para a vida religiosa, ao seu primeiro nome adotavam outro nome para apelido, de uma figura espiritual, passando a serem denominados pela junção desses nomes. Entre um vasto leque adotavam, entre outros, os apelidos de: Madre de Deus, Santo Agostinho, Santo António, Querubins, S. Boaventura, Sacramento, Jesus, Santa Teresa, Trindade, Conceição, Santa Ana, Piedade, S. Joaquim, Jesus Maria José, Dores, Santa Rosa, Pureza, Natividade, etc.

No período em estudo, existia uma comunidade estável de religiosos residentes em cada convento. A mobilidade era possível entre os vários conventos da Madeira, assim como entre os conventos de fora. As reuniões capitulares, da custódia de Santiago Menor, de 7 de outubro de 1753 e de 4 de dezembro de 1781, abordavam a situação da mobilidade, referindo na primeira «que os Religiosos, que de uma para outra cela ou de um para outro convento forem, não tirem alfaias alguma do ornato

da dita cela», e na segunda «que qualquer Religioso que for mudado de um convento para outro leve consigo a cama de seu uso»⁹⁴.

Quanto à mobilidade externa, o convento do Funchal mantinha uma relação assídua com a ilha de S. Miguel, nos Açores. Este convento, em fevereiro de 1811, gastou 12\$000 réis em 10 côvados de pano e feitiço de um hábito para o P.^e Patrocínio, quando veio da ilha de S. Miguel, e 8\$000 réis pelo frete do irmão corista Fr. Jacinto, vindo das «ilhas»⁹⁵. Em 1810, residia no convento do Funchal um «irmão Donato das Ilhas»⁹⁶. Entre abril de 1823 e junho de 1827, o «P[adr].^e M.^e[?] das Ilhas», residente no convento do Funchal, realizava sermões na Madeira, a 600 réis cada um, contribuindo para as receitas deste convento⁹⁷. Fr. António de Jesus Maria, do convento do Funchal, em 9 de setembro de 1820, tirou passaporte para os Açores, indo no iate português *Amizade* e regressou a 10 de abril de 1821⁹⁸.

A custódia da Madeira mantinha contatos com a comunidade de religiosos franciscanos das “ilhas” (Açores). De modo pontual, algumas das missas eram mandadas dizer nas “ilhas”, provavelmente pelo facto de não ser possível dizê-las na Madeira face ao volume de missas e falta de religiosos. Na sequência dos danos no convento de Câmara de Lobos, da aluvião de 1803, o custódio provincial da Madeira, Fr. Januário das Chagas de S. Francisco, em visita ao convento, autorizava o seu guardião a mandar dizer às «ilhas» as missas pelos benfeitores, pois não «pode residir neste convento mais um religioso sacerdote [...] e isto só enquanto durar a obra do novo dormitório»⁹⁹. Anteriormente, em 1808, este convento mandou dizer «às Ilhas» 222 missas «que se deviam dizer neste convento pelos benfeitores» a \$200 réis cada uma¹⁰⁰. A este custo unitário, o convento do Funchal pagou pela «esmola de 60 missas pelos Religiosos defuntos celebradas nas Ilhas»¹⁰¹.

No capítulo custodial de 7 de outubro de 1753, a fim de evitar a facilidade com que «alguns religiosos passam desta Custódia ao Reino, ou a outra qualquer parte deles, uns apostatando, e outros excedendo as licenças dos Prelados Superiores com evidentes ruínas das suas almas», era ordenado a «qualquer religioso que incorrer em semelhantes culpas, além de ficar incurso nas penas de Apostata, seja privado dos

⁹⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 3v.º, 40v.º.

⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 32v.º.

⁹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 15v.º.

⁹⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 130, 131, 139v.º, 141v.º, 142v.º, 144v.º, 161v.º, 177, 180.

⁹⁸ ABM, GC, l.º 734, fls. 34v.º, 40.

⁹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 25v.º.

¹⁰⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 160.

¹⁰¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 9.

sufrágios, que se costumam fazer pelos religiosos obedientes e preservantes nesta Santa Custódia.»¹⁰²

Pouco habitual era a saída de religiosos dos conventos por fuga. O convento do Funchal, em dezembro de 1817, pagou 1\$400 réis para um barco conduzir o P.^e Fr. António de Santa Rosa «para a terra, quando fugiu»¹⁰³; e em 1828, em janeiro, os padres discretos e, em dezembro, o padre presidente, do convento, apresentaram as contas de receita e receita, por ter fugido o padre guardião do convento, Fr. Silvério da Esperança, eleito a 15 de janeiro desse ano¹⁰⁴.

Aos clérigos estavam reservados os cargos da governação do convento, como os de guardião, discretos e definidores, e dos ofícios religiosos, como os de pregador, confessor, corista, organista, etc.

No topo da hierarquia de um convento estava o guardião, por vezes denominado de prelado local¹⁰⁵. No século XVI, o guardião do convento do Funchal parece ter funções mais alargadas, que extravasavam as paredes deste convento, pois Gaspar Frutuoso refere-se ao guardião do convento de S. Francisco como, também, «comissário de toda a ilha, como ordinariamente o são os Guardiães da mesma casa»¹⁰⁶.

Nos capítulos eram eleitos os guardiães, por mandatos trienais. O guardião, como figura superior de um convento, devia zelar pelo bom funcionamento da comunidade, orientando-a, dando o bom exemplo espiritual e de costumes, supervisionando a comunidade e corrigindo-a em caso de necessidade. O guardião era responsável por apresentar nos capítulos o inventário dos bens do convento que governava¹⁰⁷.

Neste período em estudo, vejamos alguns frades que desempenharam o cargo de guardião nos conventos da Madeira. No convento do Funchal: Fr. Matias de S. Boaventura (... julho de 1809 – agosto de 1811)¹⁰⁸; Fr. Manuel da Piedade, ex-definidor (20 de agosto de 1811 – janeiro de 1815)¹⁰⁹; Fr. João Nepomuceno (18 de janeiro de 1815 – julho de 1818, 15 de julho 1821 – fevereiro de 1823)¹¹⁰; Fr. António

¹⁰² ANTT, CSSC, l.º 1.

¹⁰³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 44v.º. Parece tratar-se de um pagamento a um barco que trouxe Fr. António de Santa Rosa «para a terra» (ilha da Madeira?), quando se encontrava em fuga. Parece ser menos plausível o pagamento a um barco para a fuga de um frade. Pesquisas em outras fontes documentais poderão aclarar esta dúvida.

¹⁰⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º, 192v.º.

¹⁰⁵ Segundo Raphael Bluteau, guardião é o «Título, que se dá aos superiores de alguns conventos de S. Francisco» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. F-IZO, p. 149).

¹⁰⁶ FRUTUOSO, 2007 [c.1590], *As Saudades da Terra* [...], p. 86.

¹⁰⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

¹⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 43.

¹⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 44, 217.

¹¹⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 217v.º, 229; l.º 6, fls. 53v.º, 105v.º, 126v.º.

de S. Joaquim (15 de julho de 1818 – julho de 1821)¹¹¹; Fr. António de S. Boaventura, pregador (4 de fevereiro de 1823-janeiro de 1825)¹¹²; Fr. Joaquim do Cenáculo (15 de janeiro de 1825 – janeiro de 1828)¹¹³; Fr. Silvério da Esperança (eleito a 15 janeiro de 1828 e fugiu neste mês, sendo substituído por um presidente)¹¹⁴; Fr. Simeão Alexandrino da Conceição (17 de novembro de 1828 – julho de 1831)¹¹⁵; Fr. Severo de S. Boaventura (eleito a 29 de julho de 1831 – dezembro de 1832)¹¹⁶. No convento de Câmara de Lobos: Fr. António do Amor Divino (setembro de 1792)¹¹⁷; Fr. Filipe Néri de Santa Ana (16 de junho de 1793 a maio de 1794)¹¹⁸; após a renúncia do anterior assumiu o cargo Fr. Luís da Natividade (11 de maio de 1794 – julho de 1796)¹¹⁹; Fr. João de São José (27 de outubro de 1796 – ...) ¹²⁰; Fr. Manuel da Piedade (dezembro de 1796 – fevereiro de 1800)¹²¹; Fr. João de Santa Rosa «por nomeação que fez o Sr. Bispo» (15 de fevereiro de 1800 – junho de 1805)¹²²; Fr. Matias de São Boaventura (5 de junho de 1805 – novembro/dezembro de 1806 – renunciou)¹²³; Fr. António da Conceição (5 de dezembro de 1806 – maio de 1808; 20 de agosto de 1811 – janeiro de 1815; 15 julho de 1821 – fevereiro de 1823)¹²⁴; Fr. Luís da Natividade (5 de junho de 1808 – agosto de 1811; 18 de janeiro de 1815 – novembro de 1817)¹²⁵; Fr. António da Apresentação (28 de setembro de 1817 – julho 1821)¹²⁶; Fr. Joaquim de Santo António (3 fevereiro 1823 – novembro de 1823)¹²⁷; Fr. Rufino de Santa Margarida, por falecimento do anterior (novembro de 1823 – 30 de janeiro de 1825)¹²⁸. No convento da Calheta: Fr. Lourenço da Trindade, confessor (... junho de 1750...) ¹²⁹; João de Jesus

¹¹¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 54v.º, 105.

¹¹² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 127, 155v.º.

¹¹³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 156, 185v.º.

¹¹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 185v.º-186, 192v.º, 196.

¹¹⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 197, 227.

¹¹⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 227, 241.

¹¹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3v.º.

¹¹⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 18v.º, 33v.º, 41.

¹¹⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 41, 85v.º.

¹²⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 91.

¹²¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 92v.º; l.º 2, fl. 32v.º.

¹²² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 32v.º.

¹²³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 140.

¹²⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 140, 160v.º; l.º 3, fls. 9v.º, 70; l.º 4, fls. 75v.º, 85.

¹²⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 160v.º; l.º 3, fls. 9, 70v.º, 110.

¹²⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 1, 67.

¹²⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 92v.º, 95v.º, 105v.º.

¹²⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 120, 124v.º.

¹²⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 1-2v.º.

Maria, pregador (... dezembro de 1751 – outubro de 1753...) ¹³⁰; Fr. José Xavier de S. Francisco, confessor ¹³¹; Fr. António de Santa Teresa (... junho de 1767 – junho de 1772...) ¹³²; Fr. Bernardo Nepomuceno de Jesus, pregador (... dezembro de 1777...) ¹³³; Fr. Gregório de S. Francisco (março de 1780 – novembro de 1781...) ¹³⁴. No convento de Santa Cruz: Fr. Manuel de S. Bernardo, pregador (junho de 1772) ¹³⁵.

Aquando da impossibilidade de um guardião desempenhar o cargo, era substituído por um presidente temporário ou pelos discretos do convento.

Tendo sido declarada nula a eleição capitular, realizada no capítulo custodial de 20 de dezembro de 1777, foram nomeados presidentes para os diversos conventos da Madeira, em dois escrutínios, um de 24 de fevereiro e outro de 14 de março de 1780: Fr. Manuel de Santo António para o convento de Santa Cruz; Fr. Januário da Natividade para o convento de Câmara de Lobos; Fr. Gregório de S. Francisco para o convento da Calheta; e Fr. Mateus de Monte Carmelo para o hospício da Ribeira Brava ¹³⁶.

No capítulo custodial de novembro (?) de 1783, presidido por Fr. António da Imaculada Conceição Cascais, foram nomeados novos governos para os conventos da custódia da Madeira, tendo este frei solicitado parecer à Coroa e ao núncio apostólico, por «temíveis circunstâncias que faziam vacilar a legitimidade de alguns vogais que nele deveriam sufragar». A Secretaria de Estado, chamando a capítulo os religiosos da custódia da Madeira, confirmou a eleição. Na reunião foi lido um breve do núncio apostólico para fazer cumprir o que se dispunha nele, relativamente às novas eleições, que as confirmava, ordenando que, caso «encontre alguns religiosos que se oponham a execução do dito Breve proceda a prisão contra eles, ou os faça remover para os mosteiros mais distantes da dita Custódia; sendo-lhe necessário recorrer para esta diligência ao braço secular, o poderá fazer pedindo todo o auxílio que lhe for necessário ao Governador e Capitão Geral dessa Ilha» ¹³⁷.

No convento do Funchal, aquando da «fuga do Rev[eren]d.º P[adr].º Guardião Fr. Silvério da Esperança», eleito no dia 15 de janeiro de 1828, a conta de receita e despesa da terceira semana de janeiro de 1828 foi apresentada pelos padres discretos

¹³⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 7-7v.º.

¹³¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 16-16v.º.

¹³² ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 30, 34.

¹³³ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 36v.º-40v.º.

¹³⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 35v.º, 51.

¹³⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 1. No livro que compreende as datas de 1772 a 1776 consta o cargo de guardião ao longo do registo das contas, sendo referido também o cargo de presidente, pelo que ambos os cargos deverão corresponder ao mesmo.

¹³⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 35v.º.

¹³⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 46-48.

Fr. José de Cupertino, Fr. Joaquim do Cenáculo e Fr. Manuel da Purificação, em conjunto com o síndico Cristóvão José de Oliveira e, a partir da quarta semana de agosto até novembro deste ano, foi apresentada por um substituto, um padre presidente, Fr. João da Natividade¹³⁸.

O guardião podia renunciar ao cargo, como aconteceu, em maio de 1794, no convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, com Fr. Filipe Néri de Santa Ana, sendo as contas no mês seguinte apresentadas por um novo guardião, Fr. Luís da Natividade¹³⁹. Neste convento, em dezembro de 1806, o guardião Fr. Matias de S. Boaventura renunciou ao cargo, ficando a governar o padre comissário Fr. Luís da Natividade até à eleição, em capítulo de 5 de dezembro de 1806, de um novo guardião, Fr. António da Conceição, e em fevereiro de 1823 o Definitório aceitou a renúncia «ao M[ui]t.º R[everen].º P[adr].º Ex Deff[inid].º»¹⁴⁰.

No caso dos hospícios, como o da Ribeira Brava, o cargo de guardião era inexistente, sendo substituído pelo de presidente – presidente *in capite* –, cargo equivalente. Vejamos alguns dos seus presidentes *in capite*: Fr. Manuel de Santa Rosa (junho 1736 – maio 1740)¹⁴¹; Fr. Lourenço da Trindade (eleito a 7 de maio de 1740 – outubro 1741)¹⁴²; Fr. João de Jesus Maria (eleito a 14 de novembro de 1741 – agosto de 1743)¹⁴³; Fr. Manuel de Santa Rosa (eleito a 24 de agosto de 1743 – fevereiro 1745)¹⁴⁴; Fr. Pedro de Santa Teresa (dezembro de 1794 – outubro 1796)¹⁴⁵; Fr. Tomás de Aquino (27 de outubro 1796 – abril 1798)¹⁴⁶; Fr. Veríssimo dos Prazeres (eleito a 27 de abril de 1798 – janeiro 1800)¹⁴⁷; Fr. Inácio de Santa Ana (fevereiro 1800 – junho 1805)¹⁴⁸; Fr. Francisco de São Bernardo (eleito a 6 de junho de 1805 – novembro 1806)¹⁴⁹; Fr. Luís da Natividade (eleito a 5 de dezembro de 1806 – maio 1808)¹⁵⁰; e Fr. Inácio de Santa Ana (5 de junho de 1808 – setembro 1809)¹⁵¹.

¹³⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º-186, 192v.º, 196.

¹³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 40v.º-41.

¹⁴⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 140; l.º 4, fl. 91v.º.

¹⁴¹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 2, 34v.º.

¹⁴² ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 35, 36v.º, 49v.º.

¹⁴³ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 50, 51v.º, 74.

¹⁴⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 67, 85.

¹⁴⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 1, 28.

¹⁴⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 29, 45.

¹⁴⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 45v.º, 75v.º.

¹⁴⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 76v.º; l.º 3, fl. 46.

¹⁴⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 46v.º, 67.

¹⁵⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 67v.º, 77.

¹⁵¹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 77.

Os discretos de um convento formavam o Conselho Discretório e eram conselheiros do guardião, aconselhando-o sobre assuntos de relevada importância e assinavam as contas e inventários. O custódio provincial da Madeira, numa visita ao hospício da Ribeira Brava, ordenava ao discreto que, em conjunto com o guardião e o síndico, assinasse o lançamento das contas de receita e despesa¹⁵². Uma norma de 8 de fevereiro de 1771, emanada pelo custódio provincial, ordenava que os «Padres Locais [os religiosos padres de um convento] não embaraçassem aos Padres discretos dos seus respetivos conventos, a exercitar as obrigações de seus ofícios; e caso que os Prelados Locais não obedeçam a este nosso preceito, os Padres discretos nos avisem para lhes aplicarmos o remédio, segundo em o Senhor nos parecer mais saudável»¹⁵³.

O número de discretos variava de convento para convento, consoante a sua dimensão. No do Funchal habitualmente existiam três a quatro, como em julho de 1809: Fr. Manuel da Piedade, Fr. António de S. Joaquim, Fr. Januário das Chagas de S. Francisco e Fr. António de N.^a Sr.^a das Dores¹⁵⁴; em junho de 1815: Fr. Manuel da Piedade, Fr. José do Cupertino, Fr. Matias de S. Boaventura, Fr. Pantaleão de Jesus Maria José¹⁵⁵; e em dezembro de 1832: Fr. António da Conceição; Fr. Manuel da Purificação; Fr. Leandro de S. José; Fr. Jerónimo da Piedade¹⁵⁶. No de Câmara de Lobos existiam dois discretos, por exemplo, em agosto de 1794: Fr. António Venâncio de Santa Ana e Fr. Mateus do Monte Carmelo¹⁵⁷; em agosto de 1796: Fr. Francisco de Sales e Fr. Tomás de Aquino¹⁵⁸; e em abril de 1823: Fr. Veríssimo dos Prazeres e Fr. José da Conceição¹⁵⁹. No hospício da Ribeira Brava existia um discreto, desempenhando este cargo: Fr. Francisco das Mercês (... novembro 1796 – agosto 1797)¹⁶⁰; Fr. Francisco de Sales (setembro 1797, janeiro 1802)¹⁶¹; Fr. Francisco Solano (fevereiro 1802 – janeiro 1805)¹⁶²; e Fr. João do Temor de Deus (janeiro 1805 – novembro 1806...)¹⁶³.

¹⁵² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 37.

¹⁵³ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 27v.º.

¹⁵⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 2.

¹⁵⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 229.

¹⁵⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 241.

¹⁵⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 45v.º.

¹⁵⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 86v.º.

¹⁵⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 95v.º.

¹⁶⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 29v.º, 37.

¹⁶¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 38v.º; l.º 3, fl. 9v.º.

¹⁶² ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 10, 41v.º.

¹⁶³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 42v.º, 67.

Ao síndico do convento, individualidade influente na comunidade e que detinha bons contactos comerciais e sociais, estavam reservadas as atividades que envolviam os aspetos económicos, pois os frades, segundo as regras da Ordem, não tinham permissão para a posse de bens, nem ligação a atividades lucrativas. Ao síndico, pessoa secular ou clérigo, competia-lhe receber as esmolas, quer em dinheiro ou em géneros, proceder aos pagamentos das despesas do sustento dos religiosos, de aquisição de bens, das obras e manutenção dos espaços do convento¹⁶⁴. O síndico, em conjunto com o guardião e os discretos, elaborava as contas dos livros de receita e despesa.

Aos guardiães era ordenado para que não fizessem dívidas e colocassem na mão do síndico todas as esmolas; caso não cumprissem seriam suspensos por dois meses¹⁶⁵. Todas as esmolas recebidas deviam ser aplicadas «para a comunidade sem que delas se possa fazer outra aplicação»¹⁶⁶.

As dívidas eram objeto de atenção por parte dos responsáveis da custódia da Madeira, alertando para a poupança nos gastos de obras ou da alimentação, para o não endividamento e para uma boa cobrança. No Conselho Definitório, «Capitularmente Congregado nas funções Capitulares», de 4 de dezembro de 1781, foi dada atenção aos modos de cobrança de dívidas, sendo alertados os religiosos dos vários conventos que daí em diante cuidassem, com zelo, em cobrar todas as dívidas no mais curto espaço de tempo possível, porque «a experiência tem mostrado, que quanta mais demora houver na cobrança, mais dificultosas se fazem de arrecadar; e porque se acham nos livros dos Inventários de quase todos os conventos dividas de muitos anos, que por negligência de alguns Prelados senão procurarão»¹⁶⁷. O convento do Funchal atingiu uma dívida com um valor máximo de 3502\$892 réis em abril de 1820 e de 3276\$627 réis em junho deste ano, tendo baixado para 1351\$453 no mês seguinte, fruto da venda de aproximadamente 22 pipas de vinho no valor de 1832\$774 réis¹⁶⁸.

Segundo as atas do capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, o guardião do convento do Funchal «era obrigado a tomar contas dos caixões em que costumam vir depositados os defuntos a este convento e a eles fazem esmolas de os dar»¹⁶⁹. A 22 de junho de 1772 é aclarado, pelo Conselho Definitório, que as esmolas dadas

¹⁶⁴ O síndico do hospício da Ribeira Brava foi roubado, em 1736, perdendo o hospício 25\$265 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 3v.º).

¹⁶⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2v.º.

¹⁶⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 1.

¹⁶⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 40v.º-41.

¹⁶⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 85v.º-88.

¹⁶⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 1-1v.º.

no convento do Funchal «pelos panos da Estante, sepultura» deveriam ser aplicadas para a comunidade «e consta se não observou este preceito», sendo mandado que daí em diante

«as esmolas, que se dão pelos panos, e pelos caixões dos defuntos, e anjinhos sejam incorporadas na comunidade e lançadas nas contas que se fazem todos os meses da mesma comunidade e das ditas esmolas se fara a despesa do preciso para a sacristia, e para o reparo dos livros do coro, e o Guardião que nesta matéria for negligente pela primeira vez seja suspenso se seu ofício por quatro meses, e pela segunda seja privado.»¹⁷⁰

Uma diretriz, de 8 de fevereiro de 1771, elaborada na custódia da Madeira, relembra «o voto da Santa pobreza [...] e [como] esta se acha tão relaxada entre os religiosos desta Custódia», e determinava, sob pena de excomunhão, que os governantes dos conventos, «os Prelados Locais» – os guardiães ou presidentes –, fizessem

«cada um repor na mão do seu respectivo Sindico, todas as esmolas pecuniárias da comunidade, que se acharem fora dela; e havendo algumas, que já estejam merecidas, assim de missas, como de ofícios, ou por outra qualquer razão e causa, e não estejam cobradas, faça delas todas, cada um dos R. R[everendos]. Prelados Locais um mapa, e fielmente o entregue ao d[it].º seu respectivo Sindico, para que este as faça cobrar, e receber asi, para que melhor via e modo, que os novos estatutos ordenam»¹⁷¹.

Acrescenta-se ainda:

«a todos os religiosos, que com licença dos seus respetivos Prelados Locais tiverem alguma esmola sua, por qualquer modo adquirida para as suas necessidades, a ponham também na mão do mesmo Sindico, conformando-se para isso, com a lei do estatuto, e os R. R[everendos]. Padres Guardiães o façam assim cumprir, guardando também em seu poder os escritos e vigiarem nesta matéria quanto sabem lhes é pelo mesmo estatuto proibido e encarregado»¹⁷².

Finalmente:

«que nenhum religioso possa receber dinheiro para si e ainda que seja de cristão a título de missas ou de sufrágios, ou por outro qualquer título; mas sim o poderá receber por um secular se o tempo ou tais circunstâncias o obrigarem e no termo de 3 horas o fará logo entregar ao nosso Irmão Sindico pelo mesmo ou outro secular»¹⁷³.

O Conselho Definitório, de 22 de junho de 1772, determinava que as esmolas pecuniárias fossem recebidas pelos síndicos e despendidos por eles «como determinam os nossos estatutos e só no caso em que haja algum inconveniente para este recebimento o poderam fazer os seus substitutos, para lhas entregar, e se evitar

¹⁷⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 28.

¹⁷¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 27-27v.º.

¹⁷² ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 27-27v.º.

¹⁷³ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 27-27v.º.

o escândalo, que muitos prelados tem causado com o manuseamento de d[inhei]r.¹⁷⁴». Relativamente a este assunto estipulava-se o seguinte:

«E porque muitos Religiosos pouco tementes a Deus quebrantes sua Regra no voto da pobreza, que voluntariamente prometeram ao mesmo Senhor recebendo dinheiros, e gastando-os a seus arbítrios, e muitas vezes em demasias, e superfluidas, e para que se evite este pernicioso mal mandamos a todos os Religiosos desta Custódia por santa obediência façam pôr nas mãos dos Síndicos Apostólicos todas as esmolas que tiverem adquiridas, e para o futuro adquirirem pondo nas mãos de seus R. R[everendos]. P. P[adres]. Guardiães os escritos da sua importância, e que esta se incorpore no comum da comunidade e os ditos R. R[everendos]. P.P[adres]. Guardiães serão obrigados a socorrer as necessidades dos tais Religiosos por via de seus síndicos examinando se estas necessidades são verdadeiras, e remediandoas na própria espécie de que necessitarem conforme as esmolas que nas mãos dos síndicos tiverem, e porque a comunidade assiste aos Religiosos com mesa commua na saúde, e com o preciso na enfermidade dá todos os anos um par de sapatos aos seus religiosos, panos menores, e dois hábitos no triênio, e os P. P[adres]. Pregadores adquirirem pelos seus sermões no discurso do ano uma grande esmola se determina que os ditos P P[adres]. Pregadores sejam obrigados dar a comunidade dez tostões por cada sermão, e a esmola, que derem pelos tais sermões, os mesmos dantes a mandarão entregar aos Irmãos Síndicos, e quebrar deles recibo para se entregar ao R[everendo]. P[adre]. Guardiã e este suprir a necessidade dos Religiosos como acima se determina na própria espécie do que necessitar.»¹⁷⁴

Os recebimentos monetários derivados dos serviços prestados à população também eram chamados de esmolas, embora fossem um pagamento, pois tinham um valor fixo estipulado por cada serviço, como as missas, enterros e sermões, podendo, no entanto, ser dada uma esmola maior que o estipulado.

Vejamos algumas entregas, por parte dos síndicos: a venda pelo síndico do convento do Funchal, em 1814, de 452\$000 réis em vinho em Ponta Delgada¹⁷⁵, e a entrega do síndico do convento de Câmara de Lobos de 15\$000 réis, em 1823, provenientes «das missas da pensão da Terça»¹⁷⁶. Por outro lado, exemplifique-se alguns gastos pelo irmão síndico: em fevereiro de 1793, o síndico do convento de S. Bernardino gastou 16\$450 réis em 23,5 libras de cera lavrada para o sepulcro da Semana Santa e, em maio deste ano, adquiriu 22 molhos de giesta para os meses de abril e maio¹⁷⁷.

No convento do Funchal desempenharam o cargo de síndico: Pedro de Santa Ana (... 1809 – agosto de 1811; 18 de janeiro de 1815 – julho de 1815, julho de 1816

¹⁷⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 28-28v.º.

¹⁷⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 196.

¹⁷⁶ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 106v.º.

¹⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 12v.º, 14v.º.

– julho de 1818; 15 de julho de 1821 – janeiro de 1825; 17 de novembro de 1828 – julho de 1831)¹⁷⁸; Roque Caetano de Araújo (20 de agosto de 1811 – janeiro de 1815)¹⁷⁹; Romão Agostinho Moniz Bettencourt, como procurador (julho de 1815 – julho de 1816)¹⁸⁰; João Malheiro de Melo (15 de julho de 1818 – julho de 1821)¹⁸¹; Alexandre Álvares da Silva (janeiro de 1825 – janeiro de 1828), vigário¹⁸²; Cristóvão José de Oliveira (janeiro de 1828 – novembro de 1828)¹⁸³; e João de Oliveira (setembro de 1831 – dezembro de 1832...)¹⁸⁴. Desempenharam também o cargo, em Câmara de Lobos: Francisco Figueira Henriques (1792 – agosto de 1794); Francisco João de Cairos (dezembro de 1794 – janeiro de 1800); Domingos da Silva Pinto (agosto de 1800 – maio de 1805), cura na colegiada de S. Sebastião, em Câmara de Lobos; Pedro de Santa Ana (junho de 1805 – ...); Paulo Maria Passalacqua (janeiro de 1807 – ...); José Fernandes de Andrade (junho de 1808 – novembro de 1810), vigário na igreja paroquial de N.^a Sr.^a da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; Francisco João de Cairos (set 1811 – ...); João José Figueira (abril de 1815 – fevereiro de 1823), beneficiado; e Roque Caetano de Araújo (abril de 1823 – junho de 1824). No convento da Calheta, Sebastião Fr. de Aguiar (1750-1755), P.^e Manuel de Sousa Sá Jardim (1768-1772) e Manuel R. G. (1777)¹⁸⁵. No hospício da Ribeira Brava, o P.^e Manuel José da Estrela (... junho de 1736 – fevereiro de 1745...)¹⁸⁶, Pantaleão José Correia da Silva (... dezembro de 1794 – outubro de 1796)¹⁸⁷ e o vigário Manuel Pinto Felgueira (novembro de 1796 – 1798, 1809)¹⁸⁸.

Nos livros de receita e despesa, no final da escrita mensal dos valores, assentavam nos registos: «Fizemos contas o R.[everendo] P[adr].^e G.[uardi]am, Padres Descretos, e N.[osso] Irmão sind[ic]o», o que quer dizer que estavam presentes estas três entidades, sob a responsabilidade do guardião, pois no termo de abertura de um registo mensal era, por vezes anotado: «Contas que dá o M[ui]to Rev[eren]do P[adr].^e Guardião [...] da receita e despesa»¹⁸⁹. Em julho de 1805, o presidente do hospício

¹⁷⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 43, 218v.º; l.º 6, fls. 21v.º, 105v.º, 155v.º, 197v.º, 227.

¹⁷⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 44v.º, 217.

¹⁸⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 2v.º.

¹⁸¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 54v.º, 105.

¹⁸² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 156v.º, 172v.º.

¹⁸³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 186, 196.

¹⁸⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 227, 241.

¹⁸⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 6v.º, 9v.º, 15, 21, 28, 33, 35v.º, 50.

¹⁸⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 2, 34v.º, 35, 36, 49v.º, 67, 88.

¹⁸⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 2v.º, 28.

¹⁸⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 29v.º.

¹⁸⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 85v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 197.

da Ribeira Brava e o guardião do convento de Câmara de Lobos foram admoestados, pelo visitador, para fazerem as contas na presença do irmão síndico e do padre discreto, das respetivas casas, «como os estatutos determinam advertindo ficar incurso nas penas determinadas nos mesmos estatutos»¹⁹⁰. Em outubro de 1823, o guardião do convento de Câmara de Lobos não assinou as contas por motivos de saúde, com a justificação que «não assina estas contas por se achar eminente à morte»¹⁹¹.

Embora não pareça ser prática corrente, alguns conventos pagavam a elementos externos para a realização das contas. Esta situação ocorreu nos conventos do Funchal e de Câmara de Lobos. No do Funchal, pagaram 10\$000 réis, em janeiro de 1823, julho de 1824, janeiro de 1825 e julho de 1831, «a quem fez as contas», e 20\$000 réis, em janeiro de 1828, «a quem fez as contas dos 3 anos»¹⁹². No convento de Câmara de Lobos é constatado, de modo assíduo, o pagamento a um elemento externo ao convento para fazer as contas: em fevereiro de 1793, o irmão síndico pagou 3\$600 réis «Por frete do barco em que veio da Ribeira Brava o contador Manuel António de Sousa fazer as contas da comunidade 600 r[éi]s; e agradecimento de as fazer 2 lenços e uma libra de tabaco 2\$400 e frete do barco que o foi lá pôr»; em junho de 1793 foi registado «Por agradecimento a quem fez as contas inventário e disposição do convento a quem satisfez o nosso sindico em diversas cousas 6\$400; Por frete do barco em que veio e foi 1\$200»; em março de 1794 pagaram «Por uma l[ibr].^a de tabaco 14200 [réis], 4 lenços a 600 r[éi]s 2\$400 que se deu a quem veio fazer as contas desta comunidade 3\$600; Para o barco que o conduziu \$700 – soma 4\$300»; em maio de 1794 pagaram 2\$400 réis «a quem fez as contas»; em agosto de 1811 pagaram 20\$000 réis «por agradecimento a quem fez as contas nos 3 anos»; em setembro de 1817 pagaram 8\$000 réis «Por agradecimento de quem fez as contas e pagamento da besta»; e em janeiro de 1823 despenderam 2\$000 réis «Por pagamento dos homens que trouxeram e levaram em rede o P[adr].^e Vig[á]r[i].^o do coro que fez a caridade de vir escrever as contas»¹⁹³.

As contas deveriam ser registadas, rigorosamente, até à centésima, como se verifica no registo das contas de julho de 1821, do convento do Funchal: «Por satisfação ao erro que no termo da conta do mês de janeiro de 1820 a folhas 82 onde se ve a dívida do mês passado carregada com 3069\$200 deverá ser 3069\$206 em que

¹⁹⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 46; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 113v.º.

¹⁹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 105v.º.

¹⁹² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 125, 147, 155v.º, 185, 226v.º.

¹⁹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 10v.º; 17, 35v.º, 40; l.º 3, fls. 8v.º, 109v.º; l.º 4, fl. 90v.º.

faltou carregar os \$006»¹⁹⁴. Já no hospício da Ribeira Brava, em setembro de 1801, um recebimento a mais de \$009 réis foi justificado nas contas «por não haver troco»: «Por 5 barris e 1 almude e meio e uma canada de vinho mosto comutados a Manuel Joaquim pelo N[osso] Irmão Sindico do peditório da Tabua a 6\$000 que emportam em 33\$771 mas por não haver troco deram 33\$800»¹⁹⁵.

Aquando das vistorias às contas dos conventos, o dia era tratado como que fosse dia de festa, com direito a alimentação fora do habitual. As contas eram anotadas nos livros, estivessem certas ou não. Na maioria das vezes estavam corretas, sendo deixados, raras vezes, alguns reparos às mesmas, relativos ao modo como eram anotadas ou aos valores incorretos ou em falta. No convento de S. Bernardino, em agosto de 1797, foi anotado pelo custódio provincial que «foram vistas estas contas de receita e despesa deste nosso convento de São Bernardino e as achamos em tudo conforme as suas verbas e não faça dúvida o estarem assinadas pelo novo Guardiã o P[adr].^e Pregador Fr. Manuel da Piedade, por quanto o Guardiã pretérito nunca fizera contas desde que entrara até a sua ausência»¹⁹⁶. O reparo mais severo foi feito ao convento da Calheta, em 12 de junho de 1772, em que a Mesa da Definição, após verificar as contas do período do guardião Fr. José de S. Francisco, anotou que «delas se mostra a confusão com que ordenam, julguei as ditas contas por indignas, e menos verdadeiras, e por isso também das mesmas contas se mostra ser o dito P[adr].^e incapaz de administrar qualquer ofício desta Custódia»¹⁹⁷. O presidente do convento da Calheta, que substituiu interinamente o anterior guardião, registava, a 13 de julho de 1771, que as contas pretéritas estavam «escuras e embrulhadas e confusas estiveram três meses em poder do N[osso]. P[adre]. Vig[ár][i].^o Custódio defunto, e P[adre]. secretário, e nunca as puderam aclarar»¹⁹⁸.

Embora os franciscanos tivessem a pobreza como um dos seus valores, necessitavam de dinheiro e géneros para a sua subsistência e para colocarem em prática a sua obra espiritual. Uma diretiz de 5 de agosto de 1783 alertava para o cuidado em as cercas serem cultivadas e os peditórios serem realizados, principalmente no último ano de mandato de um guardião, atendendo que neste existia sempre maior desleixo. Alguns conventos viam-se obrigados a contrair dívidas para pagar as despesas e comutar os géneros recebidos por dinheiro, sendo ordenado

¹⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 105.

¹⁹⁵ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 4v.º.

¹⁹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 103.

¹⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 28v.º.

¹⁹⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 33.

que esta prática, se necessária, fosse reduzida ao essencial para suprimir a falta¹⁹⁹. Uma patente de 31 de julho de 1784 emanava várias ordens para reduzir as dívidas dos conventos da Madeira, principalmente o do Funchal em mais de 2 contos de réis, entre as quais evitar «toda a superfluidade, assim na mesa, como no lugar, onde residimos; [...] como também todas as propinas ou donativos que se costumam prestar aos nossos antecessores»²⁰⁰, cortando também com os gastos supérfluos, na alimentação, durante as visitas realizadas aos conventos. No entanto, a alimentação supérflua nas visitas manteve-se até à data da extinção dos conventos, como é constatado nos registos de receita e despesa dos mesmos.

Na categoria dos frades clérigos, além do guardião e discretos, que estavam na governação dos conventos, existiam ainda os confessores, pregadores e coristas, e, no do Funchal, o mestre de cerimónias e o mestre de noviços.

No capítulo custodial, de 7 de outubro de 1743, era ordenado que daí em diante não fosse dada carta de pregador aos religiosos sem que estivessem primeiro aprovados para confessor geral, e que os religiosos que não fossem pregadores não pudessem ser eleitos em prelados sem estarem aprovados para confessores de seculares²⁰¹.

No convento de S. Bernardino, na época da Quaresma e da festa da Porciúncula, em agosto, era habitual a ida de confessores da cidade do Funchal para ajudarem a confessar, pagando o convento as deslocações e a alimentação²⁰².

Aos confessores que iam ao convento feminino de Santa Clara era dada uma especial atenção. No capítulo custodial, de 7 de outubro de 1743, para evitar as

«impropriedades [...] indecentes e excandalosa que esta introduzida assim nos confessores, como nas confessadas religiosas e seculares de ocuparem fora do tempo da confissão sacramentado, e ainda com o pretexto dela, conversações murmurações e negócios fora dos que conduzem a salvação e bem espiritual das almas: mandamos com pena de excomunhão maior ipso facto incurrenda que nenhum confessor e confessada fora da confissão sacramental gaste tempo em luçoções acima declaradas; e só lhe fica prometido poder falar, ou antes, ou no fim da confissão pedindo estas nas matérias de consciência, que do mesmo sacramento se deduzirem, e esta mesma censura compreenderá a quem mandar abrir os confessionários deputados para confissões, constando-lhe não ser para confissão sacramental»²⁰³.

¹⁹⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 45-45v.º.

²⁰⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 49-49v.º.

²⁰¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

²⁰² ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 133v.º; l.º 3, fls. 61, 90, 107v.º; l.º 4, fls. 67v.º, 68, 82v.º, 93, 116v.º.

²⁰³ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 4.

Os pregadores franciscanos eram muito procurados para pregação de sermões nas festas que se realizavam nas diversas igrejas paroquiais e capelas particulares.

A pregação era uma fonte de rendimento para os franciscanos. No capítulo custodial, de 22 de junho de 1772, aos frades pregadores, que adquiriam

«pelos seus sermões no discurso do ano uma grande esmola se determina que os ditos PP[adres] Pregadores sejam obrigados dar a comunidade dez tostões por cada sermão, e a esmola, que derem pelos tais sermões, os mesmos dantes a mandarão entregar aos Irmãos Sindicos, e quebrar deles recibo para se entregar ao R[everendo]. P[adre]. Guardiã e este suprir a necessidade dos Religiosos como acima se determina na própria espécie do que necessitar.»²⁰⁴

Neste mês de junho de 1772, o padre guardião do convento de Santa Cruz pregou um sermão na festa da Senhora do Carmo, em Ponta Delgada, e outro na de S. Roque, em Machico, recebendo 2\$000 réis²⁰⁵. Neste convento era comum os frades fazerem pregações nas festas de Ponta Delgada, Machico, Santa Cruz e Água de Pena. Anteriormente, nas décadas de 30 e de 40 do século XVIII, os frades do hospício da Ribeira Brava recebiam \$600 réis por cada sermão²⁰⁶. Esta esmola fixa de \$600 réis era dada pelos sermões realizados pelos frades do convento de S. Bernardino, na década de 1790²⁰⁷, e pelos frades do convento de S. Francisco, ente 1809 e 1830²⁰⁸.

Nas festas realizadas nos conventos, os frades convidavam um padre externo para a pregação do sermão, pois era um dia festivo. No hospício da Ribeira Brava, em outubro de 1801 e de 1802, pagaram nas duas ocasiões 4\$800 réis, «de diversas coisas», ao pregador da festa de S. Francisco e, no ano seguinte, 6\$000 réis «de oferta» em dinheiro e em géneros²⁰⁹. No convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1824, pagaram 10\$000 réis, por esmola do sermão na festa de S. Francisco²¹⁰.

Os franciscanos tinham à sua responsabilidade, em diversos púlpitos das igrejas da diocese do Funchal, a pregação semanal ou em dias festivos. Três alvarás de D. João IV, de outubro de 1644, concediam aos religiosos do convento de Santa Cruz 30\$000 réis pelos sermões em cada um dos púlpitos das igrejas colegiadas de Santa Cruz, Machico e Porto Santo²¹¹. Os frades do convento de Santa Cruz, pelos sermões

²⁰⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 28v.º.

²⁰⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 2v.º.

²⁰⁶ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 9, 32v.º, 37, 43v.º.

²⁰⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 23, 46, 81v.º.

²⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 3, 8, 20, 42; l.º 6, fls. 10, 32, 137v.º, 209v.º.

²⁰⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 6, 27v.º.

²¹⁰ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 119v.º.

²¹¹ ABM, *Index Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda*, [...], fls. 147-147v.º, 164v.º-165. Os alvarás aos frades, para as pregações nas colegiadas de Santa Cruz, foram concedidos a 14 de outubro de 1644 e, nas colegiadas de Machico e Porto Santo, a 15 de outubro de 1644.

no púlpito da igreja da vila de Santa Cruz, recebiam 29\$850 réis anuais, na década de 1770²¹². Os religiosos de Câmara de Lobos recebiam 14\$700-14\$900 réis anuais, pagos pela Coroa, pelos sermões da Quaresma e do Advento no púlpito na igreja paroquial da vila de Câmara de Lobos²¹³. Os frades do convento do Funchal, pelo trabalho no púlpito da Sé, recebiam cerca de 39\$600 réis anuais, entre 1809 e 1818; passando tal quantia, a partir de 1820, para cerca de 59\$700 réis anuais²¹⁴. No capítulo custodial, de 7 de outubro de 1743, ordenava-se, relativamente ao convento feminino de Santa Clara, «que o Prelado Superior não dê licença a religiosas alguma para trazerem Pregadores de fora a pregar no nosso púlpito de Santa Clara, havendo Pregadores na Custódia e só poderá concederem alguma festa de Beatificação ou Canonização»²¹⁵.

De uma maior sumptuosidade dos rituais religiosos ficavam encarregues os irmãos coristas. Para o convento do Funchal, em capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, ordenavam que «para maior decência e perfeição das cerimónias do coro e altar» existisse

«um ou dois mestres de cerimónias, os quais se governarão tão somente pelo cerimonial, que Sua Majestade que Deus guarde foi servido mandar para esta Santa Custódia; e para que os sobreditos mestres cumpram com maior fervor, gosto, e perfeição este tão santo e louvável exercício, os dispensamos de todas as matinas simiduplex, Primas, e Completas, e não se ocuparam em outro ofício.»²¹⁶

Os irmãos coristas colaboravam nos peditórios de géneros realizados nas zonas rurais. O guardião ou presidente de um convento e o «vigário do coro», isto é, o corista, havendo-os os dois num convento, nunca poderiam se ausentar do convento ao mesmo tempo, em «negócios», excetuando quando saísse a comunidade «de baixo da cruz» como aos enterros e às procissões²¹⁷. Se no coro e refeitório dos conventos da custódia da Madeira faltasse um dos prelados que presidisse, assumiria a presidência o religioso mais idoso que se achasse na comunidade, pela sua graduação ou anos de hábito, sendo que os cantores teriam de ter o número mínimo de anos que os

²¹² ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 6, 12, 19, 25v.º.

²¹³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 10, 32, 73v.º; l.º 2, fls. 28v.º, 46, 59v.º, 76, 91v.º, 105, 153, 179; l.º 3, fls. 3, 52, 66v.º, 98; l.º 4, fls. 44v.º, 60v.º, 89. A pregação na época do Advento e Quaresma, no púlpito da colegiada de Câmara de Lobos, foi encarregada por alvará de 20 de outubro de 1612, sendo o pagamento no valor de 15\$000 réis (CARITA, 2000, *Convento de São Bernardino / Igreja Paroquial de Santa Cecília*, no entanto recebiam um valor abaixo, em virtude de «abatida a folha e selo», ou seja dos encargos dos processos para receberem os pagamentos.

²¹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8v.º, 30v.º, 53, 73, 195v.º, 216v.º; l.º 6, fls. 19v.º, 45, 81v.º, 96v.º, 112v.º, 125, 140, 154, 172v.º, 184, 223, 232v.º.

²¹⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

²¹⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

²¹⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2.

estatutos mandavam²¹⁸. O capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 mandava que, «nas casas de fora», em outras palavras, fora da cidade do Funchal, todos os religiosos, excetuando o guardião e definidores, deviam fazer «a sua semana de cantoria, e hebdómada atendendo à grande falta que há deles nesta Custódia»²¹⁹.

Ainda relacionado com as cerimónias nos coros, ocasionalmente, os franciscanos pagavam a um «menino do coro» para assistir na novena e festa de S. Francisco. Esta situação ocorreu nos conventos de Câmara de Lobos, em 1794 e em 1795, e, no do Funchal, em 1810, especificando-se neste último «um menino do coro que serviu de ceroferário»²²⁰.

Conhecem-se alguns irmãos coristas dos conventos. No hospício da Ribeira Brava: P.^e Fr. Luís (outubro de 1805)²²¹. No convento de Câmara de Lobos: Fr. António da Conceição (setembro de 1792, fevereiro de 1793 – novembro de 1794); Fr. José do Cupertino (janeiro de 1794 – doente na enfermaria); Fr. Filipe de S. José (março – maio de 1794, doente/enfermo); Fr. João da Piedade (dezembro de 1796); Fr. Francisco de S. Bernardo (março de 1797); Fr. Luís (julho de 1798 – junho de 1799); e o P.^e Fr. Miguel (outubro de 1805)²²². No convento do Funchal: Fr. Borges (setembro de 1809); Fr. Jacinto, «vindo das ilhas» (fevereiro de 1811); Fr. Severo (outubro de 1815); Fr. Manuel (julho de 1818); Fr. José (outubro de 1818); e Fr. João dos Serafins (agosto de 1828)²²³.

Os irmãos leigos possuíam os mesmos direitos e deveres nos espaços conventuais, embora com funções distintas dos padres, desempenhando os cargos de sacristão, enfermeiro, refeitoreiro, porteiro, etc. O capítulo custodial, de 20 de dezembro de 1777, ordenava que «os irmãos leigos tomem a bênção aos religiosos sacerdotes, e os reverencem como a pessoas que lhes ministram o Espírito e vida e os que forem defeituosos nisto sejam asperamente castigados.»²²⁴

As funções dos irmãos leigos podiam ser desempenhadas por um irmão padre. A função de sacristão no convento de S. Bernardino, em junho de 1793, era exercida pelo P.^e Fr. António Venâncio²²⁵.

²¹⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2.

²¹⁹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

²²⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 47v.º, 49v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 26.

²²¹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 51v.º.

²²² ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 1v.º, 10v.º, 31, 34v.º, 37v.º, 50, 93v.º, 98; l.º 2, fls. 4v.º, 17, 19v.º, 120v.º.

²²³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4, 32v.º; l.º 6, fls. 6v.º, 52v.º, 59v.º, 192v.º.

²²⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 34.

²²⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 15v.º.

No convento do Funchal existia uma enfermaria para cuidar dos religiosos enfermos dos vários conventos, nas situações mais graves sendo cuidados por um enfermeiro²²⁶. Os conventos que encaminhavam o doente para a cidade pagavam as despesas relativas à sua estadia, como a alimentação e os remédios. No convento de Câmara de Lobos se constata a existência de um enfermeiro, em 1797, «fr. Manuel de S. José enfermeiro»²²⁷. As visitas aos enfermos, na enfermaria do convento do Funchal, estavam limitadas a um quarto de hora, não por questões medicinais mas para evitar «todas as palestras, e jogos seculares, que em tão impróprio lugar se faziam não se proíbe nesta lei as ocasiões que forem precisas por causa que possa haver de se falar com o enfermeiro, mas nunca excedendo ao sobredito tempo declarado nesta lei.»²²⁸

No convento do Funchal existia um «irmão leigo refeitoreiro», que em setembro de 1809 havia ido a um peditório²²⁹. O capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 ordenava que «faltando no coro e refeitório dos nossos conventos da Custódia algum dos Prelados, que presida; a lei das presidências tenha e Ros[sic] o religioso mais velho, que se achar na dita comunidade ou pela sua graduação ou annos de hábito e nunca poderão ter estas presidências os cantores que não tiverem os annos que os estatutos mandam.»²³⁰

Os capítulos custodiais referem, também, a existência de porteiros nos conventos. No capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 o cargo do porteiro foi alvo de várias ordens com normas de conduta, sendo ordenado que o porteiro do convento do Funchal será obrigado a

«fixar e abrir as portas da igreja, e clausura, e terá cuidado de ter da sua mão a chave da porta da capela dos 3.^{os} a qual não entregará ao Andante da Ordem se não nas ocasiões que for necessário entrar por ela cousa, que pertença ao serviço da dita Ordem, como também nas festas principais em que deve estar aberta; e outro sim encarregamos e mandamos ao R[everendo]. P[adre]. Comissário dos 3.^{os} tenha cuidado todas as noites de pedir a dita chave ao Porteiro quando for aos exercícios quotidianos dos 3.^{os} os quais acabados fechará a porta, e entregará a chave ao Porteiro para que estas com as mais se ponham na cela do Prelado; e o Porteiro que assim o não observar será castigado pela primeira vez com pão e água em terra rigorosamente no refeitório, e continuando em ser defeituoso nestes nossos mandatos será privado do ofício e não poderá ser eleito em

²²⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 22.

²²⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 99v.º.

²²⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

²²⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 4.

²³⁰ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2.

Prelado, sendo sacerdote, no seguinte Capítulo e sendo lleigo levará 24 golpes com varas do refeitório fazendo juntamente a penitência de pão e água em terra no dito refeitório. E outro sim mandamos de baixo da mesma pena que nas ocasiões em que não houverem chaves, se repartam as esmolos na portaria do carro e que se nenhuma sorte se dem estas a noite, mas que tem somente ao jantar.»²³¹

Ordenavam ainda que

«o mesmo Porteiro seja obrigado a mandar entregar ao substituto do N[osso]. Irmão Sindico as esmolos que os fiéis costumam dar por devoção a N. Sr.^a da Piedade fazendo de todas assento, e no fim do mês irão para a mão do Sindico, de que pedirão recibo, e estes se entregarão na mão do Prelado Local, e o mesmo observará o P[adre]. M[estr].^e dos noviços com as esmolos oferecidas ao Senhor do Coro, e não farão obras sem licença do Prelado Local e estes na ocasião das contas lançarão em receita e despesa se acrivas no livro da Comunidade com declaração que assim as despesas da Portaria, como do coro, se não restrarão para outras necessidades mais que para o mesmo coro, e capela da Portaria: e observando-se o contrário serão castigados com as penas de proprietários.»²³²

Por fim,

«nenhum porteiro dos nossos conventos que for chamado a porta depois de ter posto as chaves na cela do Prelado, não vá a ela sem companheiro; e outro sim mandamos que cuidem sempre m[u]ito em terem as portarias fechadas, evitando que poderem o ingresso dos seculares ao interior dos dormitórios, não se entendendo isto com as pessoas graves de qualquer estado, ou qualidade, que sejam; e outro sim sendo manifesto estar proibido pelas leis da nossa Ordem que nenhum dos religiosos possa ir a portaria sem licença do Prelado e ser também evidentes o abuso e desprezo de tão importantes mandato, seguindo-se desta relaxação gravíssimos absurdos; achamos ser convenientes agravarmos mais as penas até agora desprezadas: e para o que mandamos com pena de excomunhão maior ipso facto incurrenta, e que nenhum religioso de qualquer grau, Dignidade, e estado que seja portas(?) ir a portaria sendo chamado sem licença do Prelado: declaramos que nesta pena não ficará compreendido o religioso, que for acompanhar algum hóspede até a portaria, ou chamar o porteiro, e que o fará sem descer a escada de frente da capela de N.^a Sr.^a da Piedade, e também se declara ser licito subirem aos dormitórios as famílias que costumam prover de água aos religiosos, e levar-lhes algumas encomendas; e o Porteiro que isto consentir, fique incurso na mesma pena.»²³³

O irmão donato, um leigo ao serviço de um convento, sem vínculo jurídico ou canónico, recebia vestimenta, hábitos, sapatos, alimentação e as propinas como os clérigos. Ao donato estavam reservadas tarefas auxiliares da comunidade, como, por exemplo, no convento de Câmara de Lobos, as tarefas da sacristia – «o donato da

²³¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 1v.º.

²³² ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 1v.º.

²³³ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 2v.º-3.

sacristia»²³⁴ –, a realização de peditórios²³⁵ e os acompanhamentos aos enterros²³⁶. No convento de Câmara de Lobos está identificado o irmão donato Francisco da Piedade (dezembro de 1793)²³⁷, a existência de dois donatos (abril de 1794)²³⁸ e o donato António da Encarnação (novembro de 1801)²³⁹. No convento da Calheta, no inventário realizado para levar a capítulo de 13 de dezembro de 1751, é referido o donato Francisco de Santa Ana, sendo nomeado nos dois inventários seguintes, de 7 de outubro de 1753 e de 7 de abril de 1755, como o irmão leigo Fr. Francisco de Santa Ana. Já no inventário de 20 de dezembro de 1777 são referidos dois donatos. No convento do Funchal são mencionados vários donatos: em 1821, «o donato do refeitório»²⁴⁰; em março de 1810, um irmão donato «das Ilhas» (Açores)²⁴¹; o donato Manuel, que, em julho deste ano, recebeu uma túnica e, em outubro de 1815, andava nos peditórios²⁴²; e o donato António Ferreira que, em novembro de 1811, morreu no hospital²⁴³.

No convento da Calheta, entre 1749 e 1798, a Ordem Terceira pagava a masmarros pela realização de alguns serviços; masmarro, segundo Raphael Bluteau é um «donato de frades. Frade. Leigo.»²⁴⁴ Os serviços dos masmarros à Ordem Terceira eram prestados na Quarta-Feira de Cinzas, incluindo na procissão, sendo serviços de baixo valor monetário, pelo que consistiam em serviços de apoio à festa. Eram pagos \$100 réis a cada um, chegando a colaborarem no máximo três masmarros em simultâneo²⁴⁵.

No convento do Funchal residiam noviços, existindo um espaço reservado aos mesmos. Os noviços pagavam a sua comedoria²⁴⁶. De «sua comedoria», em julho de 1815, o noviço, filho de Manuel da Paixão, pagou 37\$000 réis²⁴⁷; em dezembro de 1815, Jerónimo pagou 42\$000 réis²⁴⁸; em março de 1816, o do Estreito [de Câmara de

²³⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º.

²³⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 45, 99v.º; ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 108; l.º 4, fl. 69v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 4.

²³⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 52, 56, 85, 105v.º, 107v.º.

²³⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º.

²³⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 37v.º.

²³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 57.

²⁴⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 104v.º.

²⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 15v.º.

²⁴² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 20v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6v.º.

²⁴³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 49v.º.

²⁴⁴ BLUTEAU, 1728, *Vocabulario* [...], vol. Suplemento M-Z, p. 21.

²⁴⁵ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 8-8v.º, 11v.º, 29, 53.

²⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 188v.º.

²⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 1v.º.

²⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 10.

Lobos?], Fr. António, 37\$500 réis e o irmão Fr. Alexandre, 42\$000 réis²⁴⁹; em dezembro de 1818 o noviço Fr. José da Boaventura, 48\$000 réis e o noviço Fr. António, filho de Delfina, 30\$000 réis²⁵⁰; em julho de 1821 os irmãos noviços Gregório e Manuel, pagaram cada um 48\$000 réis²⁵¹; e em setembro de 1821 um noviço pagou 4\$000 réis por cada mês de comedoria no convento²⁵². Relacionado com a presença de noviços, o convento do Funchal arrendava o «armazém do noviciado» ao «Trem» da Fazenda Real, entre 1824 e 1828, a 60\$000 réis ao ano²⁵³.

No convento de S. Francisco ficavam estudantes «em exercícios» pagando um valor pela aprendizagem. Em fevereiro de 1815, cinco estudantes pagaram 36\$000 réis²⁵⁴ e, em dezembro de 1815, três estudantes pagaram 8\$000 réis cada um²⁵⁵. O «Estudante do Seiçal», de sua comedoria, em novembro e dezembro de 1815 e em março e julho de 1816, pagou 12\$000 réis e, em março de 1816, 11\$000²⁵⁶. Para os estudantes, em fevereiro de 1815, o convento comprou, pelo Entrudo, um queijo flamengo²⁵⁷.

Em «exercícios» no convento do Funchal ficavam padres ou clérigos. Em abril de 1813, o P.^e Dionísio, da Calheta, pagou 8\$000 réis pela «sua comedoria nos Exercícios»²⁵⁸. Pagaram o mesmo valor, cada um, em setembro de 1813, três clérigos por sua comedoria nos exercícios²⁵⁹; em setembro de 1814, três estudantes²⁶⁰; e em dezembro de 1814, 4 clérigos²⁶¹. O convento do Funchal por altura da festa de S. Francisco, fazia gastos em géneros alimentares para os clérigos que estavam em exercícios neste convento²⁶².

Aos jovens que pretendiam enveredar pela vida clerical no convento, o capítulo custodial, de 20 de dezembro de 1777, ordenava que aos que se iniciavam no coro não lhes faltasse o ensino do latim «porque as letras igualmente com as virtudes são os dois alicerces», e que o custódio provincial auxiliasse «aos que quiserem estudar,

²⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 14v.º.

²⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 62v.º.

²⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104.

²⁵² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 107v.º.

²⁵³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 172v.º, 181v.º, 192.

²⁵⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 219v.º.

²⁵⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 10.

²⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 10, 14v.º, 16, 19v.º.

²⁵⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 220v.º.

²⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 80.

²⁵⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 188v.º.

²⁶⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 209v.º.

²⁶¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 214v.º.

²⁶² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 189.

e castigando asperamente aos preguiçosos»²⁶³. Era ordenado ao mestre de artes para vigiar com

«toda a prontidão sobre os seus discípulos para os doutrinar, não só nas faculdades pertencentes ao seu ministério, mas também para que se apliquem as santas virtudes, não lhes permitindo licenças frequentes, nem companheiros, que sejam estudantes, mas sim Religiosos de probidade, e prudencia; E o R[everendo]. P[adre]. Guardião lhes concederá a dita licença segundo o determinamos. E se alguns mostrarem indícios de adiantamento deverá o P[adr].^e Mestre de Artes dar parte ao N[osso]. M[uito]. R[everendo]. custódio Provincial e ao M[uito]. R[everendo]. Guardião para que sejam dispensados de algum serviço da comunidade e assim se fomentem as letras e se honre a religião.»²⁶⁴

Os conventos recebiam jovens com idade inferior a 14 anos, os pupilos, que poderiam passar à categoria de noviços e, um dia, seguir a vida clerical nos conventos. Nos conventos da Madeira é conhecida a existência de pupilos nos conventos de Santa Cruz, de Câmara de Lobos e do Funchal. No de Santa Cruz, o pupilo colaborava nos peditórios, trazendo, por exemplo, feixes de vimes da freguesia da Camacha ou linho das freguesias «dos nortes»²⁶⁵. No convento de Câmara de Lobos, o irmão pupilo colaborava no peditório do sepulcro e recebia um hábito, vestimenta, calçado, comedoria e propinas do convento, como os restantes religiosos, embora em quantidade menor, assim como «frangos na moléstia»²⁶⁶. No convento do Funchal, o pupilo colaborava nos peditórios²⁶⁷, como no do Curral das Freiras²⁶⁸, e recebia os mesmos géneros atrás mencionados²⁶⁹. No convento do Funchal residia um pupilo «da casa de João de Carvalho», pagando pela sua comedoria 20\$000 réis mensais, em junho e julho de 1816, e 18\$000 réis mensais entre agosto de 1816 e março de 1817²⁷⁰.

Nos conventos ensinavam meninos. O capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 ordenava que «em atenção de grandes inconvenientes que experimenta o comum da religião com o bem particular de se ensinarem meninos nos nossos conventos o qual por nenhuma lei deve preceder aqueles: não haja daqui por diante introdução de meninos para qualquer doutrina com pena de suspensão de seu ofício por 2 meses, e os Prelados, que nisto consentirem.»²⁷¹

²⁶³ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 33v.º.

²⁶⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 33v.º.

²⁶⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 7, 35, 36v.º.

²⁶⁶ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 86, 99v.º, 105, 110v.º, 113.

²⁶⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211v.º.

²⁶⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 190v.º.

²⁶⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 19.

²⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 19v.º, 21v.º, 23v.º, 24v.º, 28v.º, 30, 32v.º.

²⁷¹ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 3v.º-4.

Os franciscanos residiam nos conventos, mas tinham a liberdade de saírem dos mesmos, mediante o cumprimento de certas regras. O Conselho Definitório, de 22 de junho de 1772, alertava os religiosos do convento do Funchal que saíam muitas vezes do convento, principalmente pelo facto de dizerem missas fora. Como resposta encurtavam o número de capelas, indo somente às do Ilhéu, Angústias e Santa Clara, mas continuaram a dizer missas noutras capelas, como veremos adiante, e obrigando os religiosos a se deslocarem com um companheiro «para que se evite a[s] vaguias, que fazem os Religiosos por esta Cidade». Outro motivo das saídas consistia em «pedirem licença para jantarem em casa de seus parentes, e amigos». Assim obrigavam que fossem todos com companheiros e viessem «a horas competentes do coro» e proibiam aos religiosos de «jantarem fora do Convento sem que levem companheiros que jantem com eles na mesma casa, por ser proibidos pelos estatutos Romanos, como diz Samaniego²⁷² estes jantares, e principalmente os banquetes públicos». O religioso que transgredisse esta regra seria «castigado a arbítrio do Prelado Superior», e o guardião que não a fizesse cumprir seria «pela primeira vez suspenso do seu ofício, por três meses, pela segunda vez seis meses, e pela terceira seja privado de seu ofício»²⁷³.

Segundo o Definitório congregado para as funções capitulares, de 4 de dezembro de 1781, era advertido «que nenhum Religioso, nem morador, nem hóspede pernoite fora dos conventos senão por justíssimas causas»²⁷⁴, sinal de que este ato era praticado.

Parece não existir muita comunicação presencial de frades entre os conventos, exceto nas épocas festivas ou nas visitas. Os religiosos quando pretendiam levar um recado ou uma encomenda a outro convento da custódia entregavam a tarefa a um moço, ao qual era pago um valor por esse serviço. Outro meio de comunicação usado entre os conventos era através de carta. O Conselho Definitório, de 22 de junho de 1772, ordenava que nenhum religioso escrevesse para outro convento «sem [que] primeiro apresente ao Prelado Superior para a ver se leva coisa indigna do nosso estado.»²⁷⁵

Os religiosos deveriam manter sigilo do que se passava nas comunidades conventuais, no entanto, existiam situações que transpareciam para o exterior dos

²⁷² José Ximenes Samaniego, frade espanhol, foi Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores da Observância entre 1676 e 1682 (Lista dos ministros gerais franciscanos, disponível em https://pt.frwiki.wiki/wiki/Liste_des_ministres_g%C3%A9n%C3%A9raux_des_franciscains, acessado a 2020.09.15).

²⁷³ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 28v.º-29.

²⁷⁴ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 41.

²⁷⁵ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 29v.º.

conventos e que eram de lamentar para as comunidades, pelo que o capítulo custodial, de 20 de dezembro de 1777, após parecer do Conselho Definitório, ordenava que «nenhum Religioso refira no povo o que passa das nossas portas a dentro, porque com grande dor de nosso coração temos encontrado repetidas vezes o pouco temor de Deus com que alguns falam libertinamente contra seus irmãos espirituais». Perante este «escandaloso defeito; e se preciso for», *recomendavam a excomunhão* «para vedar tão pernicioso mal»²⁷⁶.

O relacionamento dos frades franciscanos com as freiras do convento feminino de Santa Clara, sob a alçada da Ordem Franciscana, revestia-se de algumas regras especiais, como no caso dos confessores, na preferência da pregação nas festas e nos contatos sociais. O Conselho Definitório, de 22 de junho de 1772, assinado pelo presidente do capítulo custodial, o bispo D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, ordenava que as atas realizadas no capítulo custodial, «para as Religiosas de Santa Clara fiquem em vigor», excetuando que desta data em diante nenhum religioso franciscano teria licença para falar com freiras senão por escrito, como mandavam os estatutos, e tal licença só seria dada com causa justificada, apresentando a licença ao padre confessor e, na sua ausência, ao padre capelão do dito convento feminino «para que lhe permita falar naquele mosteiro». O religioso que procedesse em contrário seria disciplinado e transferido do convento do Funchal. Os padres confessor e capelão do convento de Santa Clara apenas poderiam receber o seu sustento em «espécie» e não em dinheiro²⁷⁷.

Nas mais diversas atividades, desde as económicas, procurações, tarefas do dia a dia, etc., os religiosos eram coadjuvados por colaboradores.

Colaboradores

Para tratar das doenças, além do enfermeiro do convento do Funchal, as comunidades conventuais solicitavam os serviços de médicos, sangradores, cirurgiões, barbeiros e boticários, sendo habitual a oferta de tabaco e algumas «bandejas» pela época do Natal ou na festa de S. Francisco, e, ainda que raramente, aves ou carne de vaca²⁷⁸. Nos casos mais graves, os religiosos eram encaminhados para a enfermaria existente no convento do Funchal.

²⁷⁶ ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 34.

²⁷⁷ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 29-29v.º.

²⁷⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 29v.º, 48; l.º 6, fls. 139v.º, 231v.º, 234v.º, 241; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 52v.º, 58v.º, 99v.º; l.º 3, fl. 12.

O convento de Câmara de Lobos pagava, em finais do século XVIII, 5\$300 réis de ordenado anual ao médico²⁷⁹, em princípio em serviço no Funchal, pois em julho de 1823, deste convento foi conduzido para a cidade o padre guardião para «mostrar-se aos médicos», juntando-se para o mesmo a despesa de 17\$200 réis incluindo 4\$200 réis «em sanguechugas na enfermaria do convento da cidade»²⁸⁰. Os conventos distribuía entre si o pagamento ao médico, como constatamos, em abril de 1776, com o pagamento de 5\$300 réis pelo convento de Santa Cruz respeitante à «propina ao nosso médico, que pertence a este convento»²⁸¹.

No convento de Câmara de Lobos está identificado o sangrador Leandro José, em outubro de 1794, e no do Funchal, António Paulo, em setembro de 1809²⁸². Conhecem-se, ainda, José Ferreira, cirurgião do Estreito de Câmara de Lobos, que colaborava com o convento de Câmara de Lobos, e Manuel Vieira de Andrade, «cirurgião da casa» do convento de Santa Cruz, em março de 1776²⁸³.

Ao barbeiro estavam reservadas as funções de barbear a comunidade ou fazer «as barbas a esta comunidade»²⁸⁴ tendo todos os conventos um colaborador que prestava os seus serviços mediante um pagamento. No hospício da Ribeira Brava, o barbeiro da comunidade, Diogo Lopes, recebia um ordenado de 4\$000 réis anuais, em finais do século XVIII²⁸⁵.

Ao barbeiro cabia ainda a função de tratar dos doentes através de sangrias. Em março de 1799, no hospício da Ribeira Brava, pagaram \$400 réis ao «barbeiro que sangrou o donato e tratou dele»²⁸⁶; em fevereiro de 1802, para o mesmo irmão donato, gastaram \$500 réis em duas purgas e \$800 réis com o barbeiro que tratou dele²⁸⁷; e em maio de 1806 gastaram \$400 réis em duas purgas e \$800 réis em duas aves para o presidente do convento²⁸⁸. O barbeiro, no convento de Câmara de Lobos, recebia 3\$600-4\$000 réis anuais, sendo referido a partir de 1824 o «barbeiro preto»,

²⁷⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 14, 38v.º.

²⁸⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 99v.º, 100. As sanguessugas sugam o sangue do paciente, mordem a pele e encaixam uma ventosa na ferida, segregando uma enzima que impede a coagulação do sangue.

²⁸¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 37.

²⁸² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 47v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5.

²⁸³ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 22; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 26v.º. No convento do Funchal, aquando de enterramentos, estão identificados três cirurgiões, podendo ter colaborado ou não com o convento: António José Morais (junho de 1816); António da Silva, morador no beco dos Álamos; e Elias (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 18, 156, 220v.º).

²⁸⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 53, 54v.º, 80; l.º 3, fl. 11v.º.

²⁸⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 16, 27v.º. No convento da Calheta está identificado o barbeiro Manuel José da Cruz e Almeida, que recebeu, em 1781, 1\$000 réis por fazer as barbas (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 58v.º).

²⁸⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 59v.º.

²⁸⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 10.

²⁸⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 59.

recebendo \$800-1\$500 réis mensais²⁸⁹. No convento do Funchal, em 1819-1820, dois barbeiros, Benedito e Francisco Brum, recebiam em conjunto 2\$000 réis mensais²⁹⁰; a partir de 1821 e até 1824 recebiam 20\$000 réis anuais; entre 1824 e 1828, 18\$000 réis; e, a partir deste último ano, 1\$250 réis mensais²⁹¹. Relacionado com o ato de sangrias, refira-se que em novembro de 1809, o convento do Funchal pagou 4\$500 réis a um mestre carpinteiro «de fazer o expurgatório»²⁹².

Aquando da doença de algum religioso, donato ou moço eram adquiridos produtos no boticário ou botica, chamados comumente de remédios²⁹³. Aquando da enfermidade era habitual a compra de carne (geralmente de aves: galinhas, capões e frangos e pombos) e a realização de gastos com lenha e carvão²⁹⁴. Vejamos alguns gastos mais específicos. O convento de Câmara de Lobos, em abril de 1794, gastou na enfermaria com o irmão donato 24\$640 réis em 19 arrobas de carne, azeite, lenha, leite e botica²⁹⁵; em janeiro de 1807, 1\$500 réis para ajuda das despesas «à botica das receitas do Rev[eren]d.º P[adr].º Guardião Fr. Matias de S. Boaventura»²⁹⁶; e em fevereiro de 1821, quando o guardião do convento se encontrava doente, no Funchal, despendeu-se 4\$700 réis em «remédios e aves» e 3\$000 réis do «corativo ao barbeiro»²⁹⁷. Para os doentes existiam gastos em açúcar²⁹⁸. No convento de Santa Cruz, para o irmão donato que se encontrava enfermo, em setembro de 1776, adquiriram em três compras: três galinhas, quatro frangas e 12 capões (3\$700 réis), gastando mais \$150 réis em remédios na botica²⁹⁹. Não deve ter melhorado, pois no mês de novembro permanecia na enfermaria do Funchal, gastando o convento de Santa Cruz 7\$300 réis em «pam, azeite, vaca, botica, aves, além de algumas que lhe foram deste convento»³⁰⁰.

Do hospício da Ribeira Brava, em abril de 1742, o irmão Fr. José, doente, foi encaminhado de barco para o Funchal, gastando o hospício \$550 réis em «duas

²⁸⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 11v.º; l.º 2, fl. 93; l.º 4, fls. 114, 121v.º, 123.

²⁹⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 86v.º, 96, 126v.º.

²⁹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 112.

²⁹² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 9.

²⁹³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 10, 33, 120v.º; l.º 2, fl. 76v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 30v.º, 33; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 4, 21; l.º 3, fls. 21v.º, 48.

²⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 166v.º (dezembro de 1826), 167v.º (janeiro de 1826), 172 (junho de 1826).

²⁹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 37.

²⁹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 142.

²⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 61v.º.

²⁹⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 8v.º.

²⁹⁹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 30.

³⁰⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 32.

galinhas e uma franga e um frango para o dito na enfermaria»³⁰¹. Neste hospício, em fevereiro de 1737, gastaram 12\$050 réis, na enfermaria, com Fr. Francisco do Monte Alverne³⁰²; em 1742 esteve «doente na enfermaria» Fr. José da Conceição³⁰³; em março de 1799 compraram carne de vaca, seis galinhas e uma franga para um religioso doente na enfermaria³⁰⁴; em abril de 1799 e em setembro de 1804, Fr. Francisco de Sales foi encaminhado, de barco, para a enfermaria³⁰⁵, em julho de 1799, «doente na enfermaria», recebeu três galinhas e, em maio de 1803, permanecendo «doente na enfermaria», recebeu cinco galinhas³⁰⁶; e em setembro de 1822, relativo ao internamento, na enfermaria do Funchal, de 41 dias, de Fr. Joaquim de Santo António, o hospício pagou a \$300 réis ao dia³⁰⁷.

Do hospício da Ribeira Brava, Fr. António de Cristo, leigo, doente na enfermaria, em abril de 1800, recebeu uma galinha, um capão e quatro frangas³⁰⁸. Fr. António de Cristo esteve vários meses doente na enfermaria do convento do Funchal, pagando o hospício mensalmente as despesas de «comedoria», como em janeiro de 1801, 6\$900 réis³⁰⁹, em julho de 1806, 2\$900 réis³¹⁰, e nos meses de agosto, setembro e outubro de 1812, 23\$640 réis³¹¹. Estando o dito irmão «entravado»/«incurável», a partir de janeiro de 1813 até junho de 1816 (pelo menos), os conventos de Câmara de Lobos e de Santa Cruz pagavam as despesas de comedoria de Fr. António de Cristo, provavelmente por ter «residido» nestes conventos, pois em novembro de 1796 o convento de Câmara de Lobos gastou \$900 réis por um par de sapatos³¹². O valor a pagar por cada um destes dois conventos foi de 4\$500 réis mensais³¹³. Em setembro de 1813, para cobrir essas despesas, o convento do Funchal recebeu do convento de Câmara de Lobos 30 alqueires de trigo, no valor de 36\$000 réis, relativo a oito meses, pelo que o pagamento também ocorria em géneros³¹⁴.

³⁰¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 54v.º.

³⁰² ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 8.

³⁰³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 58, 58v.º.

³⁰⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 59v.º.

³⁰⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 61v.º; l.º 3, fl. 37.

³⁰⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 64; l.º 3, fl. 23v.º.

³⁰⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 120v.º.

³⁰⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 78v.º.

³⁰⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 90.

³¹⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 61.

³¹¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 68.

³¹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 92.

³¹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 37v.º, 61v.º, 69v.º, 86v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 75, 78v.º, 80, 185v.º, 188v.º, 190, 192v.º, 195v.º, 197, 206, 208, 219v.º; l.º 6, fls. 1v.º, 3.

³¹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 188v.º.

Do convento de Câmara de Lobos, passaram pela enfermaria do Funchal: Fr. António Venâncio (setembro de 1792); Fr. Silvestre (outubro de 1792); Fr. Manuel do Espírito Santo, padre definidor (em novembro de 1792 e em abril de 1793, neste caso «doente por acidente» e indo de barco para o Funchal); Fr. Aniceto (novembro de 1792); P.^e Fr. António de Santa Ana (maio de 1793, sendo a despesa relativa a «frete de barco que o levou para a cidade»); Fr. Manuel da Conceição (agosto de 1793); Fr. João de S. Francisco, irmão leigo (janeiro e fevereiro de 1794 e janeiro de 1806 e de 1807); Fr. Manuel Santa Maria, irmão leigo (março de 1794 e fevereiro de 1795); Fr. Joaquim (outubro de 1792, fevereiro e maio de 1806); Fr. Roque, «entrevado», «incurável», «enfermo» (abril de 1798, janeiro de 1801, março de 1803 e março de 1805); e Fr. José, leigo (junho de 1824)³¹⁵. Do convento de Câmara de Lobos, às vezes os doentes eram deslocados em rede para a enfermaria do Funchal. Tal aconteceu com Fr. José do Cupertino, corista (janeiro de 1794); Fr. Manuel de Santa Maria (outubro de 1792 e fevereiro de 1794); P.^e Fr. António Venâncio (maio 1796); P.^e Fr. Francisco de Jesus Maria José (março de 1798); Fr. António de Santa Ana (janeiro de 1799); P.^e Fr. Joaquim (abril de 1808); e o padre guardião por três vezes (novembro de 1818, fevereiro e junho de 1821)³¹⁶.

Relativamente ao convento da Calheta, este gastou com os religiosos doentes 15\$770 réis, em 1750, e 112\$390 réis, em 1777. No ano de 1767 gastou 132\$605 réis com os «doentes na enfermaria do convento» do Funchal e 60\$220 réis com os doentes no convento da Calheta³¹⁷. Em 1753 e 1755, alguns religiosos doentes estavam em S. Lázaro, pois nestes anos o convento da Calheta gastou, respetivamente, 69\$694 réis «com os religiosos doentes em que entram os que estão em São Lázaro», e 20\$270 réis «de comedoria dos religiosos Lazarinos»³¹⁸. Deste convento esteve ainda, doente, na enfermaria do Funchal o irmão leigo Fr. Manuel da Estrela, em maio de 1812, e o P.^e Fr. Francisco de S. Bernardo, em junho de 1821³¹⁹.

Os conventos pagavam a moços pela execução de determinados serviços como peditórios, transporte de encomendas e realização de trabalhos na horta. Alguns conventos, em determinadas épocas, tinham os seus moços fixos, residentes

³¹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 1v.º, 2v.º, 4v.º, 12v.º, 13, 22, 30v.º, 33, 34v.º, 55, 74, 142; l.º 2, fls. 46v.º, 79, 109v.º, 125v.º, 131, 142; l.º 4, fls. 114v.º, 115. A comedoria de Fr. Roque, entrevado, incurável, era partilhada por vários conventos, cabendo ao de Câmara de Lobos 24\$000 réis por um ano (1799-1805) (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 24, 25, 79, 110).

³¹⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 31, 32v.º, 118, 158v.º; l.º 2, fl. 14; l.º 4, fls. 25v.º, 61v.º, 62, 65v.º.

³¹⁷ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5v.º, 28, 46.

³¹⁸ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 14v.º, 20.

³¹⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 60; l.º 6, fl. 103.

nos conventos, recebendo um ordenado fixo. Nos peditórios, que se desenrolavam na época das colheitas (trigo e vinho), e face ao volume de trabalho, os conventos requisitavam os serviços pontuais de outros moços.

No convento da Calheta, por cima da cozinha existia uma «casa» mencionada no inventário de 1750, com alguns utensílios existentes na adega, que nos inventários de 1751 e 1753 é identificada como a «casa dos moços», na qual existia uma barra de cama, uma enxerga, cobertas e uma manta³²⁰. Segundo o inventário de 1781, o convento da Calheta tinha três moços: João, Francisco e Manuel³²¹.

No hospício da Ribeira Brava, em finais do século XVIII, um moço habitava no convento, o que já poderia ter acontecido nas décadas anteriores. Neste hospício, em setembro de 1797, adquiriram algumas varas de «linhage» para os «lençóis do moço»³²². Joaquim, «amassadeiro e moço da casa», que «servia a casa» ou «esta comunidade», recebia um salário fixo, em outubro de 1796, de 5\$000 réis, em setembro de 1797, de 11\$000 réis, em abril de 1798, por seis meses, de 7\$000 réis, e em outubro de 1798, por cinco meses, até que «se despediu», 5\$000 réis³²³.

No convento de Câmara de Lobos existiam dois moços habituais, recebendo cada um 10\$000 réis anuais em 1792 e 1793, enquanto que em 1808 o salário anual era de 30\$000 réis e em 1822 de 42\$000 réis³²⁴. Além destes eram requisitados, de modo pontual, o serviço de outros moços para os peditórios em diversas localidades distantes, como na Fajã da Ovelha, Ponta do Pargo, Prazeres, Ponta do Sol, Canhas, Estreito de Câmara de Lobos e Funchal. O convento pagou de salário, a todos os moços dos peditórios, 43\$700 réis em outubro de 1797, 41\$700 réis em outubro de 1800 e 54\$600 réis em outubro de 1821³²⁵.

³²⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 4v.º, 8, 13.

³²¹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 55.

³²² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 39v.º.

³²³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 27v.º, 40, 45, 53.

³²⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 11v.º, 14v.º, 31, 52v.º, 120; l.º 2, fls. 154, 165, 167; l.º 4, fl. 83v.º. Vejamos alguns dos moços habituais do convento: Silvestre (1792, 1793); João Gonçalves (1792-1814); Matias (1793, 1795, 1796, 1797, 1798); João da Silva, moço amassadeiro (1794); António (1794); Sebastião, amassadeiro (1798-1802); José Pestana (1802-1803); Marcelino (1803); João Fernandes (1805-1806); António de Aguiar (1806-1814); João Ferreira (1810, 1815-1816); José de Canha (1811); Manuel Pereira (1813); José Pereira (1814); João de Azevedo (1815, 1817); Januário (1818, 1823); Joaquim Vieira (1822); João Pinto (1823); Joaquim da Silva (1824-1825) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 14v.º, 22, 30v.º, 39, 60, 76, 80v.º, 95, 114, 120v.º; l.º 2, fls. 11v.º, 28v.º, 61, 64v.º, 82v.º, 88v.º, 110v.º, 116, 118, 120, 122, 123v.º, 125, 130, 139, 160, 183; l.º 3, fls. 7v.º, 13v.º, 25, 38, 55, 61v.º, 69, 73v.º, 75, 85, 108; l.º 4, fls. 18, 81, 93, 98, 100, 123). Entre muitos moços que ficaram no anonimato, vejamos alguns dos que colaboravam com este convento em serviços ocasionais como os peditórios: Manuel José, da Caldeira (abril de 1793); Bernardo, moço do peditório do Campanário (1793); António de Aguiar, moço do peditório da Porta (1793); Manuel de Aguiar, moço do peditório (1805) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 12v.º, 15, 25v.º; l.º 2, fl. 122).

³²⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 110; l.º 2, fls. 42v.º; l.º 4, fl. 72v.º.

No convento do Funchal encontravam-se dois moços até meados da década de 1820, Francisco e Manuel, recebendo cada um o ordenado mensal de 3\$000 réis; depois houve três moços, Manuel, João e Luís, pagos a 2\$000 réis cada um³²⁶.

Além dos moços e dos que tratavam das doenças, outros trabalhadores colaboravam com os conventos em determinados serviços, como o cozinheiro, o(a) amassadeiro(a)/padeiro(a), o marchante, o moleiro, a lavadeira, a engomadeira, o hortelão, etc.

No hospício da Ribeira Brava, em finais do século XVIII, as refeições eram preparadas pelo irmão leigo, Fr. António de Cristo. Em maio de 1800, quando esteve «na enfermaria doente», passou a «fazer o comer para esta comunidade, e mais serviço» o moço António João³²⁷, que, em agosto de 1806, recebeu pelo seu serviço, por um ano, 3\$000 réis³²⁸. Para a alimentação deste moço, entre dezembro de 1799 e julho de 1802, encontra-se mencionada a compra de pão e arenques³²⁹.

No convento do Funchal trabalhava o cozinheiro Manuel dos Santos, recebendo, entre setembro de 1813 e dezembro de 1814, o ordenado mensal de 3\$000 réis³³⁰. Em outubro de 1815 outro cozinheiro, António dos Santos, recebeu 21\$500 réis, relativos a sete meses e cinco dias de serviço à comunidade (\$100 réis por dia)³³¹. Em 1829, era cozinheiro António Joaquim, recebendo diariamente \$100 réis³³², ordenado equivalente ao de um moço.

Nas visitas e na festa de S. Francisco, os conventos do Funchal e de Câmara de Lobos requisitavam o serviço de cozinheiros, ajudantes/criados e copeiros para ajudarem na cozinha e no serviço da mesa³³³.

³²⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 125, 130, 132v.º, 159, 200v.º, 206v.º, 208v.º, 210, 219, 229, 230, 231v.º, 232v.º. Neste convento são conhecidos outros moços: em julho de 1809, António de Aguiar; em dezembro de 1809, António Fernandes; em março de 1816, Nicolau; em março de 1816, fevereiro de 1825 e novembro de 1828, Manuel; em janeiro de 1822, outubro de 1823 e novembro de 1832, Francisco Fernandes; em outubro de 1824, dezembro de 1824 e janeiro de 1829, João Gomes; em dezembro de 1824 e setembro de 1825, Luís; e em março e junho de 1828, Francisco da Calheta (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 15; l.º 6, fls. 113, 119, 129, 136v.º, 150v.º, 157, 157v.º, 190v.º, 191v.º, 199v.º, 241).

³²⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 80.

³²⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 62.

³²⁹ Os arenques estão identificados durante quatro meses consecutivos, entre dezembro de 1799 e março de 1800, com valores de \$100 réis nos três primeiros meses e \$200 réis no último mês (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 70v.º, 72v.º, 76v.º, 77v.º). O pão consta em março de 1800 – \$900 réis –, em abril de 1800 – \$100 réis (aquando da aquisição de \$200 réis em pão para a comunidade) e em julho de 1801 – \$600 réis em «pão da venda para o moço» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 77, 79; l.º 3, fl. 2v.º).

³³⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 208, 216v.º.

³³¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 6.

³³² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 199v.º.

³³³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69; l.º 2, fls. 8v.º, 9 (1798); l.º 4, fl. 72; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fl. 19.

No convento do Funchal, na década de 1810, as refeições das festividades e visitas eram preparadas por Lourenço, «homem preto», que recebia entre 4\$800 e 7\$000 réis pelo trabalho na festa de S. Francisco ou 10\$000 réis pelo «jantar do S[antíssimo] S[acra].m[ent]º e n[osso]. P[adr].º» S. Francisco³³⁴. Na festa de S. Francisco, de 1818, António dos Santos, «que serviu de copeiro», recebeu 6\$400 réis, e um cozinheiro, 12\$000 réis³³⁵; na festa do ano seguinte, «o Santos que serviu a mesa [recebeu] 6\$400 [réis] [...] ao cozinheiro 12\$000 [réis], a quem ajudou 2\$000 [réis]»³³⁶; e na festa de 1820, «Pelo trabalho do cozinheiro 12\$000 [réis], ao ajudante 4\$000 [réis], a quem os serviu 2\$000 [réis], para o Santos que serviu a mesa 6\$400 [réis], para vários moços que serviram na cozinha»³³⁷. Na preparação desta festa de S. Francisco, em outubro de 1817, pagaram 26\$000 réis a dois cozinheiros e 10\$000 réis a um copeiro³³⁸.

No convento de Câmara de Lobos, por vezes, para as festas, o cozinheiro ia do Funchal, como em 1798 e 1811, ano em que viajou numa besta³³⁹. Pela festa de S. Francisco o cozinheiro recebia entre 3\$500 e 7\$600 réis³⁴⁰. No dia a dia, em 1806, João Gonçalves era o cozinheiro, recebendo um ordenado anual de 26\$000 réis, desempenhando também a função de amassadeiro e «servente da comunidade»³⁴¹ até dezembro de 1814, recebendo neste mês 21\$000 réis por ter amassado durante dez meses e meio³⁴². João Gonçalves, já desde maio de 1793, era um moço que servia o convento recebendo o vencimento anual de 10\$000 réis até janeiro de 1794, 12\$000 réis até inícios do século XIX e, depois, 13\$000 réis até desempenhar a dita função de cozinheiro³⁴³. Foram ainda amassadeiros: João da Silva, em janeiro de 1794, recebendo 12\$000 réis anuais³⁴⁴; João Fernandes, em 1795 e 1796, recebendo o mesmo salário anual de 12\$000 réis³⁴⁵; e o moço Sebastião, em 1798, recebendo 15\$000 réis anuais³⁴⁶. Em 1814, António de Aguiar servia o convento de Câmara de Lobos, recebendo mensalmente 3\$600 réis por cozinhar e amassar³⁴⁷. Por fim,

³³⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 26, 64, 190v.º.

³³⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59.

³³⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 77.

³³⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 92v.º

³³⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 41v.º.

³³⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º-9 (1798); l.º 3, fl. 13v.º.

³⁴⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 69, 79v.º.

³⁴¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 133, 139, 160; l.º 2, fl. 113.

³⁴² ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 69v.º.

³⁴³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 14v.º, 39v.º; l.º 2, fl. 125.

³⁴⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 30v.º.

³⁴⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 61, 89v.º, 92.

³⁴⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 11v.º, 42v.º.

³⁴⁷ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 55.

em 1817, uma amassadeira confeccionava o pão para este convento recebendo 3\$000 réis mensais; e em setembro de 1824 compraram pão por João Pinto não poder amassar³⁴⁸.

O pão era confeccionado nos conventos por moços, amassadeiros(as) ou padeiras, que recebiam um pagamento mensal ou por amassadura; por exemplo, pagavam-se \$300 réis ao amassadeiro do convento do Funchal, até finais da década de 1820, por cada amassadura, e depois 6\$000 réis mensais³⁴⁹. O amassadeiro do convento de Santa Cruz, em 1776, recebia 7\$050 réis anuais³⁵⁰. No convento de Santa Cruz, em julho de 1776, gastaram \$100 réis em unguentos para curar o amassadeiro, o qual, no mês seguinte, recebeu 2\$350 réis por quatro meses de salário «e [foi] ao mesmo tempo despedido», provavelmente em virtude do seu estado de saúde³⁵¹. No hospício da Ribeira Brava, em finais do século XVIII e inícios do XIX, uma amassadeira ou padeira confeccionava o pão no convento recebendo pelo seu trabalho 9\$000 réis anuais, em 1799 e 1800, e 15\$000 réis em 1805 e 1806³⁵². Raramente, quando acabava o trigo, recorriam a pão comprado, designado por «pão da Praça», situação mais recorrente no hospício da Ribeira Brava³⁵³, tendo, em março de 1744, Pedro recebido \$900 réis por 18 amassaduras³⁵⁴.

O convento de Câmara de Lobos recorria ao serviço de um moleiro e ao moinho em Câmara de Lobos, pagando, por exemplo, \$800 réis a «quem levou para o moinho e trouxe 4 sacos de trigo»³⁵⁵, e raramente recorriam «ao moinho da cidade» do Funchal³⁵⁶. No hospício da Ribeira Brava, os cereais eram moídos no moinho do Monte Gordo (1800)³⁵⁷.

Para cortar a carne, no convento de Santa Cruz, em agosto de 1775, «deu princípio o marchante do Caniço» e em agosto de 1776 recebeu 5\$775 réis por sete meses de salário, sendo «ao mesmo tempo despedido»³⁵⁸. O marchante do convento de Câmara de Lobos recebia uma propina em trigo ou em dinheiro, como aconteceu em 1808, tendo recebido por três meses 4\$000 réis e em julho de 1811 70\$500 réis respeitantes

³⁴⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 103; l.º 4, fls. 103.

³⁴⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 65v.º, 186, 208, 223v.º.

³⁵⁰ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 29.

³⁵¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 28v.º-29.

³⁵² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 13, 68, 73v.º; l.º 3, fls. 12, 54v.º, 59.

³⁵³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 33, 36; l.º 3, fls. 47, 48, 51v.º, 71, 72v.º, 76v.º, 79, 82v.º, 88v.º.

³⁵⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 74.

³⁵⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 16.

³⁵⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 45.

³⁵⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 77v.º.

³⁵⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 23, 29.

a três anos e dois meses³⁵⁹. No convento do Funchal, o marchante recebia anualmente 110\$000 réis, em 1809; 100\$000 réis, em 1810; e 75\$000 réis, em 1814³⁶⁰. Em 1809 e 1810, aos sábados, a tarefa de cortar a carne era desempenhada por um carneiro ou um «cortador de carne», recebendo por cada sábado \$300 réis³⁶¹.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal estão identificados os serviços da engomadeira. No convento de Câmara de Lobos, a engomadeira recebia 4\$800 réis anuais nas primeiras décadas do século XIX e tratava da roupa da comunidade, como atesta a despesa «por dinheiro a gomadeira para anil, carvão e linhas para conserto da roupa da comunidade \$800 [réis]», acumulando as funções de lavadeira e costureira e recebendo pelas três funções 1\$666 réis em dois meses³⁶². No convento do Funchal, recebia anualmente, entre 1809 e 1818, 24\$000 réis, e posteriormente 20\$000³⁶³, acumulando com a função de lavadeira a partir de 1829³⁶⁴. A lavadeira recebia, no convento do Funchal, mensalmente, 1\$000 ou 1\$200 réis até 1829³⁶⁵; no hospício da Ribeira Brava, recebia 1\$000 ou 1\$200 réis anuais em finais do século XVIII³⁶⁶; no convento de Santa Cruz, recebia 2\$500 réis anuais (1776)³⁶⁷; e, no convento de Câmara de Lobos, recebia 3\$600 ou 4\$800 réis anuais em finais do século XVIII e inícios do XIX, e 6\$000 réis a partir da década de 1820³⁶⁸.

Face à elevada quantidade de objetos de tanoaria usados nas adegas e nas cozinhas, como baldes, selhas, funis³⁶⁹, barris, pipas, etc., eram frequentes as solicitações de serviços de tanoeiro, pagando os conventos \$500, \$600 ou \$900 réis ao dia. Exemplificando, o convento do Funchal, em junho de 1821, gastou 45\$700 réis relativos a três anos «com os mestres tanoeiros em 41 dias a 900 r[éi]s 36\$900, dois molhos d'arcos de ferro 8\$000, 200 pregos de ferrar 500, ditos de cabeça 300 r[éi]s», e em junho de 1824 gastou 2\$700 réis em «fazer uma celha, 2 funis, 3 baldes

³⁵⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 14v.º; l.º 2, fl. 158; l.º 3, fl. 8. Encontram-se identificados, em Câmara de Lobos, o marchante João Gomes, em maio de 1824; e, na Calheta, o marchante António Sardinha, em 1781 (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 114; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 58v.º).

³⁶⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 9, 29v.º; l.º 6, fls. 197v.º, 208.

³⁶¹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 9, 29v.º.

³⁶² ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 4v.º, 160; l.º 4, fl. 100.

³⁶³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 9, 208; l.º 6, fls. 74, 194v.º.

³⁶⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 200v.º.

³⁶⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 9; l.º 6, fls. 113, 194v.º.

³⁶⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 16, 27v.º.

³⁶⁷ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 32.

³⁶⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 11v.º; l.º 2, fl. 113; l.º 4, fl. 90v.º.

³⁶⁹ Em julho de 1739, o hospício da Ribeira Brava comprou um «funil de pau e seu cano» por \$200 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 27v.º).

e de consertar o barril da cozinha»³⁷⁰; e o de Câmara de Lobos, em novembro de 1812, pagou «ao tanoeiro de 4 dias que veio fazer duas seilhas, 2 baldes e uma balsa³⁷¹ e um barril a 700 – 2800, arcos de ferro 600, tudo 3\$800»³⁷². O da Calheta, em 1755, pagou 1\$700 réis ao tanoeiro em «fazer 3 pipas novas, uma celha de trasfegar, uma tina, concertar os cascos da adega, e as pipas que foram 2 vezes para o Norte»³⁷³; e o hospício da Ribeira Brava, em 1802, remunerou 1\$800 réis ao tanoeiro «de fazer uma celha, um balde, e outros consertos de vasilhas da adega»³⁷⁴.

Os serviços dos cerieiros eram constantes nos conventos para os atos religiosos e para iluminação dos diversos espaços.

Ferreiros eram chamados para a confeção de ferramentas para uso quotidiano, como foices, machados, enxadas, ferrolhos, pás, grelhas, ou para a feitura de peças para os edifícios, como os ferros pedreiros nas portas. Tal se constata no convento da Calheta com despesas em «calçar e cobrir duas enxadas», «cobrir e calçar duas foices de esmoutar», «desobocar o machado», «por uma enxada nova», «pelos ferros do sino»³⁷⁵; no de Câmara de Lobos, temos «conserto [dos] ferros dos sinos», «amolar 2 podões emprestados para podar a vinha»³⁷⁶; e no hospício da Ribeira Brava vemos «amolar o machado e consertos diversos» e «duas fechaduras»³⁷⁷.

Aos caldeireiros estavam reservados a feitura de peças e os constantes consertos nos objetos da cozinha. A par dos caldeireiros, o metal era modelado e consertado pelos picheiros. Um picheiro, em 1794, consertou a bacia do polme das hóstias do convento de Câmara de Lobos e um outro, em 1818, fez uma manga de vidro para o convento do Funchal³⁷⁸.

Aos cesteiros cabia a feitura de cestos, que em agosto de 1803 custavam \$050 réis à unidade, na Ribeira Brava³⁷⁹, e em 1817, um cesto para «carrear terra» importava em \$200 réis³⁸⁰.

³⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 103v.º, 146.

³⁷¹ Este convento comprou, em 1817, uma balsa para a cozinha, no valor de 1\$200 réis (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 100).

³⁷² ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 34.

³⁷³ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 20.

³⁷⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 18.

³⁷⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 46, 56, 56v.º.

³⁷⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 28v.º, 33.

³⁷⁷ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 40, 48.

³⁷⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 52; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 54v.º.

³⁷⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 26.

³⁸⁰ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 3.

Os serviços de carpinteiro³⁸¹, pagos entre \$500 e \$900 réis ao dia, eram comumente requisitados, como no convento do Funchal: «fazer o expurgatório», «fazer uns taboleiros e consertar as janelas», manufaturar «postigos nas portas das lojas» e «tabuleiros para a cera», proceder ao «conserto da escada das alampadas e armário da sacristia» e ao «conserto da porta do carro»³⁸²; no convento de Câmara de Lobos: «fazer umas bicas para vir água ao convento», «serrar as travetas» e «consertar a escada da torre»³⁸³; no hospício da Ribeira Brava: «consertar a cozinha», «fazer as mesas, rótulas e empanadas», «fazer as portas», «consertar a torre», «fazer as casas», «o estrado da igreja», «o corredor» e «uma gaveta para a roupa»³⁸⁴; e no da Calheta: «fazer os canteiros das adegas», «fazer uma porta para o sino e tapagem da horta», «fazer as rótulas para 4 janelas, dividir a sacristia e fazer a porta de grades»³⁸⁵.

O trabalho de pedreiro³⁸⁶, acompanhado de serventes, era requisitado com muita assiduidade para a construção dos edifícios e obras de manutenção ou consertos nos espaços profanos e sagrados, como retelhamentos, fornalhas, calçadas, gamelões para os porcos, caiação, ou na feitura de muros nas hortas.

A finalizar a menção aos colaboradores dos conventos, diga-se que a custódia da Madeira tinha um procurador na corte, sendo o pagamento anual do trabalho do mesmo repartido pelos conventos da Madeira, de modo proporcional à quantidade de religiosos em cada convento³⁸⁷.

³⁸¹ Estão identificados, no convento do Funchal, os carpinteiros José Joaquim (setembro de 1808 – dezembro de 1809) e Francisco Inácio (janeiro de 1809) (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6v.º, 7, 10v.º) e, no convento de Câmara de Lobos, José Nunes, Jacinto e Francisco António (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 100; l.º 3, fls. 34, 71v.º).

³⁸² ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 9, 218v.º, 220v.º; l.º 6 fl. 134v.º.

³⁸³ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 34, 71v.º; l.º 4, fl. 66.

³⁸⁴ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 10, 10v.º, 24v.º, 30v.º.

³⁸⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 20, 47v.º, 56v.º.

³⁸⁶ No convento no Funchal, ganhando \$800 e 1\$000 réis ao dia, estão identificados os pedreiros: Silvestre, João e António (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6v.º, 7, 224). Relacionados com construções, salientem-se no convento do Funchal, em 1818, a aquisição de um «rodo para amassar cal», por \$600 réis, e no ano seguinte o conserto de um rodo (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 57v.º, 66v.º).

³⁸⁷ O convento de Santa Cruz, em janeiro de 1776, pagou 9\$230 réis relativos ao «que coube a este convento» (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 34). O convento da Calheta, em 1777, no que toca à sua parte, pagou 6\$150 réis (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 49v.º). O hospício da Ribeira Brava pagou entre 1\$950 e 2\$000 réis, entre 1797 e 1799, 11\$550, em 1803, relativos a 3 anos, e 5\$850 réis, em 1806, relativos a 1,5 anos (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 35v.º, 43v.º, 45, 56; l.º 3, fls. 23, 65v.º). Ao convento de Câmara de Lobos cabia o pagamento anual de 10\$588 réis, entre 1794 e 1797, 11\$550 réis, entre 1798 e 1805, 9\$230 réis, entre 1812 e 1817, e 13\$500 réis, em 1824 (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 52, 73, 83, 89, 100v.º, 113v.º, 120v.º; l.º 2, fls. 75, 105v.º, 113, 160; l.º 3, fls. 22v.º, 69v.º, 104; l.º 4, fls. 3, 114). Quanto ao convento do Funchal, pagava 15\$400 réis anuais, entre 1816 e 1820 (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15, 41, 53, 84).

Serviços Religiosos

Ornamentos nas Festas

Nos aspetos relacionados com os ornamentos festivos, os conventos contratavam os serviços de um armador, coadjuvado por serventes, servidores, ajudantes ou discípulos, que faziam a «armação» «da festa» e «o concerto e asseio da igreja»³⁸⁸. A armação consistia na ornamentação «da igreja» e outros espaços no convento do Funchal como a varanda e o refeitório³⁸⁹. As armações alugadas pelos conventos compreendiam a colocação de «ornamentos ricos», como cortinados e frontais de altar em tecido e, pela Semana Santa, a armação do «Passo e tapar os altares»³⁹⁰. No convento da Calheta é comum, na festa das 40 horas (Entrudo e quarta-feira de Cinzas, que dão início à Quaresma), o aluguer de tafetás, em princípio para servirem de cortinados³⁹¹. Nas armações, as cortinas eram pregadas com alfinetes grossos e finos, sendo assídua a compra de cartas de alfinetes e, ocasionalmente, é registada a compra de pregos e barbante³⁹². Para chegar ao alto do interior das igrejas era habitual a utilização de escadas³⁹³.

O convento do Funchal, em abril de 1821, pagou 64\$500 réis «aos armadores nas Festas do Convento nestes três anos, a saber as Festas do Santo Patriarca 24\$000, ditas de Nossa Senhora da Conceição 9\$000, ditas nas Semanas Santas 21\$900 e para alfinetes 9\$600»³⁹⁴. Fazer a armação durava vários dias. Na festa de S. Francisco, em 1776, no convento de Santa Cruz, os armadores e um servente estiveram seis dias e, no do Funchal, em 1832, um servente esteve seis dias no mesmo trabalho³⁹⁵.

Nos vários conventos da custódia da Madeira era habitual a armação nas festas do SS., S. Francisco, Semana Santa, oragos e pela época do Natal.

No convento do Funchal são especificadas as festas dos dias de Domingo de Palmas, Domingo da Ressurreição, Conceição e das Chagas de S. Francisco³⁹⁶.

³⁸⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 17.

³⁸⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 41v.º, 76v.º, 92v.º.

³⁹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 114, 157, 178v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

³⁹¹ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 5, 9v.º, 11v.º, 13, 22. Em 1754 alugaram 8 tafetás. No convento de Câmara de Lobos, em setembro de 1817, alugaram «tafetás e palhetas 2\$000» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 109v.º).

³⁹² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 40; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 68, 223v.º; l.º 6, fls. 121v.º, 150v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 109v.º. Em 1797, uma carta de alfinetes grossos ou finos custava \$150 réis e uma libra dos grossos 1\$200 réis. Nas duas primeiras décadas do século XIX, os alfinetes custavam \$200 réis à carta.

³⁹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 108v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 222v.º.

³⁹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 101.

³⁹⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 239; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

³⁹⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 163.

No convento de Santa Cruz são mencionadas as armações para as festas de Santa Ana, Espírito Santo, S. Francisco, N.^a Sr.^a da Conceição e das 40 horas. A festa das 40 horas era comum aos conventos da Calheta e de Câmara de Lobos, contribuindo a Ordem Terceira para o pagamento das despesas³⁹⁷. Na década de 1770, o convento de Santa Cruz recebia 9\$800 réis anuais dos confrades da confraria de Santa Ana, pelos atos religiosos, incluindo a sua festa, realizada em capela própria, no convento, nomeadamente pelas missas às terças-feiras e a festa com respetivo sermão³⁹⁸. No convento da Calheta é mencionada a festa de S. Francisco e do Carmo com procissão³⁹⁹.

No convento de Câmara de Lobos era realizada a festa de N.^a Sr.^a da Porciúncula, com a respetiva «armação». Neste convento, face à proximidade entre as festas do SS. e de S. Francisco, era habitual as ornamentações servirem para as duas festas, como se verifica na despesa de outubro de 1793 em que o convento gastou 10\$050 réis com o «armador pelo aluguer da armação de seu trabalho para a festa do Nosso Padre [S. Francisco] e por ficar para a festa do S.[enhor?]' neste convento»⁴⁰⁰.

Das várias festas nos conventos, a de S. Francisco revestia-se de importância especial, como patrono da Ordem. O capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 ordenava aos religiosos da custódia da Madeira que, na véspera do dia da festa de S. Francisco, os religiosos recolhessem aos seus conventos, até os «que estão em peditórios que poderão ao depois continuar, excetuamos somente aos religiosos que por esta ocupação se acharem nas freguesias do norte»⁴⁰¹.

No que diz respeito aos conventos de fora do Funchal, era necessário a realização de longos transportes das armações. Quanto ao de Câmara de Lobos, os baús iam geralmente do Funchal, em barco ou por terra em bestas ou portadores, e para o convento da Calheta é registado pagamento pelo transporte desde o Paul do Mar, Madalena do Mar, Tabua ou Funchal⁴⁰².

³⁹⁷ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 6v.º, 7v.º, 20, 22, 26; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 19, 32v.º, 49, 157; l.º 3, fl. 40.

³⁹⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 3, 16, 22v.º.

³⁹⁹ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 18, 26v.º, 58v.º. Entre 1777 e 1781 Francisco Xavier do Socorro era armador da festa de S. Francisco, recebendo 9\$400 réis pelo trabalho de 4 anos.

⁴⁰⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25.

⁴⁰¹ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 3-3v.º.

⁴⁰² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 25; ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 5, 19, 27, 29. Em 1764-1765, no convento da Calheta, a armação foi alugada a Inácio Gomes (ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 25). Para chegar ao convento da Calheta eram usados transportes por via terrestre e marítima. Em 1790-1791, pagaram «A quem trouxe por terra até a tabua [Tabua] um baú da armação / A frete de um barco da Tabua para aqui / A frete dos baús para a cidade» (ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 44v.º).

Nas armações e ornamentações das festas empregavam molhos, feixes ou cargas de alegra-campo, murta e «rama», «rama de louro» ou de «loiro», sendo menos comum o uso de alecrim e de buxo⁴⁰³, servindo tudo «para enramar a igreja»⁴⁰⁴. Em setembro de 1832, no convento do Funchal, para as festas do Domingo do Senhor e de S. Francisco, em conjunto com outras verduras ornamentais, adquiriram dois molhos de «sandelos»⁴⁰⁵. O adro era um dos locais de colocação de murta⁴⁰⁶ e o alegra-campo era suspenso ao longo das paredes interiores da igreja. Em setembro de 1809, o convento do Funchal comprou «pregos para o alegra campo» e, em 1816, o de Câmara de Lobos comprou «2 molhos de alegra campo para forrar a igreja»⁴⁰⁷.

As ornamentações das festividades da Semana Santa, no convento de S. Francisco, no Funchal, eram feitas com palmas, oliveira e «giesta florida»⁴⁰⁸. Na época da Semana Santa, compravam-se palmitos para a comunidade conventual e ofertavam ao bispo, governador e, por vezes, ao síndico e aos músicos que cantavam e tocavam «na Paixão». O convento de S. Francisco geralmente pagava, a quem os confeccionava, um valor total pelos palmitos, sendo especificado, por vezes, «segundo o ról», ou melhor, segundo a conta apresentada aos frades. Outras vezes pagava as fitas e as flores, artificiais, empregues na confeção dos palmitos, gastando, por exemplo: em abril de 1810, 8\$950 réis em 32 varas de fita e 14\$800 réis em flores; em abril de 1811, 7\$500 réis em 30 varas de fita «a diversos preços» e 8\$650 réis em flores; e em abril de 1814, 29\$300 réis no «pagamento de 2 palmitos, fitas e flores para o Exm.º Sr. Bispo e Sr. General», enquanto que neste ano os palmitos «dos músicos da Paixão e comunidade» do convento custaram 38\$300 réis. Como se constata nesta despesa, existiam palmitos mais caros que outros. Os mais dispendiosos, os palmitos «generaes», eram ofertados às referidas duas entidades, os representantes máximos da diocese do Funchal e da governação da Madeira, o que demonstra o requinte do trabalho e das fitas e flores empregues. Este requinte, por exemplo, verifica-se: num palmito que custou 16\$000 réis para o bispo, adquirido em abril de 1813;

⁴⁰³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 77v.º.

⁴⁰⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 37, 47v.º, 60, 85v.º, 89; l.º 2, fls. 8v.º, 120, 137, 151, 184v.º; l.º 3, fls. 13, 91v.º, 93; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 38, 40, 50, 72v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º, 92v.º, 229v.º. Os molhos de alegra-campo eram os mais caros. No convento de Câmara de Lobos, em 1794 e 1795, o alegra-campo foi adquirido a \$600 réis o molho, enquanto a murta, o louro e o buxo, a \$100 réis. Em 1816, o primeiro custava 1\$500 réis e os restantes \$300 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 47v.º, 69; l.º 3, fl. 86v.º).

⁴⁰⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 238. Tratar-se-á de sândalo, uma planta que exala um cheiro intenso, quando queimada.

⁴⁰⁶ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 27.

⁴⁰⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 4v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 93.

⁴⁰⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 35v.º, 56v.º, 222v.º; l.º 6, fls. 16, 32v.º, 48, 85v.º. Um feixe de oliveira custava \$800 réis em 1816.

em dois palmitos, no valor de 14\$250 réis, adquiridos em março de 1823; num palmito, no valor de 7\$400 réis para o síndico, adquirido em abril de 1824; e nos três palmitos, de 20\$200 réis, para o bispo, o governador e o síndico, adquiridos em março de 1828. Os gastos com os palmitos nas décadas de 10 e 20 do século XIX situavam-se entre os 14\$800 e 71\$600 réis anuais⁴⁰⁹.

Nos vários conventos estavam presentes as flores artificiais, quase sempre identificadas por rosas, na ornamentação dos espaços e objetos cultuais e nos espaços profanos. Nos conventos de Câmara de Lobos e de Santa Cruz não constam despesas com ramos e flores, o que não invalida que não fossem usadas.

O hospício da Ribeira Brava, em janeiro de 1739, adquiriu uma dúzia de ramos (2\$400 réis) e, em julho de 1744, uma dúzia (1\$800 réis) e outra meia dúzia (1\$200 réis)⁴¹⁰.

O convento do Funchal, em outubro de 1818, mês da festa de S. Francisco, comprou cinco dúzias de «rosas de castiçais» (4\$800 réis), ou seja, para serem colocadas em castiçais nos altares⁴¹¹. Este convento, nos espaços profanos, empregava nas festividades flores, «flores de alcansar», nas taças das bandejas e do doce da mesa (1\$100), como aconteceu em 1832, tendo pagado \$800 réis a quem fez os ditos enfeites, quer dizer, a alguém externo ao convento⁴¹².

No convento da Calheta, nos atos cultuais, são destrinçados vários tipos de flores artificiais, umas feitas de pano e outras de talco⁴¹³. Na capela-mor, segundo o inventário de 1755, estavam «12 ramos de talco novos, e varias flores de pano de concertar o sacrario»⁴¹⁴. Em 1771, estava armazenada, no espaço que ficava debaixo da cela do padre guardião, uma boceta pintada contendo «meia duzia de ramos de ta[l]co, e de rosas do mesmo 4 duzias»⁴¹⁵. Variavam no tamanho, conforme o inventário de 1750, que arrolava «Trinta e hum ramos grandes, e vinte hum piquenos»⁴¹⁶. Já no inventário de 1777 foram registadas «quarenta e cinco rosas de pano novas que deu

⁴⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17, 35v.º, 57, 80v.º, 201; l.º 6, fls. 16, 34v.º, 68, 85v.º, 101, 143v.º, 158, 188.

⁴¹⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 24, 78v.º.

⁴¹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º.

⁴¹² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 238.

⁴¹³ Face à escassez de flores naturais em determinadas épocas do ano, no período barroco era habitual a confeção de flores de talco, que consistiam no fabrico de finas folhas a partir do mineral do talco. As finas folhas de talco eram fáceis de moldar e davam a aparência de flores e ramos. São ainda muito usuais em algumas zonas de Espanha, em épocas festivas. Aos poucos foram substituídas pelas flores de pano (S.A., 2015.02.11, «O que são flores de talco?»; S.A., 2016.08.12, «Flores de talco para Soledad de Maria»).

⁴¹⁴ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 16-16v.º, 21. «Concertar» corresponde a consertar/ornamentar.

⁴¹⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 31v.º.

⁴¹⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 1v.º.

o R[everendo]. P[adre]. G[uardi].^{am}» Fr. Bernardo Nepomuceno de Jesus, e «quarenta e sete de táloco E quatro ramos do mesmo [talco]»⁴¹⁷. As rosas de pano foram dadas pelo guardião do convento, nesse ano, sendo apontadas no registo de entrada como uma das «obras sem dispêndio»⁴¹⁸, o que significa que as rosas seriam provavelmente feitas por alguém externo ao convento, sendo ofertadas ou adquiridas pelo guardião, tendo este as ofertado ao convento. Os seis ou sete andores que suportavam as imagens, na procissão de quarta-feira de Cinzas, eram ornamentados com vasos ou pirâmides em madeira para a colocação de flores. Para os andores, em 1748, a Ordem Terceira deste convento adquiriu 24 pirâmides de flores (um para cada esquina do andor) e, em 1749, 28 vasilhinhos de pau (um para cada esquina do andor), o que revela a existência de seis e sete andores, respetivamente. Em 1743, fizeram quatro andores, tendo trabalhado o carpinteiro nove dias a \$150 réis ao dia, um torneiro que fez os balaustres dos mesmos (\$250 réis) e \$350 réis em folhados (madeira) para as varas dos andores⁴¹⁹.

Como se verifica, os ramos, enfeites e os palmitos não eram confeccionados pelos frades, mas por alguém externo aos conventos. A confeção de flores e de outras artes decorativas, como os bordados, eram tarefas habituais das mulheres que se encontravam em instituições de caridade ou que professavam nos conventos femininos, existentes no Funchal. Na Madeira estão identificados alguns espaços que se dedicavam à confeção e venda destes arranjos.

Em 1804, a confraria de N.^a Sr.^a da Boa Morte gastou 1\$800 réis numa «dúzia de Rosas Novas compradas nas orfas a 150 cada hua» e «seis ramos de Roseyra compradas na mesma q[ue] tudo p[ar].^a ornato do altar a 800 – 4\$800»⁴²⁰. Estas flores compradas nas «orfas» provinham do Recolhimento das Órfãs, que funcionava no edifício da Misericórdia do Funchal⁴²¹.

A confraria do SS., da igreja de N.^a Sr.^a da Luz, na Ponta do Sol, anteriormente, em 1738-1739, comprou «6 ramos feitos nas m.[er]^{ces}»⁴²², isto é no convento de

⁴¹⁷ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 37v.º.

⁴¹⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 48v.º.

⁴¹⁹ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 4v.º, 6v.º.

⁴²⁰ ABM, GC, l.º 227, fl. 57v.º.

⁴²¹ O Recolhimento das Órfãs foi criado, por decisão da Mesa da Misericórdia do Funchal, a 6 de fevereiro de 1725, com o objetivo de recolher as órfãs desamparadas (MENESES; SILVA, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 16-17; JARDIM, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*, pp. 130-133).

⁴²² O Recolhimento do Bom Jesus foi fundado na década de 50 do século XVII, tendo as primeiras recolhidas entrado por volta de 1658. A maioria das recolhidas eram órfãos e pobres (MENESES; SILVA, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 158-159; SANTOS, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal [...]», pp. 251-398).

N.ª Sr.ª das Mercês, no Funchal, ao custo de \$200 réis cada um, e outros 4 a \$150 réis, tudo para ornato da capela do SS.⁴²³ e, em 1744, comprou uma dúzia de ramos por 4\$200 réis «no bom Jesus», em princípio no Recolhimento do Bom Jesus, situado no Funchal. Em 1669, a regente deste Recolhimento referia que as recolhidas viviam, também, do «trabalho de mãos», auferindo 5\$000 réis por mês⁴²⁴. Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, na documentação do Recolhimento do Bom Jesus, não existem registos de proveitos de venda destes artefactos, mas constam aquisições de flores (rosas) para ornamentos e confeção de palmitos. Provavelmente, seriam as rosas adquiridas já confeccionadas, como acontecia com os outros espaços religiosos, atrás descritos, pois as rosas e flores eram compradas ao mesmo preço. Em 1776 compraram 12 rosas «p[ar].ª se ornar o sacrário 1\$200» e, em 1774 e 1778, gastaram em «rosas p[ar].ª o sepulcro», respetivamente, 2\$400 réis e 1\$200 réis⁴²⁵. Por outro lado, neste recolhimento, na década de 80 do século XVIII, gastaram \$800 réis, nos anos de 1787, 1788 e 1789 «para concerto de hum palmito e fita», em outros termos, na confeção do palmito. Neste recolhimento não consta a compra de palmitos, mas de flores e fitas, materiais para a sua confeção, o que revela que seriam feitos na instituição. Compraram, em 1821, «6 varas de meia de fita p[ar].ª os Palmitos e flores 6\$600» e, em 1822, «seis varas e meia de fitas p[ar].ª os palmitos dezasseis tostões» e «flores p[ar].ª os palmitos sinco mil réis»⁴²⁶. Em 1778 gastaram 1\$750 réis em «flores e fitas p[ar].ª as palmas»⁴²⁷. Anteriormente, entre 1747 e 1753, neste recolhimento, o palmito deve ser sinónimo de ramo, pois gastavam entre \$450 réis e \$600 réis num ramo, para dar ao pregador no dia de Jesus ou em Quinta-Feira de Endoenças⁴²⁸.

Diversas confrarias de várias localidades da Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, adquiriram ramos e rosas, num mosteiro, em princípio do Funchal: em 1792, a confraria do SS., da igreja de S. Sebastião, em Câmara de Lobos, «quarenta e oito rozas do Mosteiro para o altar da capella, a cem reis 4\$800»; em 1806, a confraria de Santa Quitéria, da capela desta devoção, em Boaventura, em 1806, «4 ramos do Mosteiro 6\$350»; e em 1815, a confraria do SS., da igreja de N.ª Sr.ª do Monte, no Funchal, «1 dúzia de rozas do Mosteiro para a capella do Santíssimo

⁴²³ ABM, CON, l.º 77, fls. 75, 95v.º.

⁴²⁴ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder* [...], p. 378, citando ABM, RBJ, l.º 10, fl. 4.

⁴²⁵ ABM, RBJ, l.º 24, fl. 108; ABM, RBJ, l.º 25, fls. 37-37v.º.

⁴²⁶ ABM, RBJ, l.º 22, fls. 46v.º, 53v.º; 1777-1799, l.º 23, fl. 7.

⁴²⁷ ABM, RBJ, l.º 23, fl. 7.

⁴²⁸ ABM, RBJ, l.º 21, fls. 37, 42, 45v.º, 91v.º. Ainda relacionado com as flores, em 1818, este recolhimento gastou \$500 réis em «gomaravia p[ar].ª as flores da Igreja» (setembro) e \$200 réis em «verdete p[ar].ª as flores da Igreja» (outubro) (ABM, RBJ, l.º 24, fls. 26, 28).

2\$400»⁴²⁹. Poderá tratar-se do mosteiro de N.^a Sr.^a das Mercês, atrás citado, podendo ser um dos outros dois existentes na Madeira, o de Santa Clara ou da Encarnação⁴³⁰.

O convento feminino de Santa Clara, no Funchal, no século XIX, comprava ramos para serem ofertados pela festa do Senhor, ao reitor e tesoureiro da confraria. Neste caso, dois ramos ofertados tiveram um custo de 6\$600 a 7\$800 réis, entre 1809 e 1819. Por vezes eram só ofertados ao tesoureiro, um ramo no valor de 4\$000 ou 4\$200 réis (1816-1817)⁴³¹. A compra destes ramos revela que não eram executados no convento. Outras vezes compravam os materiais, nomeadamente as fitas para os ramos, podendo serem as próprias freiras a confeccioná-los, no entanto, no segundo quartel de 1809 forneceram «café e chá para a merenda de quem fez os ramos»⁴³², quer dizer, neste caso não foram feitos pelas residentes do convento. Mais tarde, em meados do século XIX, as freiras do convento de Santa Clara dedicavam-se à confeção de flores de penas, tendo sido premiadas na Exposição Universal de Londres, que se realizou de 1 de maio a 15 de outubro de 1851, com as «bellas flores de pennas que alli apresentaram»⁴³³. Em meados do século XIX a Madeira exportava flores artificiais para os portos nacionais e estrangeiro (Bermudas, Tenerife, S. Tomás)⁴³⁴.

Embora seja pouco habitual, encontrava-se nesta época, este tipo de palmitos em outras localidades da Madeira. Em 1815-1816, a confraria do SS., da igreja de Santa Ana, em Santana, pagou 13\$000 réis «Por Palmitos conserto, e fitas, e carreto», em outras palavras, pela confeção, fitas e transporte, sinal de que eram confeccionados em local distante – muito provavelmente no Funchal⁴³⁵. Nos séculos XVIII e XIX, era muito usual o emprego dos ramos de rosas artificiais nos espaços cultuais, os quais podem ser observados na azulejaria, com a representação de ramos de flores em albarradas. Para a igreja de Santo António, no Funchal, a confraria de Santo António adquiriu, em 1783, «seis duzias de rozas a 100 cada húa» e a confraria do SS., em 1797-1798, «8 duzias de rozas a mil e duzentos cada dúzia»⁴³⁶. A confraria de N.^a Sr.^a da Conceição, da igreja homónima, no Porto Moniz, em 1801, comprou

⁴²⁹ ABM, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 208, fl. 17v.º; cx. 14, proc. 1068, fl. 3; cx. 5, proc. 323, fl. 3.

⁴³⁰ Otília Fontoura, sem mencionar a fonte, refere que as religiosas do convento das Mercês «Por vezes entretinham-se com qualquer trabalho manual: renda, bordado, confeção de flores e trabalhos em linho» (FONTOURA, 2000, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, p. 256).

⁴³¹ ANTT, *CSCF*, l.º 66, fl. 12v.º (1809); l.º 61, fls. 12 (1815), 25v.º (1816), 11 (1817), 26 (1818), 41v.º (1819).

⁴³² ANTT, *CSCF*, l.º 66, fls. 10, 10v.º. O convento de Santa Clara tinha gastos em fitas para os ramos quando o Cabido ia ao convento «com as ladainhas» e para os ramos da confraria em dia do Domingo do Senhor (ANTT, *CSCF*, l.º 61, fl. 12; l.º 66, fls. 10v.º, 12v.º, 27, 39v.º).

⁴³³ FREITAS, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo [...]*, pp. 406-407.

⁴³⁴ MENESES, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo [...]*, pp. 97, 100-103.

⁴³⁵ ABM, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 701, fl. 3.

⁴³⁶ ABM, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 497, fl. 3; cx. 7, proc. 514, fl. 2v.º.

«2 duzias de rozas para os casticais 3\$000»⁴³⁷. A devoção de Santo António, da igreja do Bom Jesus, em Ponta Delgada, em 1807, comprou «6 ramos para o Altar 3\$600»⁴³⁸. A confraria do SS., da igreja de N.^a Sr.^a de Guadalupe, no Porto da Cruz, em 1826, adquiriu «tarjas e rozas de casticais para a capela do Santíssimo Sacramento 12\$600» tendo pagado \$700 réis na «condução das ditas flores»⁴³⁹. O convento de Santa Clara, no Funchal, em 1811, comprou «4 ramos p[ar].^a o andor da S[e]n[ho]r.^a das Candeias a 1\$500 r[éi]s – 6\$000»⁴⁴⁰.

Missas, Sermões e Festas

Contribuir para o bem espiritual da população transmitindo os ideais da Ordem, através de orações, de missas, de cerimónias festivas e fúnebres, eram tarefas quotidianas prioritárias que justificavam a presença das comunidades religiosas franciscanas; atividades que eram realizadas nos espaços conventuais, ou nas igrejas paroquiais e capelas particulares.

Os frades concretizavam vários tipos de missas rezadas e cantadas: as de convento, ditas ao domingo; as das festas; as de grade⁴⁴¹; as das obras; as de frade; as das confrarias; as das capelas; e os ofícios. No convento do Funchal é registada, em maio de 1830, a singularidade de uma missa dita pelos frades num barco «a bordo da curveta» por \$800 réis⁴⁴² e, em fevereiro de 1832, receberam 4\$000 réis pela ida a «bordo da Xarrua Princesa Real»⁴⁴³.

⁴³⁷ ABM, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 726, fl. 3.

⁴³⁸ ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1104, fl. 2.

⁴³⁹ ABM, *CON*, l.º 25, fls. 19v.º, 20.

⁴⁴⁰ ANTT, *CSCF*, l.º 66, fl. 32.

⁴⁴¹ As missas de grade correspondiam às missas solicitadas por particulares e eram lançadas numa grade ou grelha nos livros de registos dos conventos, daí o seu nome. No convento de Câmara de Lobos foi registado, em 1793, numa advertência de uma visita, umas missas «que na grade se nota por capela»; em junho de 1796, as missas «foram satisfeitas conforme a ordem da grade»; em junho de 1824, «o ofício já está lançado na grade» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 17v.º, 82; l.º 4, fl. 115v.º). Em 1831, o convento do Funchal comprou um «livro para a sacristia para a grade», isto é, para o lançamento destas missas (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 225).

⁴⁴² ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 214v.º.

⁴⁴³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 233. A charrua *Princesa Real* partiu de Belém com destino à Madeira, a 23 de setembro de 1831, com duas companhias do Regimento de Caçadores da Beira Alta, com um total de 207 praças. (Arquivo Histórico Militar, *Divisões*, Governo de D. Miguel (1828-1834), cx. 065, 08 – Ofício do coronel José da Rosa e Sousa, do Regimento de Caçadores da Beira Alta, para o marquês de Tancos remetendo mapa da força do Regimento no dia em que embarcou a bordo da charrua *Princesa Real*, com destino à Ilha da Madeira, disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=196810&detailsType=Description>, acedido a 2022.02.18).

Aquando da entrada de uma noviça ou da sua profissão nos conventos de Santa Clara, da Encarnação ou das Mercês, os padres do convento do Funchal faziam uma cerimónia religiosa (ou seja, uma missa) recebendo geralmente 3\$000 réis ou, mais raramente, 5\$000, 6\$000 ou 2\$400 réis⁴⁴⁴.

Aquando da morte de um irmão superior da Ordem, como a do 90.º Ministro Geral, Fr. Pasquale Frasconi, a 5 de junho de 1791, foi ordenado aos religiosos da custódia da Madeira diversos momentos de oração: aos guardiães, um ofício com missa cantada com toda a solenidade; aos religiosos sacerdotes, duas missas rezadas; aos irmãos leigos e religiosas de Santa Clara, rezar cada um três coroas de N.ª Sr.ª e diante do SS. duas estações, tudo pela alma do defunto. Era ainda ordenado que todos os irmãos, leigos e donatos se confessassem e comungassem⁴⁴⁵.

As missas nas capelas e oratórios particulares, encomendadas através de pensões testamentárias, eram ditas por capelães particulares, padres ou pelos frades dos conventos. Nos livros do convento do Funchal é habitual registarem o valor arrecadado pelos caminhos de missas nas «capelas do costume», sem identificação das mesmas, e outras vezes anotando-se somente o nome da capela ou do seu proprietário. Como as missas não eram ditas no convento e os frades tinham de percorrer um percurso para chegar aos templos apontavam o dito «caminhos de missas». No hospício da Ribeira Brava como sinónimo de «caminhos de missas» é usual o termo «jornadas»⁴⁴⁶. Às capelas do costume acumulavam as missas nas «capelas avulsas»⁴⁴⁷, em outros termos, as missas pontuais.

Muitas das vezes as missas são referidas como ditas num espaço físico de uma capela ou oratório, ou como uma «pensão», pois uma pensão de missas ou uma capela pode reportar-se a um encargo de missas e não ao espaço físico.

Os frades dos conventos do Funchal, de Santa Cruz e de Câmara de Lobos pregavam nos púlpitos das igrejas principais das localidades, respetivamente na Sé do Funchal, na igreja paroquial de S. Salvador e na igreja paroquial de S. Sebastião, recebendo um pagamento por este serviço.

Nas visitas e nas festas religiosas, também designadas de «funções», além do esmero na componente profana, como a alimentação, os enfeites, a música e a iluminação, o mais importante era a componente religiosa sendo tratada com cuidado especial, nomeadamente as missas e as pregações.

⁴⁴⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1, 2v.º, 20, 20v.º, 71v.º, 203, 219v.º, 224, 228; l.º 6, fls. 1, 1v.º, 5v.º, 8, 14v.º, 17, 29v.º, 35, 42, 62v.º, 71v.º, 78v.º, 80, 94, 148, 160v.º, 166, 171v.º, 209v.º, 211v.º, 219v.º, 221, 226, 232.

⁴⁴⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 51v.º-52.

⁴⁴⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 49, 52, 66v.º, 77v.º; l.º 3, fls. 29v.º, 33, 44v.º, 47v.º, 49, 50, 57, 58, 61v.º.

⁴⁴⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 62.

Convento de S. Francisco

Os franciscanos do convento do Funchal, dedicado a S. Francisco, tinham a seu cargo, em finais do século XVIII e inícios do XIX, diversas missas e festas em capelas particulares e igrejas paroquiais.

Pelos caminhos de missas, na capela de S. João da Ribeira, local onde se fixou inicialmente, na Madeira, a comunidade franciscana no século XV, o convento do Funchal recebeu 18\$800 réis referentes às missas entre 6 de junho a 31 de dezembro de 1824 e, em maio de 1828, recebeu 1\$500 réis referentes a cinco caminhos de missas. De junho de 1828 até agosto de 1832 foi assídua a receita de 3\$000 réis mensais dos caminhos de missas, a \$300 réis cada um, e a partir de agosto de 1832 a 2\$500 réis mensais⁴⁴⁸.

Na capela da Mãe dos Homens, situada na quinta homónima, no Caminho do Meio, na freguesia de Santa Maria Maior, propriedade do morgado Pedro Agostinho Teixeira de Vasconcelos, na festa do orago, em novembro, vários religiosos realizavam as matinas e a festa (26\$000 réis em 1809), também designada de novena e missa na festa (16\$000 réis entre 1810 e 1814), ou apenas as matinas (10\$000 réis, entre 1815 e 1820)⁴⁴⁹. Além das anteriores, os franciscanos diziam as missas do encargo deste morgado nesta capela (18\$800 réis em janeiro de 1811; 27\$200 réis entre janeiro de 1812 e 1821; 28\$400 entre 1822 e 1824)⁴⁵⁰ e anualmente, no mês de novembro, recebiam 4\$000 réis anuais, entre 1809 e 1824, pela festa de N.ª Sr.ª Mãe dos Homens⁴⁵¹.

A partir de fevereiro de 1830 até dezembro de 1832, foram registados caminhos de missas a «D. Joana ao Caminho do Meio» e «caminhos de missas a capela de D. Joana» a \$600 réis cada uma, perfazendo um total aproximado de 133 caminhos de missas, correspondente ao valor de 80\$000 réis⁴⁵². D. Joana poderá tratar-se de

⁴⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 153v.º, 189v.º, 190v.º, 192, 193v.º, 194, 197, 199, 200, 204v.º, 208, 224, 235, 237, 240v.º. Na capela de S. João da Ribeira, o altar colateral, do lado da Epístola, é dedicado aos franciscanos, contendo no ático uma cartela com o brasão de armas dos franciscanos. Nesta capela, nas décadas de 10 e 20 do século XIX, o cargo de ermitão era desempenhado pelo viúvo de Maria de Freitas, António de São José, natural de Gaula e morador na Ribeira de S. João. O ermitão António de São José faleceu a 7 de janeiro de 1826 tendo os franciscanos vendido uma túnica para o seu enterro. Já anteriormente, em julho de 1816, os franciscanos venderam um hábito de saial para a filha do dito ermitão. Ambos foram sepultados na igreja do convento de S. Francisco (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 21, 167; ABM, RP, S. Pedro, Óbitos, l.º 15, fls. 90-90v.º; l.º 17, fl. 15v.º).

⁴⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 27; l.º 6, fls. 5v.º, 24v.º, 41, 58v.º, 76v.º, 92.

⁴⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 31; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º, 124, 124v.º, 153v.º.

⁴⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 49v.º, 69v.º, 192v.º; l.º 6, fls. 7v.º, 26v.º, 42, 60v.º, 78, 92, 109v.º, 137v.º. No convento de S. Francisco existia uma capela dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens, podendo esta festa tratar-se da realizada no convento.

⁴⁵² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 211v.º, 214v.º, 216, 217, 218v.º, 222v.º, 225v.º, 227v.º, 228v.º, 230v.º, 231v.º, 233, 234v.º, 235, 235v.º, 236, 236v.º, 237, 237v.º, 238v.º, 239v.º, 240v.º.

D. Joana Inácia Correia Henriques de Castelo Branco, filha do capitão João Bettencourt Henriques e de D. Ana Maria Clara de Castelo Branco, que casou, em 1784, na capela de N.^a Sr.^a da Salvação, com Nicolau Luís de Mendonça e Vasconcelos, filho do capitão Pedro Agostinho de Vasconcelos, atrás mencionado, e de D. Isabel Favila de Vasconcelos⁴⁵³. Anteriormente, em janeiro de 1815 e em julho e agosto de 1818, são mencionados, respetivamente, três, três e dois caminhos de missas, a \$1000 réis cada um, à viúva de Nicolau Luís⁴⁵⁴.

Os franciscanos faziam caminhos de missas à «casa» / ao «oratório» da nora do dito Pedro Agostinho, D. Ana Cecília de Ornelas e Vasconcelos, filha do morgado Rodrigo da Costa Almeida e de D. Isabel Catarina de Mendonça, casada na Sé do Funchal, a 6 de maio de 1769, com Agostinho Pedro Teixeira e Vasconcelos representado por Nicolau Luís de Vasconcelos⁴⁵⁵. São conhecidos os caminhos de missas entre 1809 e 1831, pagos a \$600 e \$300 réis cada um⁴⁵⁶. Da capela de António Freire de Andrade, de 1812 até 1828, no mês de junho, a pensão de Santo António no valor de 4\$500 réis é administrada por D. Ana Cecília, sendo especificado, em 1823, que se estaria a pagar pela procissão do dito santo⁴⁵⁷.

Da capela do Pilar, na freguesia de S. Martinho, propriedade do morgado José Joaquim de Aragão, falecido em 1814⁴⁵⁸, os franciscanos receberam 100\$000 réis anuais pelas missas, entre 1812 e 1814. À capela do Pilar são realizados diversos caminhos de missas, como três em fevereiro de 1815 (3\$000 réis) e em 1831, entre

⁴⁵³ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 7, fl. 257v.º.

⁴⁵⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fls. 54, 55v.º.

⁴⁵⁵ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 15, fl. 106.

⁴⁵⁶ Vejamos alguns caminhos de missas à «casa» de D. Ana Cecília: seis, em janeiro de 1809 (2\$400 réis); oito, em agosto de 1809 (3\$200 réis); sete, em setembro de 1809 (2\$800 réis); sete, em novembro de 1809 (2\$800 réis); 11, em dezembro de 1809 (4\$400 réis); sete, em janeiro de 1810 (2\$800 réis); seis, em fevereiro de 1810 (2\$400 réis); 11, em março de 1810 (4\$400 réis); sete, em maio de 1810 (2\$800 réis); nove, em junho de 1810 (3\$600 réis); três, em fevereiro de 1813 «ao oratório» (1\$800 réis); três, em janeiro de 1815 (1\$800 réis); quatro, em julho de 1818 (2\$400 réis); oito, em agosto de 1818 (4\$800 réis); sete, em setembro de 1818 (4\$200 réis); dois, em janeiro de 1828 (\$600 réis); seis, em fevereiro de 1828 (1\$800 réis); seis, em abril de 1828 (1\$800 réis); nove, em maio de 1828 (2\$700 réis); sete, em junho de 1828 (2\$100 réis); dois, em julho de 1828 (\$600 réis); 1829 (6\$000 réis); junho de 1831 (6\$000 réis) (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 75v.º, 218; l.º 6, fls. 55v.º, 57, 185v.º, 186v.º, 188v.º, 189v.º, 190v.º, 191, 210v.º, 225v.º).

⁴⁵⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 62, 183v.º; l.º 6, fls. 18, 52v.º, 87v.º, 103, 117v.º, 132v.º, 160v.º, 171v.º, 192.

⁴⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 53, 75v.º, 80, 195v.º, 200v.º, 207v.º, 211. Em dezembro de 1814 foi sepultado José Joaquim de Aragão «na sua capela do Pilar», sendo acompanhado por 20 religiosos a 1\$500 réis cada um, totalizando 36\$000 réis, incluindo hábito de saial e ofício. Acrescentaram 50\$900 réis por ofício de honras e vésperas (6\$000 réis), ofício grave (16\$000 réis), assistência de música ao ofício (10\$000 réis), sinos (10\$000 réis), tocheiras (2\$400 réis), panos e estrado (4\$100 réis) e quatro religiosos a S. Martinho ao ofício de freguês (2\$400 réis) (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 214). A capela foi mandada construir por Gonçalo de Freitas Drumond, em 1676, tendo sido reedificada por António Caetano de Aragão e benzida a 19 de julho de 1876, sendo pertença do Dr. Romano de Santa Clara Gomes em 1946 (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 340).

fevereiro e julho, pelos quais receberam 4\$000 réis mensais⁴⁵⁹. Por um provável familiar do anterior, o morgado António Caetano de Aragão, em setembro de 1818, foram pagos dois caminhos de missas, a 1\$000 réis cada um⁴⁶⁰.

A partir de novembro de 1809 são referidos caminhos de missas relativos ao morgado António Joaquim de Vasconcelos, a \$400 réis cada um, sendo que, em fevereiro de 1813, as missas foram ditas num «oratório» e, em dezembro ou janeiro de cada ano, desde 1809 até 1826, recebem o pagamento de 14\$700 réis anuais pela «capela» do mesmo⁴⁶¹, ou seja, pela pensão das missas.

Em novembro de 1809 e fevereiro de 1810, os franciscanos receberam 22\$200 réis, incluindo as missas do Natal no valor de 1\$200 réis, pelas capelas de D. Antónia Emília de Freitas Esmeraldo, filha do capitão Bento João (de Freitas)⁴⁶² e de D. Isabel Maria Jacinta Esmeraldo⁴⁶³, que pagava este encargo em 1811 e 1812⁴⁶⁴. Em 1813 estas missas foram pagas por Nicolau Telo e de 1814 a 1822 são referidas como as missas das pensões ou capelas de D. Antónia Emília⁴⁶⁵. D. Antónia Emília casou a 4 de agosto de 1794, com as bênçãos realizadas na sua capela de Santa Ana, na freguesia do Monte, com João de Freitas e Silva Correia⁴⁶⁶, e faleceu em agosto de 1821 sendo enterrada na quinta do Livramento⁴⁶⁷. O segundo casamento do pai de João de Freitas, Henrique Félix de Freitas da Silva, realizou-se na capela de N.^a Sr.^a da Salvação,

⁴⁵⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 219; l.º 6, fls. 222v.º, 223, 224, 224v.º, 225v.º, 226.

⁴⁶⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57.

⁴⁶¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3, 8v.º, 10v.º, 12, 14, 15, 17, 18v.º, 20v.º, 31, 42, 53, 73, 75v.º, 216v.º, 218; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 82v.º, 124, 166, 176. António Joaquim de Vasconcelos faleceu em fevereiro de 1820 (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 82v.º).

⁴⁶² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8, 12v.º.

⁴⁶³ O capitão Bento João e D. Isabel Maria Jacinta casaram em 1771 (ABM, RP, S. Pedro, Casamentos, l.º 7, fl. 118).

⁴⁶⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 31, 53.

⁴⁶⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 73, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º, 124.

⁴⁶⁶ ABM, RP, S. Pedro, Casamentos, l.º 9, fl. 27.

⁴⁶⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 106v.º. João de Freitas e Silva Correia é filho de Henrique Félix de Freitas da Silva e de D. Ana Guiomar Correia Henriques. Henrique Félix de Freitas é filho de João de Freitas da Silva e de D. Inácia Micaela de Sá Acciaiolly, neto paterno de Henrique Freitas Bettencourt da Silva e de D. Maria Acciaiolly de Vasconcelos e materno de Zenóbio Acciaiolly de Vasconcelos e de D. Mariana de Sá e Meneses. Casou primeira vez, na paróquia da Sé, a 28 de dezembro de 1760, com D. Francisca Inácia Telo de Meneses e Câmara, filha de João da Câmara Leme e de D. Joana Basília Telo de Meneses, neta paterna de Inácio da Câmara Leme e de D. Isabel de Castelo Branco e materna de António Nunes Macedo e de D. Filipa de Meneses (ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 14, fl. 42). Casou segunda vez, na ermida de N.^a Sr.^a da Salvação, com D. Ana Guiomar Correia Henriques, filha do capitão João Bettencourt Henriques e de D. Ana Maria Clara de Castelo Branco, neta paterna de António Correia Bettencourt Henriques e de D. Isabel de Meneses e materna de Jorge Correia Bettencourt e de D. Antónia Josefa de Castelo Branco (ABM, RP, S. Pedro, Casamentos, l.º 7, fl. 120). Em setembro de 1823 faleceu a esposa de António de Sousa, morador na «Quinta de Henrique Félix» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 135).

devendo estas capelas estarem, muito provavelmente, relacionadas com esta pensão de missas. Entre 1825 e 1830 este valor de 22\$200 réis é mencionado como sendo da capela do morgado Henrique Félix, em princípio, o sogro de D. Antónia Emília⁴⁶⁸.

Da capela de N.^a Sr.^a do Livramento, os frades receberam 17\$600 réis em dezembro de 1826, 4\$000 réis em dezembro de 1831, 2\$500 réis em janeiro de 1832 pelas missas nos Domingos e Dias Santos de Guarda e 2\$000 réis mensais entre fevereiro e maio de 1832⁴⁶⁹.

Os franciscanos estavam encarregues de dizer as missas da pensão de Pedro de Santa Ana, síndico do convento do Funchal, como ficou registado entre julho de 1809 e maio de 1831. Nas contas do convento, de fevereiro de 1813, assentam «3 caminhos de missas no oratório de Pedro de Santa Ana», a única vez que consta o termo oratório em vez de pensão⁴⁷⁰. Nas receitas do convento do Funchal, entre 1809 e 1831, são várias as vezes que os franciscanos registam os caminhos de missas, a pensão ou as capelas de Pedro de Santana. Entre julho de 1809 e junho de 1810, totalizam-se, em diversas parcelas, 71 caminhos de missas a \$400 réis cada uma, e a partir de fevereiro de 1813 a \$600 réis cada uma. A partir de 1822 dizem anualmente 1\$200 réis em missas, cobradas em dezembro⁴⁷¹. Pelo valor de 1\$200 réis, em dezembro de 1819 e 1820, Manuel de Santa Ana pagava uma pensão de missas pelo que poderá ser o mesmo encargo depois assumido por Pedro de Santa Ana⁴⁷².

Os franciscanos tinham a seu cargo missas no oratório do comerciante Pedro Jorge Monteiro, natural de Lisboa, a \$400 réis cada uma, totalizando 40\$000 réis anuais, de 1809 a 1817⁴⁷³. A partir de junho de 1818 e até dezembro de 1824 constam os

⁴⁶⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 166, 176v.º, 184, 198, 210v.º.

⁴⁶⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 176, 231v.º, 232, 233, 233v.º, 234, 235.

⁴⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 75v.º. Manuel de Santa Ana, provável familiar de Pedro, pagou uma pensão de missas de 1\$200 réis, em dezembro de 1819 e de 1820. Manuel de Santana pagou um juro anual de 8\$000 réis à confraria das Chagas, do convento do Funchal, entre 1811 e 1822, e depois, de 1823 a 1829, pago por Pedro de Santa Ana (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 47v.º, 66v.º, 188v.º; l.º 6, fls. 4v.º, 25, 41, 57, 79v.º, 80, 95v.º, 107v.º, 120v.º, 135, 164, 174, 193, 205).

⁴⁷¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 3, 5v.º, 8v.º, 10v.º, 12v.º, 14, 15, 17, 19, 20v.º, 42, 75v.º, 218; l.º 6, fls. 54, 124, 145v.º, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 210v.º. Pressupõem-se que as missas seriam na capela de N.^a Sr.^a do Pópulo, onde casou Pedro de Santa Ana, natural da freguesia da Sé, filho de José Moniz e de Mariana Josefa da Silva, a 10 de agosto de 1796, com D. Jacinta de la Tuellière, natural da freguesia de Santo António, Funchal, filha de Nicolau José Saiboais de La Tuellière (cônsul francês), natural de Lisboa, já defunto à data, e de D. Joaquina Monteiro Gusmão de La Tuellière, natural de Pernambuco (ABM, RP, Santo António, Casamentos, l.º 4, fls. 221-221v.º).

⁴⁷² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 80, 95v.º.

⁴⁷³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 3, 5v.º, 8v.º, 10v.º, 12v.º, 14, 15, 17, 18v.º, 20v.º, 42, 73, 75v.º; l.º 6, fls. 10, 28v.º, 44. Pedro Jorge Monteiro faleceu em agosto ou setembro de 1817, tendo os franciscanos acompanhado o enterro, realizado um ofício grave na igreja do Carmo e fornecido um hábito de saial, tudo por 32\$000 réis, e vésperas e ofício de honras, também no Carmo, por 32\$000 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 40, 41).

«caminhos de missas em todo o ano da casa» / «da capela» de José António Monteiro, com os mesmos 40\$000 réis anuais⁴⁷⁴. Em princípio tratar-se-á da capela de N.^a Sr.^a do Pópulo, já pertencente a Pedro Jorge Monteiro em 1796 e, onde casou a 8 de agosto de 1787 José António Monteiro, filho do dito Pedro Monteiro e D. Maria Teresa de Gusmão, natural de Pernambuco, com D. Ana dos Anjos Teixeira⁴⁷⁵. Esta capela é mais conhecida por capela do Pico do Cardo, por se situar neste pico, na freguesia de Santo António, na quinta do comerciante Pedro Jorge Monteiro. Em setembro de 1828 os franciscanos registaram «3 caminhos de missas ao Pico do Cardo 3\$000 [réis]»⁴⁷⁶, o que se refere à mesma capela.

Entre janeiro e junho de 1828 o convento recebeu vários pagamentos, provenientes de caminhos de missas à «capela do brasileiro», a \$300 réis cada um, respetivamente, nos vários meses: \$600, 1\$800, 2\$100, 1\$800, 2\$700 e 2\$100 réis e em agosto de 1829 o «morgado brasileiro» por uma missa cantada pagou ao convento 2\$400 réis⁴⁷⁷. A alcunha do «brasileiro» reportar-se-á a José António Monteiro e à sua ascendência materna de terras brasileiras ou então a outro morgado com ligação ao Brasil? Refira-se que no Funchal existia a «Quinta do Brasileiro», no local do atual Colégio de Santa Teresinha, na zona do Vale Formoso / da Pena, identificada no mapa dos irmãos Trigo, em 1910⁴⁷⁸.

Nicolau de La Tuellière, filho do cônsul francês, casou na capela de N.^a Sr.^a das Angústias, em 1807, com D. Ana Monteiro, natural da freguesia da Sé, parentes em 2.º grau de consanguinidade, filha de António José Monteiro, natural da freguesia de São Pedro do Recife, cidade de Pernambuco (Brasil) e de D. Ana Alvares Monteiro,

⁴⁷⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 52v.º, 80, 95v.º, 111v.º, 124, 140, 153. José António Monteiro, filho de José António Monteiro e de D. Ana dos Anjos Teixeira casou, a 22 de fevereiro de 1816, com D. Elvira Monteiro, no oratório da residência de Pedro Jorge Monteiro, avô dos contraentes, na rua do Aljube (ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 18, fl. 150). Um outro filho de José António Monteiro e de D. Ana dos Anjos Teixeira, Pedro Jorge Monteiro, natural da Sé, casou a 24 de outubro de 1821 na capela de N.^a Sr.^a do Pópulo, no Pico do Cardo, com D. Júlia de Santana (ABM, RP, Santo António, Casamentos, l.º 5, fl. 173v.º). D. Maria Monteiro de Gusmão, natural de Recife, Pernambuco, filha de Pedro Jorge Monteiro e de D. Maria Teresa de Gusmão, casou com João Aires Vieira, na paróquia da Sé, a 23 de abril de 1770 (ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 15, fl. 134v.º).

⁴⁷⁵ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 16, fl. 211v.º. Esta capela é conhecida popularmente pela capela da Quinta dos Padres, por ter sido propriedade dos Padres da Companhia de Jesus (SILVA, 1929, *Paroquia de Santo Antonio* [...], pp. 69-70).

⁴⁷⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 193v.º.

⁴⁷⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º, 186v.º, 187v.º, 188v.º, 189v.º, 190v.º, 205. José António Monteiro deverá ter falecido em novembro de 1831, pois neste mês os franciscanos receberam 10\$000 réis pelo acompanhamento ao Carmo (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 230v.º).

⁴⁷⁸ No Porto Moniz existe uma levada denominada de «*Levada do Brasileiro*».

já defunta à data⁴⁷⁹. A partir de julho de 1818 Nicolau de La Tuellière pagou caminhos de missas a \$600 réis (4 em julho de 1818, 8 em agosto de 1818 e 6 em setembro de 1818)⁴⁸⁰. Nicolau de La Tuellière faleceu em fevereiro de 1820, tendo sido pago aos franciscanos 31\$200 réis pelo enterro, nomeadamente pelos gastos com o «hábito de saial, ofício, pano de estante e de cruz, tocheiras, estrado e sepultura de caixão»⁴⁸¹.

João de Carvalho tinha uma pensão das suas capelas no valor de 126\$130 réis «até o dia 14 de março [de 1815] de que se suspendeu». No oratório da casa de João de Carvalho foram ditas até 1825, ao menos, as missas de outra pensão correspondentes a 100\$000 réis anuais⁴⁸². Uma capela de missas de Bartolomeu Machado, no valor de 12\$400 réis, foi paga em novembro de 1809, pelo morgado João de Carvalho⁴⁸³. António Norberto Carvalho tinha uma pensão de capelas/missas, de 6\$200 réis, pagas em 1811 por Nicolau Telo no valor de 3\$200 réis, sendo referidas entre 1810 e 1830⁴⁸⁴.

D. Dinis tinha uma pensão/capela, na igreja de Santa Clara, no valor de 45\$600 réis, paga de 1809 a 1815 por Paulo Malheiro (de Melo), o administrador de D. Dinis na ilha da Madeira. A capela com este valor continuou a ser paga posteriormente, sendo conhecida até 1829⁴⁸⁵.

João Malheiro de Melo, síndico do convento, no mínimo em 1820, provavelmente o filho do anterior, pagava uma pensão de uma capela de missas ao convento no valor de \$400 réis, entre 1820 e 1830, sendo referida, em 1819, pela «pensão da casa de Paulo Malheiro de Melo»⁴⁸⁶, o que poderá corresponder a uma pensão deixada por Paulo Malheiro.

⁴⁷⁹ ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.º 17, fls. 251v.º-252. António José Monteiro casou segunda vez com a sobrinha, D. Mariana de La Tuellière (filha do cônsul francês), em 1795, na paróquia da Sé (ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.º 17, fl. 72v.º). Os franciscanos, em novembro de 1832, receberam \$900 réis provenientes de três missas da capela de D. Mariana e, no mês seguinte, outra quantia de D. Mariana, podendo ser a mencionada segunda esposa, pois o valor a pagar é igual (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 239v.º, 240v.º).

⁴⁸⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 54, 55v.º, 57.

⁴⁸¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 82v.º.

⁴⁸² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 12, 30v.º, 41v.º, 65, 73, 75v.º, 188v.º, 195v.º, 207v.º, 216v.º; l.º 6, fls. 19v.º, 22, 39, 52v.º, 60v.º, 86v.º, 102, 126, 131, 153v.º, 159v.º.

⁴⁸³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 8.

⁴⁸⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 12v.º, 31; l.º 6, fls. 106v.º, 112, 124, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 210v.º.

⁴⁸⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8, 31, 53, 73, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 20, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º, 124, 166, 176, 184, 198, 207. Paulo Malheiro de Melo, natural de Viana do Castelo, casou a 27 de agosto de 1782 com Ana Foster, na freguesia da Sé do Funchal (ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.º 16, fl. 136). Faleceu em outubro ou novembro de 1817, tendo o convento de S. Francisco recebido 62\$900 réis pelo «ofício grave, assistência de música, enterro de noite, pano de estante, dito de cruz, estrado, 6 tocheiras, campa para caixão, 6 sinais» e 29\$700 réis por «vésperas e ofício de honras, pano de estante e de cruz, dito sobre a sepultura, estrado, 6 tocheiras» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 42v.º).

⁴⁸⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 80, 95v.º, 124, 145v.º, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 210v.º.

O morgado Pedro Júlio da Câmara Leme tinha uma pensão no valor anual de 12\$200 réis, conhecida desde 1811 até à data da sua morte⁴⁸⁷, ocorrida, a 22 de julho de 1822 quando era morador na rua da Moradia, tendo sido sepultado na capela de N.ª Sr.ª da Piedade, na igreja de S. Pedro⁴⁸⁸. Havia casado, em 1788, com D. Helena Luísa de Carvalhal Esmeraldo⁴⁸⁹. O encargo das missas passou para o filho, o morgado D. João Frederico (da Câmara Leme), rezadas pelos franciscanos, no mínimo, até 1832⁴⁹⁰. D. João Frederico casou, a 22 de novembro de 1812, com D. Maria Carolina Correia, natural de Lisboa, no oratório «das casas da residência do pai da contraente, citas na rua do Perú [rua dos Ferreiros]»⁴⁹¹.

Pela família Drumond, os franciscanos faziam caminhos de missas a Teodorico Drumond, a \$700 réis cada um, três em fevereiro de 1813 e outros três em janeiro de 1815⁴⁹². Ao mesmo preço foram ditos cinco caminhos, em setembro de 1818, a Firmo António Drumond⁴⁹³.

No início de cada ano, o convento recebia 6\$000 réis pela pensão de missas da capela de Manuel António Gomes da Estrela, registada entre janeiro de 1810 e dezembro de 1822, paga depois de maio de 1810, mês da sua morte, pelos seus herdeiros, as irmãs⁴⁹⁴. Este valor é idêntico ao das missas da capela de Maria Teresa, pago entre 1825 e 1828 no mês de dezembro⁴⁹⁵, pelo que poderá tratar-se do mesmo encargo.

Da capela de D. (Ana)[?] / Isabel Maria da Câmara eram celebradas missas derivadas de uma pensão anual de 101\$000 réis, mencionadas entre dezembro de 1812 e janeiro de 1816, pagas nesta última data pelo seu filho, pois D. Isabel faleceu em agosto de 1814, sendo o enterro realizado pelos franciscanos pelo preço de 64\$700 réis. Anteriormente, em janeiro de 1810, esta pensão era mencionada como sendo «das capelas de Francisco António da Câmara»⁴⁹⁶.

⁴⁸⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 31, 53, 73, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º.

⁴⁸⁸ ABM, RP, S. Pedro, Óbitos, l.º 16, fl. 109.

⁴⁸⁹ ABM, RP, Ponta do Sol, Casamentos, l.º 6, fl. 224.

⁴⁹⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 124, 145v.º, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 209v.º, 231v.º, 240v.º.

⁴⁹¹ ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 18, fl. 77v.º.

⁴⁹² ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 75v.º, 218.

⁴⁹³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57. Firmo António Drumond, filho de José Rodrigues Martins e de D. Maria Francisca Drumond, casou a 8 de julho de 1811 com D. Joaquina Jenkins (ABM, RP, S. Pedro, Casamentos, l.º 12, fls. 48-48v.º).

⁴⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 18v.º, 31, 73, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º, 124.

⁴⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 166, 176, 184, 198.

⁴⁹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12, 31, 41v.º, 73, 75v.º, 207; l.º 6, fl. 11v.º. Entre julho de 1809 e janeiro de 1810, D. Isabel da Câmara pagou ainda aos franciscanos vários caminhos de missas: seis, em julho de 1809; dois, em agosto de 1809; quatro, em novembro de 1809; sete, em janeiro de 1810 (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 3, 8v.º, 12v.º).

O morgado Falcão pagava, no mês de dezembro, uma pensão de 7\$300-7\$333 réis, em missas anuais, entre 1822 e 1832. Anteriormente, em agosto de 1811, pagaram ao convento 2\$800 réis por sete caminhos de missas e, em julho de 1822, 70\$000 réis em missas pelas «capelas do morgado Falcão»⁴⁹⁷.

Da capela da Oliveira, ou seja, de N.^a Sr.^a da Oliveira, situada na rua da Boa Viagem na freguesia de Santa Maria Maior, os franciscanos, entre junho de 1816 e março de 1817, receberam 16\$000 réis por cada trimestre de missas⁴⁹⁸.

Em julho e agosto de 1818 são realizados três e sete caminhos de missas, a \$600 réis cada, a Manuel Rodrigues de Oliveira⁴⁹⁹. Em dezembro de 1829 e fevereiro de 1830 disseram três e sete missas à casa de Cristóvão José de Oliveira, que havia desempenhado o cargo de síndico do convento⁵⁰⁰.

Da família Ornelas, Aires de Ornelas, em agosto de 1816, pagou uma pensão de missas, relativa aos anos de 1814 a 1816, no valor de 44\$800 réis, e Jacinto de Ornelas, em setembro de 1818, por sete caminhos de missas pagou 4\$200 réis⁵⁰¹.

O morgado João Agostinho «Gervez» / «Jarves» / «Jerves» deixou uma pensão de dois ofícios em cada ano, ditos em novembro-dezembro de 1823 a 1832, cada um no valor de 40\$000 réis⁵⁰². À esposa, D. Luísa Correia, entre julho de 1809 e agosto de 1811, os franciscanos fizeram vários caminhos de missas, a \$400 réis cada um e, entre fevereiro e março de 1829, é conhecida uma pensão no valor de \$750 réis⁵⁰³.

Em fevereiro de 1810 e em dezembro de 1810, 1811 e 1812 os franciscanos receberam 7\$000 réis pela festa de Santa Bárbara na «Fortaleza», provavelmente de S. Lourenço. O valor correspondia a um religioso na missa, diáconos, acólitos, ceroférários, pela missa e serviço de órgão. À «Fortaleza», entre janeiro de 1828 e novembro de 1829, os frades fizeram vários caminhos de missas, recebendo mensalmente, entre 1\$500 réis e 5\$000 réis, em 1828, e 3\$000 réis, em 1829⁵⁰⁴.

⁴⁹⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 42; l.º 6, fls. 118v.º, 124, 124v.º, 153v.º, 166, 176, 184, 210v.º, 231v.º, 240v.º.

⁴⁹⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 18v.º, 19v.º, 25, 28, 32.

⁴⁹⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 54, 55v.º.

⁵⁰⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 209v.º, 211v.º.

⁵⁰¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 21v.º.

⁵⁰² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 139, 175, 183, 198, 211, 232, 240v.º.

⁵⁰³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 10v.º, 12, 14, 15, 17, 19, 20v.º, 42; l.º 6, fls. 200, 214v.º. Os caminhos de missas foram realizados: em 1809, dois em julho e 11 em dezembro; em 1810, sete em janeiro, seis em fevereiro, cinco em março e sete em maio; em 1811, sete em agosto. Trata-se de D. Luísa Francisca Correia Henriques que casou, a 25 de junho de 1777, na capela de N.^a Sr.^a da Esperança, na freguesia da Sé, à rua da Laranjeira, com António Fernandes Correia Jerves de Atouguia (ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 16, fl. 67).

⁵⁰⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 13v.º, 51, 71v.º, 185v.º, 186v.º, 187v.º, 188v.º, 189v.º, 190v.º, 191, 193v.º, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 203v.º, 204v.º, 205, 206. No ano de 1829, eram pagos 3\$000 réis por cada seis caminhos de missas.

No Funchal, na margem direita da ribeira de S. João, situava-se a «Casa» onde se cuidavam dos lázaros. Nesta «Casa», na capela de S. Lázaro, os franciscanos diziam as missas, num valor total de 30\$000 réis anuais, entre 1828 e 1831, custeadas pela Câmara Municipal do Funchal, instituição que lhes pagava os serviços religiosos prestados na capela da cadeia e na do «Mercado Público» / «Mercado da Feira» / «Feira»⁵⁰⁵. As missas na capela da cadeia, do Funchal, dedicada a N.^a Sr.^a do Livramento⁵⁰⁶, conhecidas entre março de 1815 e 1832, eram no valor de 70\$000 réis anuais, entre 1815 e 1825, e depois baixaram para 40\$000 réis⁵⁰⁷. Os franciscanos, entre dezembro de 1823 e 1832, recebiam anualmente 120\$000 réis pelo «merecido do mercado da Feira», ou melhor pelos serviços religiosos prestados neste local⁵⁰⁸.

As missas das capelas das religiosas do convento de Santa Clara, ditas pelos franciscanos, eram relativas a uma pensão no valor de 29\$450 réis, entre 1809 e 1822; 19\$350 réis entre 1822 e 1824; 21\$950 réis, incluindo uma missa do dia de Santa Catarina, entre 1824 e 1829; e 15\$320 réis entre 1829 e 1831⁵⁰⁹. Em Santa Clara, em dezembro de 1826, os frades receberam 19\$200 réis relativos às missas ditas ao «Regimento» (de Infantaria n.º 7)⁵¹⁰, o Batalhão n.º 7 de Caçadores. Deste batalhão, os franciscanos receberam em 1832, 10\$000 réis por missas em junho, 20\$000 réis por 50 missas em dezembro⁵¹¹ e do Batalhão de Caçadores n.º 4, receberam 2\$800 réis em novembro e dezembro⁵¹².

Em novembro de 1809, o convento do Funchal recebeu 72\$600 réis da «capela de Maria de Vasconcelos, que paga D. Mécia Acciaioli» e em janeiro de 1810, 18\$600 réis relativos ao «resto do merecido das capelas do Acciaioli»⁵¹³, perfazendo um total de 91\$200 réis. Esta capela deve corresponder à da família de D. Maria Vasconcelos,

⁵⁰⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 196, 198, 208, 220v.º, 225v.º, 226v.º, 232, 240v.º.

⁵⁰⁶ SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 327.

⁵⁰⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 222, 228v.º; l.º 6, fls. 4v.º, 10, 15v.º, 18v.º, 24v.º, 28v.º, 40, 44, 52, 57, 66, 70v.º, 80, 112, 115, 117v.º, 120v.º, 124, 140, 147, 153v.º, 184, 192, 196, 198, 211, 220v.º, 225v.º, 226, 232, 240v.º.

⁵⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 133v.º, 139, 153v.º, 171, 176, 184v.º, 192, 226v.º, 232, 240v.º. Com o traslado da escritura do mercado gastaram \$230 réis em julho de 1823. Em dezembro de 1826 a Câmara Municipal do Funchal abateu 51\$900 réis por 173 côvados de baeta arrematada na Câmara.

⁵⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 12, 53, 73, 75v.º, 216v.º; l.º 6, fls. 45v.º, 52v.º, 63v.º, 80, 95v.º, 124, 145v.º, 153v.º, 166, 176, 196, 209v.º, 220v.º, 231v.º. As religiosas do convento de Santa Clara costumavam, ainda, dar/pagar um cabrito ou o valor monetário equivalente ao convento de S. Francisco (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6, 40 (1815 e 1817)).

⁵¹⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 176.

⁵¹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 235v.º, 240v.º.

⁵¹² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 239v.º, 240v.º.

⁵¹³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 11v.º.

casada com Zenóbio Acciaiolly, residentes na Madeira no século XVI e com larga descendência nos séculos seguintes.

O morgado Jacinto Acciaiolly de Vasconcelos e D. Mécia Bettencourt de Freitas, entre outros filhos, tiveram: Manuel Acciaiolly de Vasconcelos (1734-1803) que casou, em 1783, com a sobrinha, D. Isabel Maria Acciaiolly Correia, e D. Mécia Francisca Acciaiolly (1728-1815⁵¹⁴) que casou, em 1745, com José Agostinho de Vasconcelos Correia (1725-1758), filho de Jorge Correia de Vasconcelos e de D. Isabel Maria de Vasconcelos. D. Mécia Francisca Acciaiolly e José Agostinho de Vasconcelos Correia foram pais de oito filhos entre os quais do morgado Luís Correia de Vasconcelos Acciaiolly que casou, em 1801, com D. Maria Doroteia de Ornelas Cabral⁵¹⁵.

Em novembro de 1809, o atrás mencionado Jorge Correia pagou 88\$200 réis pelas suas capelas, enquanto, em janeiro de 1810, Luís Correia, pagou idêntico valor pelas suas capelas⁵¹⁶. Manuel Acciaiolly tinha uma pensão de capelas no valor de 91\$000 réis pagas pela sua irmã D. Mécia Francisca⁵¹⁷, valor pago por esta, anualmente, entre janeiro de 1811 e janeiro de 1815⁵¹⁸. Com a morte de D. Mécia, em 1815, estas capelas passam a ser pagas pelo irmão Luís Correia Acciaiolly, entre 1816 e 1818, no valor de 95\$800 réis⁵¹⁹. Em julho de 1818 e janeiro de 1819, Luís Correia pagou, respetivamente, 93\$200 réis pelas suas capelas e 4\$800 réis «pelo resto da capela [...] a saber um noturno somente»⁵²⁰, o que totaliza 98\$000 réis, valor este que foi pago entre 1819 e 1823⁵²¹. Provavelmente relacionado com esta família e estas pensões seria o pagamento das capelas de Henrique Correia, no valor de 89\$200 réis em janeiro de 1812 e 85\$960 réis em dezembro de 1822⁵²².

D. Mécia Acciaiolly tinha uma outra pensão de missas no valor de \$600 réis, ditas no mínimo entre 1810 e 1817⁵²³. De D. Mécia, em novembro de 1809, o convento gastou \$400 réis a quem trouxe a «pensão de casa de D. Mécia, que foi um barril de

⁵¹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 221v.º.

⁵¹⁵ ABM, Instrumento Descritivo n.º 31, Família Bettencourt Mimoso, pp. 20-23.

⁵¹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 12v.º.

⁵¹⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 53.

⁵¹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 30v.º, 53, 73, 75v.º, 216.

⁵¹⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 12, 20, 45v.º.

⁵²⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 53, 63v.º.

⁵²¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 63v.º, 80, 95v.º, 111v.º, 124, 124v.º.

⁵²² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 53, 123v.º.

⁵²³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12, 30v.º, 53, 73, 75v.º, 216; l.º 6, fl. 30.

vinho e um saco de trigo»⁵²⁴. Do morgado Luís Correia Acciaioli, este pagava entre 1811 e 1818 uma pensão / capelas no valor de 1\$600 réis⁵²⁵, devendo depois ser pagas todas juntas no valor de 93\$200 réis (91\$000 réis, além de 1\$600 réis e de \$600 réis) e somando o ofício de 4\$800 réis totalizava 98\$000 réis, como já escrevemos.

Em dezembro de 1829 o «morgado Dória» pagou 4\$400 réis relativos a uma pensão de 11 anos (\$400 réis ao ano)⁵²⁶. Entre setembro de 1831 e fevereiro de 1832, os franciscanos recebiam 4\$000 réis mensais da capela de N.ª Sr.ª do Faial, obrigação de António Joaquim Dória⁵²⁷.

O morgado João José Bettencourt pagava anualmente, entre 1818 e 1830, 7\$800, 9\$800 e, por vezes, 14\$700 réis pela sua pensão / capelas de missas. O valor variava consoante os serviços religiosos. Em setembro de 1824 e de 1825, os franciscanos alugaram o órgão, por 3\$000 réis, a uma festa do morgado João de Bettencourt⁵²⁸. Refira-se que a capela de N.ª Sr.ª do Faial, no Funchal, integrada na Quinta do Faial, também conhecida por Quinta Acciaioli, era pertença de João José Bettencourt no século XIX⁵²⁹, podendo existir uma relação com as pensões atrás mencionadas.

Os franciscanos, entre fevereiro de 1813 e setembro de 1818, fizeram caminhos de missas, a \$600 réis cada um, em prol de D. Juliana, mencionando no primeiro mês ao «oratório de D. Juliana»⁵³⁰. Trata-se de D. Juliana Leonor da Cunha, viúva do morgado Francisco António da Câmara Leme e filha do conde D. José Vasques da Cunha, que casou, a 13 de junho de 1801, no seu «particular oratório», com Nicolau Telo Homem d'El Rei⁵³¹.

Na Igreja, a de João da Câmara, os franciscanos disseram várias missas entre 1809 e 1813, a \$400 réis cada uma⁵³².

⁵²⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 9.

⁵²⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 31, 53; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º.

⁵²⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 209v.º.

⁵²⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 227v.º, 228v.º, 229v.º, 230v.º, 233.

⁵²⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 52v.º, 80, 95v.º, 124, 149v.º, 153v.º, 163, 166, 176, 184, 198, 210v.º.

⁵²⁹ RODRIGUES, 2018, *Capela de Nossa Senhora do Faial*.

⁵³⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 75v.º, 218; l.º 6, fls. 54, 55v.º, 56v.º. Dos caminhos de missas registam-se, por exemplo: três em fevereiro de 1813, três em janeiro de 1815, três em julho de 1818, oito em agosto de 1818 e sete em setembro de 1818.

⁵³¹ ABM, RP, Sé, casamentos, l.º 19, fls. 41v.º-42.

⁵³² Missas ditas: seis em julho de 1809; cinco em agosto de 1809; 11 em dezembro de 1809; sete em janeiro de 1810; seis em fevereiro de 1810; cinco em março de 1810, seis em abril de 1810; seis em maio de 1810; oito em junho de 1810; sete em agosto de 1811; três em fevereiro de 1813 (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 3, 10v.º, 12, 14, 15, 17, 19, 20v.º, 42, 75v.º).

No oratório de José João Veríssimo, em fevereiro de 1813, fizeram-se três caminhos de missas, por 1\$800 réis⁵³³.

Entre julho de 1809 e maio de 1810 são conhecidos vários caminhos de missas «ao Dr. Jardim», a \$400 réis cada um⁵³⁴.

A João Ferreira, os franciscanos realizaram vários caminhos de missas, entre fevereiro de 1810 e janeiro de 1815, a \$400 e \$600 réis cada um⁵³⁵.

Os franciscanos iam à quinta do cónego António José de Vasconcelos dizer as matinas e a novena, entre 1809 e 1812, no mês de outubro, recebendo entre 10\$000 réis e 26\$400 réis. Em agosto de 1811, os frades disseram seis missas a 1\$000 réis cada uma⁵³⁶.

No mês de novembro, entre 1819 e 1831, o convento do Funchal recebia 14\$000 réis por um ofício das pensões de Diogo Berenguer⁵³⁷.

O morgado João Agostinho Albuquerque Figueira e Freitas, «segundo a relação das suas capelas» mandou fazer um ofício anual no valor de 40\$000 réis, no mês de novembro, entre 1819 e 1830⁵³⁸.

Entre 1810 e 1818, no mês de janeiro, eram pagos 9\$800 réis pelas capelas (pensão) de Pedro Nicolau (Bettencourt de Freitas e Meneses)⁵³⁹.

Os frades diziam as missas na capela da Penteada, obrigação principiada a 18 de junho de 1810 e finalizada a 18 de agosto de 1811, a 30\$000 réis ao trimestre⁵⁴⁰. O mesmo ocorria na capela de S. Martinho, com obrigação principiada a 1 de junho de 1810 e terminada em maio de 1812, a 25\$000 réis ao trimestre⁵⁴¹.

As capelas do P.^e Alexandre (de Barros Farinha e Azevedo), do Porto Santo, foram satisfeitas pelos frades, no valor de 52\$800 réis, em janeiro de 1811, relativo a 11 anos, 31\$500 réis em janeiro de 1816 cinco anos, pagas depois pelos irmãos herdeiros no valor de 6\$300 réis anuais até 1830⁵⁴².

⁵³³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 75v.º. José João Veríssimo, filho de José João Veríssimo e de Clara Antónia Veríssima, casou na freguesia da Sé, a 6 de fevereiro de 1785, com D. Josefa Joaquina de Mendonça e Vasconcelos, filha de Manuel da Silva de Carvalho e de D. Maria Rita de Mendonça Vasconcelos (ABM, RP, Sé, Casamentos, l.º 16, fl. 174v.º).

⁵³⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 10v.º, 12, 14, 15, 17, 19. Os caminhos de missas foram: três em julho de 1809, cinco em dezembro de 1809, seis em janeiro de 1810, cinco em fevereiro de 1810, cinco em março de 1810, cinco em abril de 1810 e seis em maio de 1810.

⁵³⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 14, 15, 17, 19, 20v.º, 218.

⁵³⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 42, 47v.º, 68.

⁵³⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 78, 81, 136, 139, 175, 183, 231v.º.

⁵³⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 78, 95v.º, 136, 139, 175, 183, 211.

⁵³⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 53, 73, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º.

⁵⁴⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 23v.º, 29, 41v.º.

⁵⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 23v.º, 28v.º, 38v.º, 41v.º, 59.

⁵⁴² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 31; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 52v.º, 80, 95v.º, 124, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 210v.º.

À capela do Bom Sucesso faziam vários caminhos, como três em janeiro de 1815 e seis em dezembro de 1818, a 1\$000 réis cada um. Estas missas eram ditas, entre 1829 e 1832, a 4\$500-4\$200 réis ao mês⁵⁴³.

Na capela do Ilhéu (da fortaleza de N.^a Sr.^a da Conceição, no Ilhéu?), à razão de 40\$000 réis ao semestre, vencidas nos dias 26 de maio e de novembro, eram ditas as missas entre 1816 e 1820⁵⁴⁴.

De março a junho de 1820, os franciscanos receberam por cada um destes dois trimestres 20\$000 réis, provenientes da pensão das missas da capela de Santa Maria Madalena, situada na freguesia de Santo António. E entre outubro de 1828 e março de 1830 receberam 4\$000 réis mensais pelos mesmos ofícios espirituais⁵⁴⁵.

A regente do Recolhimento do Bom Jesus pagava um encargo de missas no valor de 5\$000 réis, entre 1810 e 1830⁵⁴⁶. Na noite de Natal na década de 1820 era habitual a ida de dois diáconos ao «Bom Jesus», recebendo 1\$600 réis em janeiro de 1825 e 1\$200 réis em dezembro de 1828⁵⁴⁷.

O convento do Funchal recebeu de missas: 3\$000 réis do «Exm.^o Snr General», em dezembro de 1828⁵⁴⁸; 8\$000 réis da confraria do SS. da paróquia de Santo António, entre 1819 e 1830⁵⁴⁹; e 3\$000 réis mensais pela capela de João Francisco, entre janeiro e dezembro de 1832⁵⁵⁰. Em 1828 estão identificadas missas nas capelas: «da [rua da] Carreira»⁵⁵¹ (de N.^a Sr.^a da Conceição?); «das Frias»; e de S. Paulo⁵⁵².

Relativamente às festas, «em casa», como esporadicamente era anotado, ou por outras palavras, nos espaços do convento do Funchal, eram celebradas várias festas religiosas, que consistiam num momento alto da devoção.

Pela confraria de Santa Ana, os frades procediam à realização da festa, a um ofício geral pelos irmãos defuntos, celebração de missas nas nove festas de N.^a Sr.^a (Conceição, Natividade, Apresentação, Encarnação, Visitação, Expectação, Purificação,

⁵⁴³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 217v.º; l.º 6, fls. 60v.º, 209v.º, 212v.º, 217v.º, 222v.º, 223, 224, 224v.º, 225v.º, 226, 227v.º, 230v.º, 231v.º.

⁵⁴⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 19v.º, 26, 35, 42v.º, 52v.º, 60v.º, 69, 78v.º, 86v.º, 115, 140, 196, 198.

⁵⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 84, 88, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 203v.º, 204v.º, 205, 206, 207, 208, 209v.º, 210v.º, 211v.º, 212v.º.

⁵⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 31, 53, 75v.º, 216; l.º 6, fls. 11v.º, 30, 45v.º, 52v.º, 80, 95v.º, 124, 153v.º, 176, 184v.º, 198, 210v.º, 221.

⁵⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 155, 198.

⁵⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 198.

⁵⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 80, 95v.º, 124, 124v.º, 153v.º, 166, 176, 184, 198, 210v.º.

⁵⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 232, 233-234, 235-237v.º, 238v.º, 239v.º, 240v.º.

⁵⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º, 187v.º.

⁵⁵² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º-191.

Assunção, Neves), nove missas na novena, uma missa cantada em dia de S. Joaquim e missas ditas pelos irmãos defuntos⁵⁵³.

Em prol da confraria das Almas, além da festa, eram realizados um ofício geral pelos irmãos defuntos, as missas nas segundas-feiras e as matinas de S. Simão, importando estes serviços, no início do século XIX, num total anual de 16\$400 a 22\$400 réis⁵⁵⁴.

Concernente à confraria de N.^a Sr.^a da Conceição dos Terceiros realizaram-se 51 missas aos sábados, as missas pelos irmãos defuntos, as missas cantadas nas nove festas de N.^a Sr.^a e a festa com missa e sermão, importando num valor de 30\$100 a 34\$300 réis anuais⁵⁵⁵.

A confraria de S. Simão e S. Judas tinha à sua responsabilidade a realização da pensão de 26 missas nas segundas-feiras do ano, o ofício geral dos irmãos defuntos e a missa e sermão da festa, tudo por 16\$400 réis anuais⁵⁵⁶.

No convento estavam os religiosos franciscanos encarregues, com o devido pagamento, de realizar as festas de: S. Luís, «nos Terceiros» (Ordem Terceira) (1809 e 1818, em agosto)⁵⁵⁷; Santa Rosa, nos «Terceiros» (1810, setembro)⁵⁵⁸; Santa Isabel, nos «Terceiros» (1809-1824, julho)⁵⁵⁹; SS.⁵⁶⁰, Prazeres⁵⁶¹; Piedade⁵⁶² e as matinas do Espírito Santo⁵⁶³. Destaca-se ainda: uma missa cantada em dia das Chagas de S. Francisco (8\$000 réis em setembro de 1831)⁵⁶⁴; uma missa cantada a Santa Joana Francisca (Joana de Chantal, canonizada em 1767) (1\$200 réis em agosto de 1832)⁵⁶⁵; e o pagamento de cera nos «Ós do Natal» (1\$250 réis em 1821)⁵⁶⁶, correspondentes às nove antifonas, cada uma delas começada pela partícula Ó, e que a Igreja celebra nove dias antes do Natal, e que na Madeira são mais conhecidas pelas «missas do parto»⁵⁶⁷. Algumas celebrações festivas mandadas celebrar por particulares eram satisfeitas como a

⁵⁵³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1v.º, 206; l.º 6, fl. 1v.º.

⁵⁵⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 47; l.º 6, fl. 184.

⁵⁵⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 10, 29, 71v.º, 76, 184, 194, 214v.º; l.º 6, fls. 79v.º, 154, 198.

⁵⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fls. 6, 24v.º, 41, 58v.º, 76v.º, 92, 109, 150, 164, 174, 196, 207.

⁵⁵⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2v.º, 55.

⁵⁵⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 23v.º.

⁵⁵⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1, 21; l.º 6, fls. 19v.º, 146v.º.

⁵⁶⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 48.

⁵⁶¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17, 222; l.º 6, fls. 115v.º, 128v.º, 224 (1810-1831).

⁵⁶² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 204v.º.

⁵⁶³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 69.

⁵⁶⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 228v.º.

⁵⁶⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 237.

⁵⁶⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104v.º.

⁵⁶⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 111v.º (1824); ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 17v.º, 31, 42 (1796, 1797).

«cantoria e missa com diáconos e Te Deum que mandou fazer Nicolau Telo» (6\$000 réis em abril de 1819)⁵⁶⁸.

No século XIX, era habitual os franciscanos do convento do Funchal serem chamados a igrejas e capelas, para participarem nos atos festivos, com incidência para as festas da Semana Santa, SS., Santo António e oragos dos respetivos templos, principalmente para as localizadas na cidade do Funchal.

Na Santa Casa da Misericórdia do Funchal, os frades participavam: na festa da Visitação (julho de 1809-1815, 7\$600 réis a 9\$600 réis)⁵⁶⁹; no dia de Jesus com uma missa com «cantoria» (janeiro de 1810-1820, 2\$400 réis)⁵⁷⁰; na Semana Santa, onde incluíam «As trevas e mais ofícios da Semana Santa» com a participação que chegava aos seis religiosos (1811-1820, 46\$000 réis a 60\$000 réis)⁵⁷¹; na festa e novena de N.^a Sr.^a do Rosário (outubro de 1810, 10\$000 réis)⁵⁷² e na procissão de N.^a Sr.^a do Socorro (novembro, 1819 a 1823, 3\$000 réis ou 2\$400 réis)⁵⁷³. Na Santa Casa da Misericórdia era celebrado, anualmente, em novembro, um ofício aniversário (1820-1824) pelo valor de 8\$000 réis⁵⁷⁴ e um religioso franciscano servia de capelão recebendo 30\$000 réis, em janeiro de 1815, respeitantes a mês e meio⁵⁷⁵.

Na igreja de Santa Luzia, a participação de um número variável de franciscanos e diáconos era constante, com especial relevância para as cerimónias relacionadas com a Paixão de Cristo. Participavam na procissão de Domingo de Ramos, missa cantada e procissão do Domingo de Páscoa, denominada da procissão da Ressurreição, variando o pagamento entre os 12\$000 réis e os 30\$000 réis⁵⁷⁶, e nas matinas e festa da Vera Cruz ou «Invenção da Cruz» com procissão (7\$000 a 34\$000 réis, entre 1810 e 1828)⁵⁷⁷. Em Santa Luzia participavam quatro a seis religiosos na festa de Santo António, recebendo cada um \$800 réis⁵⁷⁸, e na festa do SS. com procissão⁵⁷⁹.

Na igreja do Colégio, o Domingo de Passos era festejado, em março, com a presença dos franciscanos que cantavam a missa e participavam na procissão,

⁵⁶⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 67v.º.

⁵⁶⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1, 63, 185, 206; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 1.

⁵⁷⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 11v.º; l.º 6, fl. 81v.º.

⁵⁷¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 16v.º, 35, 200. 222; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 84v.º.

⁵⁷² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 25v.º.

⁵⁷³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 78, 93v.º, 122v.º, 137v.º.

⁵⁷⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 93v.º, 109v.º, 122, 137v.º, 151.

⁵⁷⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 216v.º.

⁵⁷⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 80; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 115v.º, 143v.º, 188v.º, 223.

⁵⁷⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 18, 181v.º; l.º 6, fls. 17, 50, 86, 101v.º, 144v.º, 189v.º.

⁵⁷⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 20, 183v.º, 204v.º, 228; l.º 6, fl. 18v.º.

⁵⁷⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 38v.º, 71v.º, 135, 182.

recebendo por este serviço 10\$000 réis, exceto entre 1811 e 1822, quando auferiram 12\$000 réis. Esta procissão era precedida⁵⁸⁰ pela representação do «Encontro» de N.^a Sr.^a com Jesus, na Via Sacra, com a ida de vários franciscanos (seis, quando referidos) à Quinta do Til e, em 1827, à casa de Joaquim Coelho⁵⁸¹, para trazerem e acompanharem em procissão a imagem de N.^a Sr.^a, conhecida por N.^a Sr.^a do Encontro, recebendo 3\$000-3\$600 réis pelo acompanhamento⁵⁸². Em 1907, Marinho de Nóbrega relatava que a procissão dos Passos se realizava há muitos anos no terceiro domingo da Quaresma, e que «Ha quem tambem se recorde, embora seja de tempos mais remotos, do espectáculo dolorosíssimo das penitencias, que se desenrolava em negros quadros, esbatidos pelo padecimento dos maiores sacrificios». Entre os sacrificios, «o penitente vestia-se com um habito a que davam o nome de samarra, e assim incorporado na procissão, cuidava de flagelar o corpo, durante o vasto percurso d'ella, com toda a espécie de martyrios. / Os açoites, vibrados nas costas com grossas cordas, e as barras de ferro cahidas sobre os hombros ou atadas ás pernas, para tornar bastante angustiosa e difícil a longa caminhada»⁵⁸³. Marinho de Nóbrega acrescenta que nesta procissão integravam duas imagens, uma do «Senhor dos Passos da Queda» e outra da «Senhora da Soledade», mandadas vir do Porto «por Joaquim Roque, abastado proprietário que foi nesta ilha, e que depois por testamento»⁵⁸⁴, que as deixou aos conventos de Santa Clara e das Mercês. Primitivamente as duas imagens estiveram numa capela particular, na travessa das Capuchinhas, passando desta para a capela da Quinta do Til, «d'onde vieram procissionalmente para os alludidos conventos»⁵⁸⁵. Como vimos, em inícios do século XIX, a procissão do Encontro partia da Quinta do Til, com a participação dos franciscanos. No desenrolar do século XIX, é sabido que na procissão integravam confrarias com os respetivos

⁵⁸⁰ João da Beira, em artigo do *Diário de Notícias*, refere que esta procissão do Encontro se realizava no sábado à noite, alguns anos mais tarde, quando as imagens do Senhor dos Passos e de N.^a Sr.^a da Soledade, saíam, respetivamente, dos conventos de Santa Clara e das Mercês (BEIRA, 1920.03.07, «No Funchal Antigo [...]», p. 1).

⁵⁸¹ Em 1817, os religiosos do convento de S. Francisco acompanharam um enterro e ofício à Quinta do Til, a um sobrinho de Joaquim Coelho, pelo que deve existir uma relação entre a Quinta do Til e Joaquim Coelho (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 32).

⁵⁸² ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 15, 33v.º, 54v.º, 56, 78v.º, 198v.º, 219v.º; l.º 6, fls. 14, 32, 46v.º, 66, 83v.º, 99, 114v.º, 128, 142v.º, 157v.º, 168, 178, 187v.º, 201, 213, 223, 233v.º.

⁵⁸³ NÓBREGA, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», p. 1.

⁵⁸⁴ NÓBREGA, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», p. 1. Joaquim Roque corresponde a Roque José de Araújo, natural de Viana do Castelo, que casou a 16 de julho de 1787, na capela de N.^a Sr.^a das Angústias, com Maria Quitéria dos Santos (ABM, RP, S. Pedro, Casamentos, l.º 7, fl. 288).

⁵⁸⁵ NÓBREGA, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», p. 1.

pendões, bispo, cabido, autoridades locais, regimento de infantaria, banda de música e «Na frente inúmeros bandos de populares, com archotes acêso»⁵⁸⁶.

Na igreja do Colégio, os franciscanos participavam nas celebrações dos dias festivos da noite de Natal (1\$000 réis, em 1824)⁵⁸⁷, na missa do dia de Jesus (2\$400 réis, em 1810⁵⁸⁸), no dia da Vera Cruz (2\$400 réis, em 1810 e 1811⁵⁸⁹) e na «função da Luz», com música (6\$000 réis, em maio de 1820)⁵⁹⁰. A partir de 1827 são assíduos os caminhos de missas ao Colégio. Em dezembro de 1827 receberam 11\$600 réis referentes a 29 caminhos de missas e em agosto de 1828, 25\$662 réis «pelo merecido da capela do Colégio». Pelas missas na capela do Colégio, a partir de 1828, receberam pagamentos mensais entre 2\$400 e 4\$000 réis referentes aos caminhos de missas e de 6\$000 réis mensais entre fevereiro de 1831 e 1832⁵⁹¹.

Os religiosos franciscanos tinham uma presença assídua nos atos religiosos da igreja do Carmo, com realce para a festa do orago, realizada em julho. Participavam nesta festa com a realização de vésperas, matinas, novena, missa cantada da eleição do capítulo e procissão, recebendo um valor que rondava os 20\$000 réis⁵⁹². Além da celebração de S. Francisco, os frades participavam, nesta igreja: na festa, com missa cantada, do dia da Ascensão (3\$000 a 6\$000 réis)⁵⁹³; nas «quartas feiras do Triunfo»

⁵⁸⁶ BEIRA, 1920.03.07, «No Funchal antigo [...]», p. 1. João da Beira, em 1920, fez uma descrição da procissão idêntica, à de Marinho Nóbrega, de 1907, sendo depois repetida por Marinho de Nóbrega no Diário da Madeira (NÓBREGA, 1921.02.27, «“In illo tempore”... [...]», in *DM*, p. 1) e no *Elucidário Madeirense* (MENESES; SILVA, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 150-151). Jaime Câmara descreve esta procissão, em 1931 (CÂMARA, 1931.03.08, «Crónica de Março – A Procissão dos Passos», p. 1). A procissão com as imagens do Senhor dos Passos e de N.ª Sr.ª das Dores, em finais do século XIX e inícios do século XX, são ditas, como provenientes, respetivamente, da igreja do convento de Santa Clara e da igreja do convento das Mercês (MENESES; SILVA, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 150-151; 1892.03.27, «Procissão», p. 1; 1894.02.28, «Imagens», p. 1). No livro *An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira [...]*, publicado em 1750, em Londres, na p. 57, segundo tradução em M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», p. 1 e M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», p. 1) são descritas as procissões da Quaresma, nas quais entravam os franciscanos, «Durante a quaresma são as ruas percorridas constantemente por procissões religiosas, em que aparece sempre algum santo ricamente vestido e transportado num andor em que pegam alguns homens. Os padres das diferentes ordens seguem atrás uns dos outros, vendo-se também muitos penitentes que se açoutam com cordas munidas de nós até fazer correr o sangue, os quais caminham na rectaguarda da procissão. Estes penitentes levam um capuz e estão cobertos apenas desde meio corpo até os joelhos.»

⁵⁸⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 153v.º.

⁵⁸⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 11v.º.

⁵⁸⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 18, 36v.º.

⁵⁹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 86v.º.

⁵⁹¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 184, 192, 222v.º, 230v.º, 231v.º, 232, 233.

⁵⁹² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1, 1v.º, 19v.º, 63, 206; l.º 6, fls. 1v.º, 38, 71v.º, 88v.º, 105v.º, 118v.º, 133, 146v.º, 172v.º, 204v.º.

⁵⁹³ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 18v.º, 202v.º; l.º 6, fls. 17, 49, 86, 144v.º, 159v.º, 170v.º.

e procissão do Carmo, em março-abril de cada ano⁵⁹⁴; nas celebrações da Semana Santa com a procissão da Ressurreição (12\$000 a 16\$000 réis)⁵⁹⁵; na festa de Santo António (3\$000 réis)⁵⁹⁶; na festa de N.^a Sr.^a dos Prazeres, com missa cantada⁵⁹⁷; na festa do Coração de Jesus (1815 e 1817)⁵⁹⁸; na festa de Santa Teresa⁵⁹⁹; no Domingo da Santíssima Trindade (1810, 3\$000 réis)⁶⁰⁰; e no Domingo do Espírito Santo (1810, quatro religiosos, 3\$600 réis)⁶⁰¹.

Na igreja de S. Pedro, os frades participavam na Páscoa, na procissão da Ressurreição (3\$000 a 4\$000 réis)⁶⁰², na procissão de N.^a Sr.^a da Boa Morte (3\$000 a 4\$000 réis)⁶⁰³, na procissão das Candeias (3\$000 réis)⁶⁰⁴, na procissão de Santo António (5\$000 réis)⁶⁰⁵, nas vésperas e ofício das Almas (4\$000 réis)⁶⁰⁶ e na festa do SS., com primeiras e segundas vésperas, procissão e missa (22\$000 a 26\$000 réis, entre 1811 e 1818)⁶⁰⁷.

Na igreja da Encarnação, participavam na Semana Santa com realce para a assiduidade na procissão da Ressurreição⁶⁰⁸, na procissão do SS.⁶⁰⁹ e nas celebrações da noite e do dia de Natal⁶¹⁰, Domingo do Espírito Santo (1\$200 réis, 1829, dois diáconos)⁶¹¹, dia de Santa Clara (1\$200 réis, 1829)⁶¹² e Dia de Finados (1\$200 réis, 1829)⁶¹³.

⁵⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 16v.º; l.º 6, fls. 15v.º, 47v.º, 66, 83v.º, 100, 115, 128v.º, 143v.º, 157v.º, 169, 178v.º, 189v.º, 201, 213v.º, 223, 235.

⁵⁹⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 16v.º, 35, 222; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 84v.º, 100v.º, 115v.º, 143v.º, 157v.º, 169, 178v.º, 189v.º, 201, 213v.º, 223, 235.

⁵⁹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 20.

⁵⁹⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17, 222; l.º 6, fls. 16, 34, 85, 100v.º, 115v.º, 121, 128v.º, 158v.º, 170v.º, 224.

⁵⁹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 227v.º; l.º 6, fl. 36v.º.

⁵⁹⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 25v.º; l.º 6, fls. 5v.º, 24v.º, 58v.º, 92, 108v.º.

⁶⁰⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 20.

⁶⁰¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 20.

⁶⁰² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 35; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 84v.º, 115v.º, 143, 158v.º, 179, 189v.º, 202, 213v.º, 223, 235.

⁶⁰³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3, 23, 41v.º, 65, 207v.º; l.º 6, fls. 3, 21v.º, 38v.º, 55v.º, 73v.º, 90, 106v.º, 119v.º, 148, 162v.º, 173, 181, 205, 227v.º.

⁶⁰⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 31, 46, 156v.º.

⁶⁰⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 117v.º.

⁶⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 8.

⁶⁰⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 38v.º, 204v.º, 227v.º; l.º 6, fls. 19v.º, 36v.º, 51v.º, 87v.º, 105v.º, 146v.º, 160v.º, 171v.º, 180v.º, 190v.º, 215v.º, 236.

⁶⁰⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 67v.º, 85, 100v.º, 115v.º, 143v.º, 158v.º, 190v.º, 202, 213v.º, 223.

⁶⁰⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 181, 196.

⁶¹⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 62v.º, 198; l.º 6, fl. 203v.º.

⁶¹¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 203v.º.

⁶¹² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 205.

⁶¹³ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 208.

Na capela do Corpo Santo, tomavam parte nas festas de S. Lourenço (agosto de 1809 com cinco religiosos, a 3\$000 réis e, em agosto de 1810, com quatro religiosos na véspera e quatro na festa, a 8\$800 réis)⁶¹⁴ e de S. Pedro Gonçalves Telmo (3\$000 réis em março de 1810)⁶¹⁵. Nesta capela, os frades do convento diziam as missas correntes recebendo, até 1812, 22\$500 réis por cada trimestre⁶¹⁶.

Na igreja do Socorro, também denominada de Santa Maria Maior, por servir de paroquial depois da aluvião de 1803, colaboravam na festa do SS. com «cantoria das primeiras e segundas vésperas, missas e procissão» recebendo 21\$000 réis em julho de 1810 e 26\$000 réis em junho de 1817⁶¹⁷.

Em S. Gonçalo, na capela de N.^a Sr.^a das Neves, na festa do orago, colaboravam na festa com seis a sete religiosos a cantarem na missa, recebendo cada um 1\$200 réis. Por vezes realizavam um noturno (3\$400 réis)⁶¹⁸. Em S. Gonçalo, na igreja paroquial, participavam na festa do Espírito Santo, com uma dominga (4\$800 réis, em junho de 1810), na festa do SS. (seis religiosos em 1813, a 12\$000 réis) e no ofício de finados (cinco religiosos, a 1\$000 réis cada, em novembro de 1809)⁶¹⁹. Nesta localidade, deslocavam-se à Quinta da Boa Nova, com a participação de dois a quatro cantores na festa de N.^a Sr.^a, na missa cantada, recebendo cada um, em setembro ou outubro, 1\$200 réis em 1809 e 1\$500 réis em 1811 e 1814⁶²⁰.

Na Sé do Funchal, participavam nas procissões de Santo António, da Páscoa e do SS., recebendo 3\$000 réis por cada uma, e na do SS. por 6\$000 réis, a partir de 1821⁶²¹.

Na capela da alfândega, dedicada a Santo António da Mouraria, receberam, em junho de 1810, 4\$800 réis por 12 caminhos de missas na trezena de Santo António e, em junho de 1812 e 1813, 12\$000 réis, em cada ano, pela festa desta invocação⁶²².

⁶¹⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3, 23.

⁶¹⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 17.

⁶¹⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 8v.º, 11v.º, 16v.º, 20v.º, 25v.º, 30v.º, 41v.º, 53. Nesta capela, em março de 1815, foi enterrado o morgado Álvaro de Ornelas, recebendo o convento 36\$000 réis relativos ao enterro, nomeadamente acompanhamento, missa do ofício, enterro de noite e um marco (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222).

⁶¹⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 21v.º, 59, 204v.º, 227v.º; l.º 6, fls. 36v.º, 87v.º, 104, 117v.º, 160v.º, 171v.º, 180v.º, 204v.º, 236.

⁶¹⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2v.º, 7v.º, 8v.º, 41v.º, 186v.º, 207; l.º 6, fls. 21v.º, 38v.º, 55, 147v.º, 205, 217, 227v.º.

⁶¹⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 8, 20, 188v.º

⁶²⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5, 45v.º, 211.

⁶²¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 16v.º, 20, 20v.º, 35, 38v.º, 183v.º, 204v.º, 222; 228; l.º 6, fls. 15v.º, 33v.º, 50, 67v.º, 70, 84v.º, 87v.º, 102v.º, 104, 115v.º, 117v.º, 132, 143v.º, 158v.º, 160v.º, 169, 171, 179, 180, 190v.º, 203v.º, 213v.º, 215v.º, 223, 234, 236.

⁶²² ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 20v.º, 62, 183v.º.

Na capela de Santa Catarina participavam na festa do orago com missa cantada e novena, recebendo, em novembro, entre 1811 e 1824, entre 6\$400 e 13\$200 réis, consoante o número de religiosos participantes⁶²³.

No Monte, dois religiosos participaram, em dezembro de 1824, nas matinas do Natal (3\$000 réis), juntando a receita do aluguer de um tapete (\$300 réis)⁶²⁴.

Na igreja de Santo António, dois religiosos participaram no Dia da Ascensão, em maio de 1810 (2\$000 réis)⁶²⁵. Nesta igreja é registado, pontualmente, a realização de um ofício das Almas, como ocorreu em novembro de 1815 (três religiosos a 2\$000 réis cada). Na igreja de S. Martinho foi realizado o mesmo ofício como ocorreu em novembro de 1828 (dois religiosos a 1\$200 réis cada)⁶²⁶.

As saídas dos frades para colaborarem nas festas ultrapassava os limites do Funchal e deslocavam-se, embora com pouca frequência, até ao Campanário, onde participaram na festa do SS., recebendo cinco religiosos, em agosto de 1809, 42\$200 réis⁶²⁷; ao Caniço para a festa do SS., com cantoria (18\$000 réis em novembro de 1810 e 35\$000 réis em setembro de 1811) e na Semana Santa (um religioso em maio de 1828, 7\$600 réis)⁶²⁸; e a S. Jorge para a Semana Santa, em 1820, com dois religiosos (53\$000 réis)⁶²⁹.

De modo inverso, os frades do convento do Funchal contratavam os serviços de outras entidades para tornar as festividades realizadas no convento num momento fora do padrão comum, como ocorreu, numa única vez, em abril de 1811, com a ida dos músicos da Sé do Funchal para cantarem na festa da Páscoa⁶³⁰.

Os conventos do Funchal e de Câmara de Lobos tinham pequenos órgãos portáteis, sendo alugados nas festividades de capelas e igrejas, um pouco por toda a ilha da Madeira, até às primeiras décadas do século XIX, isto é, até à extinção dos mesmos, numa época em que muitas das igrejas e capelas não tinham órgão próprio.

O órgão portátil do convento do Funchal foi alvo de um profundo conserto, em 1824, realizado pelo mestre Cabral, que cobrou para o «consertar» 4\$800 réis, «fazer uma mesa nova» e «meter um fole» 5\$000 réis, tendo sido compradas sete pelicas (5\$600 réis), uma tábua para os foles (1\$900 réis), 9,5 libras de chumbo para

⁶²³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 49v.º; l.º 6, fls. 42v.º, 94, 110, 122v.º, 137v.º, 151v.º.

⁶²⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 80.

⁶²⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 18v.º.

⁶²⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 7v.º, 197.

⁶²⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 3.

⁶²⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 27, 45v.º, 189v.º.

⁶²⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104.

⁶³⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 35v.º.

um peso do órgão (1\$425 réis), uma libra de grude (\$300 réis), duas missagras (\$300 réis), pregos e tachinhas (\$300 réis)⁶³¹. Em 1816 e 1829, o órgão foi consertado com a colocação de pelicas, duas e uma respetivamente⁶³².

Segundo a documentação existente do convento do Funchal, é conhecido, desde 1811 até à extinção do mesmo, o aluguer deste órgão a diversas igrejas e capelas da Madeira, para diversos atos cultuais, variando o preço entre os 2\$400 e os 10\$000 réis, consoante a distância, a quantidade de dias e o acompanhamento do organista e de outros músicos.

O órgão do convento do Funchal era constantemente alugado à quinta e capela do Ribeiro Seco, para a festa de Santa Ana, no mês de julho (6\$000 réis, entre 1813 e 1819)⁶³³, e à Igreja, no Funchal, em abril-maio, para a novena e festa de N.ª Sr.ª da Piedade (entre 6\$000 e 9\$000 réis, de 1817 a 1831)⁶³⁴. É conhecido o aluguer do órgão para outros locais: igreja de Santa Luzia (6\$000 réis, em dezembro de 1812)⁶³⁵; capela de N.ª Sr.ª da Consolação (2\$000 réis, em julho de 1831)⁶³⁶; fortaleza de S. Lourenço, para a festa de Santa Bárbara, (dezembro de 1811, 7\$000 réis por «um religioso para a missa, diáconos, acólitos, ceroférários, missa e órgão»)⁶³⁷; recolhimento do Bom Jesus, em dia de S. Domingos (outubro de 1815, 7\$000 réis por «missa, cantores e órgão»)⁶³⁸; capela de Santo Amaro (janeiro de 1819, 8\$000 réis por dois dias)⁶³⁹; igreja de S. Pedro, no Funchal, para a festa do SS. (junho de 1814, 26\$000 réis por «primeiras e segundas vésperas, procissão, missa e órgão»⁶⁴⁰; igreja do Colégio, na «função da Luz» (maio 1820, 6\$000 réis)⁶⁴¹; capela do Corpo Santo, no Funchal, para a festa de S. Lourenço (novembro de 1822, 3\$000 réis)⁶⁴²; capela de S. João da Ribeira (8\$000 réis, em junho de 1824, pelo «aluguer do órgão em toda a missa e novena», 6\$000 réis em junho de 1826, 4\$000 réis em junho de 1827, 5\$500 réis em junho de 1828, 4\$500 réis em

⁶³¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 140v.º, 144, 146, 147.

⁶³² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 15; l.º 6, fl. 202.

⁶³³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 186v.º, 207; l.º 6, fls. 1v.º, 38, 54, 73. Nesta festa, em 1810, cobraram 15\$000 réis, o que deverá corresponder a outros serviços como o sermão e cantoria (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 21v.º). Na capela do Ribeiro Seco eram ainda ditas missas, em 1828, entre janeiro e julho recebendo o convento cerca de 4\$000 réis mensais (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 185v.º-191).

⁶³⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 17, 130, 144v.º, 170, 179v.º, 189v.º, 224. Em 1829 receberam 5\$000 réis.

⁶³⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 71v.º.

⁶³⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 227.

⁶³⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 51.

⁶³⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 6.

⁶³⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 63v.º.

⁶⁴⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 204v.º.

⁶⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 86v.º.

⁶⁴² ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 122.

junho de 1829 e 4\$000 réis em junho de 1830)⁶⁴³; igreja do Carmo, nas matinas e festa do SS. (julho de 1824, 3\$000 réis)⁶⁴⁴; capela dos Varadouros, no sábado do Espírito Santo (em maio de 1823, 3\$000 réis)⁶⁴⁵; capela de N.^a Sr.^a da Conceição, em Câmara de Lobos, para as festas de S. Pedro Gonçalves Telmo (dezembro de 1821; 6\$000 réis em dezembro de 1822; 4\$000 réis em dezembro de 1823) e de N.^a Sr.^a da Conceição (dezembro de 1821; dezembro de 1822, 10\$400 réis pelo aluguer do órgão na novena e festa, 4\$000 réis em dezembro de 1824, 1830 e 1831)⁶⁴⁶; em Câmara de Lobos (na igreja de S. Sebastião?), na festa de N.^a Sr.^a da Piedade (março de 1824, 3\$000 réis)⁶⁴⁷.

Por vezes, aquando do aluguer do órgão não era mencionado o local, mas o encomendante, por exemplo aos padres: José de Freitas (outubro de 1821 e em setembro de 1822, ambos a 2\$400 réis)⁶⁴⁸; João Clemente (setembro de 1822, 6\$000 réis)⁶⁴⁹; Félix Ferreira (outubro de 1822, 3\$900 réis)⁶⁵⁰; e a uma festa do morgado João de Bettencourt (setembro de 1824 e 1825, ambas a 3\$000 réis)⁶⁵¹.

O aluguer do órgão não se circunscrevia às festividades, abrangendo outros atos religiosos como os relacionados com os enterros. Em maio de 1821, para a igreja de Santa Luzia, no ofício da mulher do capitão João Alexandre, do Porto Santo, pela assistência de música e aluguer do órgão, receberam 42\$000 réis⁶⁵². O aluguer poderia englobar o serviço de um organista do convento, em determinados casos. O convento, em julho de 1814, recebeu 7\$600 réis «pela festa da Visitação na Santa Casa, livre do organista»⁶⁵³, e em dezembro de 1810, um religioso na noite do Natal «a tocar órgão» recebeu 6\$400 réis⁶⁵⁴.

No período em estudo, o convento de S. Francisco adquiriu um órgão fixo para o coro, no valor de um 1500\$000 réis, pagos pela confraria de N.^a Sr.^a da Piedade no valor de 600\$000 réis, alças do reverendo definitório antecessor do convento no valor de 600\$000 réis e a comunidade franciscana com 300\$000 réis⁶⁵⁵. O primeiro gasto para esta compra realizou-se em julho de 1821. O rei dava ao convento uma

⁶⁴³ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 145v.º, 171v.º, 180, 190v.º, 203v.º, 215v.º.

⁶⁴⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 146v.º.

⁶⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 131.

⁶⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 111v.º, 123v.º, 139, 185v.º, 198, 210, 231v.º.

⁶⁴⁷ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 142.

⁶⁴⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 108v.º, 120v.º.

⁶⁴⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 120v.º.

⁶⁵⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 121.

⁶⁵¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 149v.º, 163.

⁶⁵² ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 101v.º.

⁶⁵³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 205v.º.

⁶⁵⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 29.

⁶⁵⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104v.º.

esmola anual de quatro moios de trigo e quatro pipas de vinho, sendo aplicada no pagamento do órgão, em 1823, a totalidade desta esmola e nos dois anos seguintes apenas duas pipas em cada ano⁶⁵⁶. Este órgão, de fabrico inglês, datado, num dos tubos, de 1815-1820, foi adquirido pela igreja de Santa Luzia, no Funchal, em 1834, e transferido para a mesma em 1842⁶⁵⁷.

Fig. 05 – Órgão da igreja de Santa Luzia (Funchal), proveniente da igreja do convento de São Francisco; fabrico inglês, datado de 1815-1820



Fonte: Coleção Direção Regional da Cultura. Fotografia: Roberto Pereira, 2013.

Nos conventos de Santa Cruz e no hospício da Ribeira Brava não é registada a existência de órgãos ou outros instrumentos, alugados ou para aluguer ao exterior, como também não se encontra o termo «música». Apenas se encontra o registo de cantoria nas missas e festas. No convento da Calheta, além da cantoria e música nas festas e na procissão das Cinzas, apenas no inventário de 13 de junho de 1750 é registado a existência de um órgão no coro⁶⁵⁸. Já o convento de Câmara de Lobos possuía um órgão.

⁶⁵⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 138v.º, 152v.º, 165v.º.

⁶⁵⁷ MACHADO; DODERER, 2009, *Órgãos das Igrejas da Madeira*, pp. 37-41.

⁶⁵⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 2v.º.

Além do organista, a cantoria fazia parte dos atos religiosos das missas, novenas, procissões e enterros com ofícios e laudes cantadas, sendo habitual os franciscanos requisitarem cantores para as suas festividades no convento, como também se deslocarem a igrejas e capelas para cantarem. Além disso, os franciscanos contribuíam para as festividades religiosas, na componente religiosa, com os sermões, ofícios e acompanhamentos nas procissões.

Convento de S. Bernardino

No convento de Câmara de Lobos, dedicado a S. Bernardino, existiam várias capelas e altares, onde estavam sediadas confrarias, cabendo aos frades do convento a realização das obrigações das missas e festas, com os pagamentos respetivos pelos administradores das mesmas.

A capela de N.ª Sr.ª da Conceição entre 1794 e 1822, pelo menos, era administrada por Lúcio Francisco de Barros e «por sua sogra»⁶⁵⁹, D. Mariana Osória e Meneses⁶⁶⁰. Em dezembro de 1821 a administração da capela é mencionada com uma pensão de D. Bárbara Osória⁶⁶¹, provável ascendente de D. Mariana, e que consistia em pagar anualmente o encargo da festa do orago com sermão no valor de 3\$000 réis⁶⁶². Lúcio Francisco de Barros, anteriormente, em dezembro de 1792, além da festa pagava duas missas em cada sábado, que juntamente com a festa e sermão importava em 18\$300 réis⁶⁶³.

Na capela das Almas, a sua confraria pagava as cerimónias pela altura da festa com sermão e ofício, no mês de novembro. O tesoureiro da confraria das Almas pagava \$600 réis, em 1806 e 1807, pelo trabalho dos franciscanos, «merecido da capela»⁶⁶⁴. Noutra capela das Almas, provavelmente externa ao convento⁶⁶⁵, os religiosos de

⁶⁵⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 32.

⁶⁶⁰ Lúcio Francisco de Barros, filho de Timóteo de Barros e Azevedo e de Maria Teodora da Costa Faria, casou na capela de Jesus Maria José, a 6 de julho de 1783, com D. Maria Osória Mendonça e Meneses, filha de João Fidélis Martins e de D. Mariana Osória e Meneses (*ABM, RP, Câmara de Lobos, Casamentos*, l.º 4, fl. 134). Um filho de Lúcio de Barros foi sepultado na capela de Jesus Maria e José, em abril de 1794 (*ANTT, CSBCL*, l.º 1, fl. 36v.º). Em 1751, Maria do Rosário Henriques, mulher de Pedro Bernardes Cordeiro, fundou uma capela dedicada a N.ª Sr.ª da Nazaré, em Câmara de Lobos, ao sítio do Caminho Grande e Preces, existindo a possibilidade da mesma ter passado para a filha Maria Teodora da Costa e depois para o filho desta, Lúcio Francisco de Barros, atrás mencionados (*FREITAS, s.d.*, «Capela de Nossa Senhora da Nazaré»).

⁶⁶¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 74v.º.

⁶⁶² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28, 32, 72, 93; l.º 2, fls. 12, 28, 74, 89v.º, 123, 140v.º; l.º 3, fls. 3, 15v.º, 51v.º, 95v.º; l.º 4, fls. 74v.º, 89.

⁶⁶³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 5v.º.

⁶⁶⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 6; l.º 2, fl. 153v.º.

⁶⁶⁵ No Estreito de Câmara de Lobos, foi fundada em 1766-1767 uma capela das Almas, pelo alferes Pascoal Pestana Ennes.

Câmara de Lobos recebiam, em 1812 e 1813, 40\$000 réis semestrais, vencidos a 17 de maio e de setembro de cada ano⁶⁶⁶.

No convento, os frades faziam, em maio, a festa da Vera Cruz e sermão, a mando da confraria de Jesus e paga por esta, sediada na capela homónima, pelo preço de 3\$000 réis⁶⁶⁷, sendo ditas as missas e ofícios pelos irmãos defuntos desta confraria ao longo do ano⁶⁶⁸. Na receita de maio de 1798 são especificados atos religiosos realizados a esta confraria totalizando 9\$400 réis: «festa com sermão 3000 r[éi]s, of[íci]o pelos irmãos defuntos 2000 r[éi]s e 11 nocturnos com missa cantada a 400 r[éi]s cada um»⁶⁶⁹. Já em maio de 1807 foram registados 17 nocturnos a \$600 réis cada um e a festa por 3\$000 réis⁶⁷⁰. O número de nocturnos ou ofícios variava consoante o número de óbitos dos confrades.

À confraria de Santa Ana, sediada no convento, os frades estavam encarregues de fazer a sua festa com sermão (3\$000 réis), as missas e ofícios pelos irmãos defuntos ao longo do ano⁶⁷¹, por exemplo, em 1794 disseram 20 missas⁶⁷². A esta confraria os frades diziam na sua capela, missas às terças-feiras, durante o ano, a \$200 réis cada uma em 1794⁶⁷³. A despesa de agosto de 1795 desta confraria espelha os gastos ao longo do ano pagos aos frades: «Por 104 missas da confraria da Senhora Santa Ana do convento, a 200 r[éi]s por serem cada ano; e a 2 missas em cada uma 3.^a feira 20\$800 Missa da festa, cantoria e sermão 3000, 1 of[íci]o geral pelos irmãos da confr[ari]a 2000 e 5 nocturnos cada um com sua missa a 400 – 2\$000 – soma 27\$800»⁶⁷⁴. A partir de 1799 as missas das terças-feiras passaram a custar \$400 réis⁶⁷⁵. Em junho de 1805 as despesas da confraria eram pagas pelo tesoureiro Manuel Rodrigues Dinis e em setembro de 1817, pagas por Francisco Rodrigues Dinis⁶⁷⁶.

⁶⁶⁶ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 23, 36.

⁶⁶⁷ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 15v.º, 59v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 15v.º, 59v.º, 64v.º, 80, 100; l.º 3, fls. 74, 84v.º, 103v.º; l.º 4, fl. 12.

⁶⁶⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 38, 59v.º, 110v.º, 119v.º; l.º 2, fls. 1v.º, 18, 19, 64v.º, 81, 96v.º, 111v.º, 131, 159v.º, 171v.º; l.º 3, fl. 25; l.º 4, fl. 113v.º.

ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 38; l.º 2, fls. 131, 171v.º.

⁶⁶⁹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 1v.º.

⁶⁷⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 146.

⁶⁷¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 15v.º, 19v.º, 21v.º, 41, 43, 43v.º, 88v.º, 102, 119v.º; l.º 2, fls. 4, 39v.º, 67, 84, 112v.º, 134v.º, 138v.º, 148, 159v.º; l.º 4, fls. 17, 60v.º, 66, 67v.º, 71v.º, 82, 90, 99, 104, 115v.º, 120v.º.

⁶⁷² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 44v.º.

⁶⁷³ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 49.

⁶⁷⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 65.

⁶⁷⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 20, 31.

⁶⁷⁶ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 115v.º; l.º 3, fl. 106; l.º 4, fl. 2.

Os frades diziam no convento missas na capela do Servo de Deus (1806)⁶⁷⁷. Esta capela corresponde à capela da Furna, associada à devoção a Fr. Pedro da Guarda. Na capela da Furna eram mandadas dizer anualmente missas nas nove festas principais de N.^a Sr.^a, pagas a \$300 réis cada uma. De 1793 a 1802, era administrada pela «casa» de Cristóvão Linch e, de 1805 a 1807, pagas pela casa de Guilherme «Capei»(?) / «Belim quece» (Boliqueme?)⁶⁷⁸.

No convento, na capela dos Terceiros, eram ditas as missas aos domingos pelos irmãos defuntos da Ordem Terceira, três sermões na festa das 40 horas e ofício pelos irmãos da Ordem⁶⁷⁹. A Ordem Terceira pagava, entre 1796 e 1813, ao convento uma capela de missas e sermões instituída pelo P.^e João Pinto da Silva⁶⁸⁰. Na capela dos Terceiros eram realizadas sepulturas, por exemplo, em dezembro de 1821, Ana Joaquina de Araújo da Saraiva, e em julho de 1822, Madalena Pinta, viúva de Simão de Abreu, sendo as cerimónias fúnebres realizadas pelos franciscanos do convento⁶⁸¹.

No altar-mor da igreja do convento eram ditas as missas da capela ou pensão da Terça, administrada pelos irmãos síndicos, pagando estes ao convento, no mês de maio, conforme a disposição do instituidor João Bettencourt de Vasconcelos, padroeiro da capela-mor, 12\$000 réis entre 1793 e 1800, 30\$800 réis em 1801 (missas a \$400 réis) e 46\$200 réis entre 1802 e 1824 (missas a \$600 réis) pelas 77 missas nesta capela, nomeadamente, 52 nos domingos, sete nas «oitavas das 3 Páscoas de Cristo», nove nas festas principais de N.^a Sr.^a e nove nas dos Apóstolos Santos. Em 1805, são mencionadas nesta pensão duas missas nas oitavas do Espírito Santo⁶⁸². Esta disposição foi deixada em testamento por João Bettencourt de Vasconcelos, realizado a 12 de dezembro de 1607⁶⁸³.

Ao convento de Câmara de Lobos, o visconde de Torre Bela, em 1821, pagava uma pensão de duas tochas no valor de 6\$000 réis⁶⁸⁴.

⁶⁷⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 124-124v.º.

⁶⁷⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 10, 32, 32v.º, 43, 49, 51, 64v.º, 66v.º, 82, 84v.º, 86v.º, 94v.º, 115, 120; l.º 2, fls. 12, 28v.º, 46v.º, 53, 60, 62v.º, 69, 76, 92v.º, 105, 112v.º, 124v.º. Em janeiro de 1794, o convento pagou \$300 réis ao notário António Rodrigues do Carmo, pela trasladação da doação da capela da Furna «por estar rôta» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 31).

⁶⁷⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 6; l.º 2, fls. 96v.º, 171v.º; l.º 3, fl. 103v.º; l.º 4, fls. 17, 89.

⁶⁸⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 82; l.º 2, fls. 146, 159v.º; l.º 3, fls. 23, 43v.º.

⁶⁸¹ ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 74v.º,

⁶⁸² ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 14, 17v.º, 39v.º, 40, 49, 82v.º, 102, 119v.º; l.º 2, fls. 3, 21v.º, 31, 46v.º, 60, 76, 91v.º, 105, 112v.º, 125, 138v.º, 156, 159v.º, 168v.º, 179; l.º 3, fls. 3, 36, 37v.º, 52, 66; l.º 4, fls. 17, 106v.º, 115v.º.

⁶⁸³ CARITA, 2000, *Convento de São Bernardino / Igreja Paroquial de Santa Cecília*.

⁶⁸⁴ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 63.

Os frades do convento de S. Bernardino colaboravam nas missas de pensões e nas festas de algumas devoções nas igrejas paroquiais e capelas particulares dos arredores, auferindo rendimentos por estes serviços.

A capela de N.^a Sr.^a da Boa Hora, situada no sítio da Torre, foi mandada erguer por vontade testamentária do morgado António Correia Henriques Bettencourt Berenguer e sua mulher, D. Joana Henriques, conforme o seu testamento de 1643, com o encargo de serem ditas «todos os domingos e santos de guarda de cada um anno uma missa rezada pelas almas deles dotadores»⁶⁸⁵. As missas nesta capela eram pagas ao valor «costumado» pelos administradores sucessores do morgadio e ditas ao longo do século XVIII pelos frades do convento de S. Bernardino. Entre 1723 e 1760, as celebrações são ditas a um valor anual de 12\$000 réis; entre 1769 e 1770, por 18\$000 réis anuais; entre 1775 e 1786, cerca de 28\$400 réis anuais, a \$200 réis cada missa, sendo que a partir de 1777 parecem ser ditas pelo cura da colegiada de Câmara de Lobos, pois as missas celebradas eram certificadas por este⁶⁸⁶. À capela de N.^a Sr.^a da Boa Hora, na Torre, quatro religiosos, em dezembro de 1806, cantaram uma missa, a \$500 réis cada um⁶⁸⁷.

Entre 1794 e 1797 são registadas diversas missas ditas na «capela da Torre»⁶⁸⁸ e menciona-se, em junho de 1797, a «capela da Torre em casa do Senhor N.[osso] I.[rmão] Sindico»⁶⁸⁹, parecendo tratar-se de outra capela. Francisco João de Caires, da Torre, pagava ao convento de Câmara de Lobos, 30\$000 réis anuais, em 1793 e 1794, pela sua capela, nomeadamente em fevereiro de 1793 «pelo merecido da capela da Conceição do capitão Francisco João de Cairos da Torre 30\$000» réis; em fevereiro de 1794 «da esmola de 34 missas da capela de João Francisco de Cairos [...] 11\$724 [réis]»; em março de 1794 os restantes 18\$276 réis; e em novembro de 1794, 15\$545 por 43 missas da mesma pensão nos domingos e dias santos⁶⁹⁰. Em junho de 1797 foi pago o valor destas missas «da capela da Torre em casa do Senhor Nosso Irmão Sindico» e entre abril de 1798 e fevereiro de 1800, 16\$000 réis anuais pelos caminhos de missas no oratório do irmão síndico, Francisco João de Caires, nos domingos e dias santos⁶⁹¹. Segundo um casamento realizado a 29 de outubro de 1823, em Câmara de Lobos, a casa deste capitão-mor tinha um oratório dedicado ao Menino Jesus⁶⁹². O capitão

⁶⁸⁵ RODRIGUES, 2006, «A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos», pp. 23, 35,

⁶⁸⁶ RODRIGUES, 2006, «A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos», pp. 36-43.

⁶⁸⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 140v.º.

⁶⁸⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 41, 51, 51v.º, 64, 73, 73v.º, 75, 78, 84v.º, 85v.º, 86v.º, 91.

⁶⁸⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 102.

⁶⁹⁰ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9v.º, 32, 34v.º, 49.

⁶⁹¹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 102, 119v.º; l.º 2, fls. 13, 21v.º, 31.

⁶⁹² ABM, RP, Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 6, fl. 3v.º.

Francisco João de Caires casou na capela de Santa Quitéria, em Santo António, no Funchal, em 1782, com D. Mariana Francisca Rosa Vidal. Ele era natural de Câmara de Lobos, filho de Francisco de Caires de Rego e de Quitéria Maria da Cruz, e ela filha de Roque Vidal, natural da Galiza, e de Antónia Josefa Spínola⁶⁹³.

Na capela de N.^a Sr.^a das Preces, fundada pelo P.^e Francisco de Canha e Mendonça (falecido a 4 de julho de 1726), por alvará de 4 de dezembro de 1683⁶⁹⁴, o povo pagava 100\$000 réis por ano aos franciscanos para lá irem dizerem missa. Em janeiro de 1815 receberam 60\$660 réis por 60 missas «que pagão povo [...] e se obrigou a satisfazer o R.[everendo] cura do Estreito António de Abreu de Macedo» e mais 60 missas, a \$400 réis cada uma, pela pensão do instituidor da capela, sendo obrigado a pagar o dito cura⁶⁹⁵. Esta pensão de missas nesta capela é conhecida até 1821, quando foram pagos 35\$000 réis pelas missas. Em junho de 1818 e janeiro de 1819 receberam 40\$000 réis, respeitantes a cada seis meses de missas⁶⁹⁶.

Da capela de N.^a Sr.^a da Vitória, na Ribeira dos Socorridos, freguesia de S. Martinho – Funchal, os franciscanos recebiam anualmente 42\$000 réis anuais, desde 1793, pela pensão de missas nos domingos e dias santos. Deste valor, 30\$000 réis eram pagos pelo povo, e os restantes 12\$000 réis, relativos a 24 missas, de uma pensão de D. Guiomar de Couto, paga até 1797 pelo administrador da capela, Luís Vicente de Carvalhal, ano em que foi paga pelo seu feitor e depois pela «casa de João de Carvalhal», subindo para 16\$940 réis, entre 1807 e 1813. A parte do povo passou para 36\$000 réis anuais a partir de 1800⁶⁹⁷. Luís Vicente de Carvalhal pagou ao convento 8\$880 réis, em dezembro de 1795, por duas missas cantadas por Rui Mendes, relativas aos anos de 1793 e 1794. João Carvalhal pagou, em janeiro de 1807, 12\$400 réis, das capelas de D. Isabel Correia e Afonso Enes⁶⁹⁸.

⁶⁹³ ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 4, fl. 127v.º; ABM, *RP*, Santo António, Casamentos, l.º 4, fl. 112v.º. Francisco João de Caires faleceu a 10 de maio de 1830, quando se encontrava preso e a aguardar transferência para a prisão do Limoeiro, para cumprir pena por participação numa rebelião em 1828 (FREITAS, s.d., «CAIROS REGO, Capitão António Francisco de»).

⁶⁹⁴ SILVA, 1946, , *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 341; FREITAS, «As capelas da freguesia de Câmara de Lobos [...]» 2006, p. 9.

⁶⁹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 68v.º.

⁶⁹⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 17, 28, 66.

⁶⁹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 4, 10, 28, 32, 36v.º, 49, 70v.º, 88v.º, 94v.º, 102, 111v.º, 120, 141v.º; l.º 2, fls. 11, 27, 38v.º, 43v.º, 76, 82v.º, 91v.º, 105, 105v.º, 112v.º, 113, 118, 124v.º, 125, 133, 138v.º, 153v.º, 179; l.º 3, fls. 3, 16, 36, 52. Por decisão do Provedor das Capelas de 1791, a partir de 1793 o encargo de D. Guiomar do Couto passou a ser no valor dos ditos 12\$000 réis. A capela foi erguida, em 1599, pelo morgado Francisco de Bettencourt, passando para a casa dos Condes de Carvalhal, sendo arrematada em hasta pública, no século XIX, reedificada e benzida em 1873 (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 347).

⁶⁹⁸ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 71v.º; l.º 2, fl. 141v.º.

D. José de Brito (Leal Herédia), filho de D. Sancho Gaspar Leal Herédia, do morgadio da Apresentação, na Ribeira Brava, possuía no Estreito de Câmara de Lobos uma quinta com uma capela dedicada a Santo António, conhecida pela «Quinta de Santo António do Estreito» ou «Quinta de D. José no Estreito»⁶⁹⁹. Face ao seu estado avançado de ruína, mandou construir uma nova num local «mais alto e bem arejado, enxuto e acomodado», sendo benzida a 25 de junho de 1780⁷⁰⁰. Entre junho de 1807 e janeiro de 1811, os franciscanos de S. Bernardino receberam inicialmente 12\$000 réis e por fim 15\$000 réis anuais, por dizerem as missas na capela de D. José de Brito⁷⁰¹. Uma pensão de 12\$000 réis foi paga aos franciscanos de Câmara de Lobos, em janeiro de 1813, por António Saldanha da Gama, genro de D. José de Brito, sendo especificado, em dezembro de 1813 e de 1814, que era relativa à «capela instituída por Mónica Ferreira de Aguiar, que paga o procurador de António Saldanha da Gama»⁷⁰².

Na capela de Jesus, Maria e José fundada, em 1694, pelo capitão Sebastião Gonçalves Cordeiro e sua mulher, D. Luzia de Ornelas e Vasconcelos⁷⁰³, conforme pensão da instituição da capela, os frades do convento de Câmara de Lobos estavam encarregues de dizer todos os domingos e terças de cada ano uma missa pela alma de D. Luísa de Ornelas e Vasconcelos⁷⁰⁴. Os frades recebiam pelas missas 80\$000 réis anuais, entre 1814 e 1816 e 70\$000 réis em 1817⁷⁰⁵. Anteriormente, em 1797, eram pagos 42\$000 réis anuais relativos às missas nos «Domingos e dias santos»⁷⁰⁶. Nesta capela, o morgado António Drumond, em 1808, pagava aos frades diversos caminhos de missas a \$400 réis cada um, por exemplo, 12 caminhos em fevereiro e sete em maio⁷⁰⁷. Em 1817, esta obrigação estava a cargo do alferes Januário de Barros pagando, em junho deste ano, 36\$000 réis relativos a seis meses⁷⁰⁸. Já em setembro de 1817 são pagos 12\$000 réis pelo dito alferes, e 8\$600 réis por José ou João Francisco, e no mês seguinte, são pagos pelos mesmos, respetivamente, 5\$700 réis e

⁶⁹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 70; l.º 2, fls. 28, 89; l.º 4, fl. 85v.º.

⁷⁰⁰ FREITAS, s.d., «Capela de Santo António no Estreito de Câmara de Lobos».

⁷⁰¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 147, 148, 153, 179; l.º 3, fl. 3.

⁷⁰² ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 36, 51v.º, 66. Segundo Manuel Pedro de Freitas, a filha de D. José de Brito, Antónia Basílio casou com António Saldanha da Gama, 1.º conde do Porto Santo. Esta capela instituída por Mónica de Aguiar poderá tratar-se da continuidade do pagamento da pensão da capela de Santo António ou da capela do Foro ou de N.ª Sr.ª da Consolação, também instituída por Mónica de Aguiar (FREITAS, s.d., «Capela de Santo António no Estreito de Câmara de Lobos»).

⁷⁰³ SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 302.

⁷⁰⁴ FREITAS, 2007, «Contributo para uma transcrição [...]», pp. 36-37.

⁷⁰⁵ ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 60, 68v.º, 77, 98.

⁷⁰⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 102.

⁷⁰⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 155v.º, 159v.º.

⁷⁰⁸ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 105.

4\$550 réis, devendo estes à época serem os administradores ou herdeiros da capela de Jesus Maria José⁷⁰⁹. Nesta capela os frades faziam o sermão da festa de S. João (1796)⁷¹⁰, festividade que se manteve ao longo do século XIX. S. João era festejado no convento de S. Bernardino, com fogueira e comida típica da época.

Em dezembro de 1792, o convento de Câmara de Lobos na festa de «S. Pedro Telo» ou do Corpo Santo «do lugar» recebeu, do tesoureiro João da Costa, 2\$400 réis pela festa e \$600 réis pelo sermão pregado por Fr. Luís da Natividade⁷¹¹. Esta festa deve corresponder à realizada na capela de N.^a Sr.^a da Conceição, onde existe uma forte devoção a S. Pedro Gonçalves Telmo. Na capela de N.^a Sr.^a da Conceição, os franciscanos, no mês de dezembro, aquando da festa, colaboravam com a «cantoria de matinas» e vésperas «em Câmara de Lobos» ou no «Lugar», ou seja, na dita capela⁷¹².

Na «Paróquia do Lugar» – na igreja de S. Sebastião –, três a cinco frades participavam na festa e matinas do orago, realizada no mês de janeiro e na procissão da festa do SS.⁷¹³. Aí faziam o sermão da festa de S. Pedro (1796)⁷¹⁴, provavelmente na igreja paroquial ou na capela de N.^a Sr.^a da Conceição. Em Câmara de Lobos, no mês de maio, na capela do Espírito Santo, realizavam as festas e as matinas da festa do Espírito Santo, com «cantoria» (1796-1798)⁷¹⁵.

Os franciscanos de Câmara de Lobos receberam, entre 1807 e 1822, \$800 réis anuais da «capela de Gonçalo Pires», que pagava a abadessa do convento de Santa Clara⁷¹⁶.

Em julho de 1813, o convento de Câmara de Lobos recebeu 50\$000 réis, de seis meses da capela do Garachico⁷¹⁷.

Na capela de N.^a Sr.^a da Encarnação, no sítio do Covão, freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, os franciscanos, em janeiro de 1817, receberam 100\$000 réis de um

⁷⁰⁹ Januário António Osório de Meneses casou com Inácia Joaquina de Barros em 1816 (ABM, *RP*, Estreito de Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 6, fl. 88v.º). Em 1857 a capela era propriedade da Fazenda Pública (FREITAS, 2007, «Contributo para uma transcrição integral do Livro do Tombo da Igreja de Câmara de Lobos (1729)», p. 37) e em finais do século XIX e inícios do século XX era propriedade de Francisco Nunes Pereira de Barros (1819-1902), casado com Luísa Maria Teresa Figueira de Barros, que transmitiram a capela a seu filho Francisco Nunes Pereira de Barros (1863-1942), casado com Alice Georgina Figueira da Silva (FREITAS, s.d., «Capela de Jesus Maria José»).

⁷¹⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 81v.º.

⁷¹¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 5v.º; l.º 2, fl. 159v.º.

⁷¹² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 51v.º, 93, 113v.º; l.º 2, fls. 12, 28, 44v.º, 153; l.º 3, fls. 3, 15v.º, 51v.º, 66; l.º 4, fl. 74v.º.

⁷¹³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 21v.º; l.º 2, fl. 179v.º; l.º 3, fl. 82; l.º 4, fls. 8v.º, 28, 91.

⁷¹⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 81v.º.

⁷¹⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 80, 100v.º; l.º 2, fl. 2.

⁷¹⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 153v.º; l.º 3, fls. 26v.º, 51, 66; l.º 4, fls. 75, 89.

⁷¹⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 45. Deve tratar-se da capela de N.^a Sr.^a do Bom Sucesso, que serviu de paroquial em 1961 aquando da criação da paróquia do Garachico, sendo demolida em 1963 para dar lugar à construção da atual igreja paroquial (FREITAS, s.d., «Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso»).

ano de missas. Por conta desta capela, Francisco Figueira da Vargem, em dezembro de 1817, pagou 20\$000 réis⁷¹⁸. Pontualmente, pregavam sermões na igreja do Estreito de Câmara de Lobos, nas festas de N.^a Sr.^a da Graça e da Salvação (1794) e, no Porto Moniz, nos sermões da Semana Santa (1796)⁷¹⁹.

O órgão do convento de Câmara de Lobos, existente no convento pelo menos desde a década de 1790, foi transportado por dois homens, em julho de 1806, à cidade do Funchal para ser afinado, recebendo 2\$000 réis quem o afinou⁷²⁰. Na festa de S. Francisco deste convento, em outubro de 1808, por o órgão «não estar capaz» optaram por rebecas, pagando 16\$000 réis a «quem as tocou»⁷²¹. O órgão, entre 1795 e 1811, foi alugado a diversas festividades, nomeadamente: Santo António, no Estreito de Câmara de Lobos (\$800 réis, em junho de 1795)⁷²²; S. Pedro Gonçalves Telmo, (na capela de N.^a Sr.^a da Conceição?) (1\$200 réis, em maio de 1808)⁷²³; na freguesia da Tabua (6\$000 réis, em setembro de 1811)⁷²⁴; e no Lugar de Câmara de Lobos (igreja S. Sebastião) «em diferentes dias» (6\$200 réis, em maio de 1808)⁷²⁵.

Para algumas festas do convento de Câmara de Lobos, o organista e os músicos/cantores vinham do Funchal, sendo transportados de barco ou de besta. Na festa de S. Francisco foram nove bestas em 1811, seis em 1812 e cinco em 1822. Para a festa de S. Francisco, de 1796, foram três cantores em bestas e para a festa da Semana Santa, de 1819, foram dois cantores⁷²⁶. Além do pagamento, pelo serviço da música, todos recebiam uma propina de doces. O serviço do organista era requisitado principalmente para a novena e festa de S. Francisco, e para as festas do SS., da noite de Natal e da Semana Santa, do dia da Ascensão e do Domingo de Páscoa⁷²⁷.

Hospício de N.^a Sr.^a da Porciúncula

O hospício de N.^a Sr.^a da Porciúncula, na Ribeira Brava, no que concerne aos serviços de missas e festas, além dos realizados no próprio hospício, tinha como campo de ação os lugares do Campanário, da Serra de Água, da Tabua e da Ribeira Brava.

⁷¹⁸ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 98; l.º 4, fl. 6v.º. A capela de N.^a Sr.^a da Encarnação remonta a 1671, tendo sido mandada erguer pelo morgado João José de Ornelas Cabral (FREITAS, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Encarnação»).

⁷¹⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 46, 77.

⁷²⁰ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 133v.º

⁷²¹ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 165.

⁷²² ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 61.

⁷²³ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 159v.º.

⁷²⁴ ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 11.

⁷²⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 159v.º.

⁷²⁶ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 89; l.º 3, fls. 13v.º, 31; l.º 4, fls. 31v.º, 40, 86.

⁷²⁷ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 24v.º, 56v.º, 80v.º, 87; l.º 4, fls. 3, 23v.º, 28v.º, 32v.º, 76v.º, 79, 96v.º.

O P.^e Inácio Ferreira Garcês, beneficiado na colegiada de S. Bento, na Ribeira Brava, falecido a 6 de julho de 1726, deixou em testamento

«As casas em q[ue]. vivo com o quintal e mais quinhões q. me pertencem junto com os herd[ei]r.^{os} de Diogo Afonso deixo a confr[ari].^a do Santíssimo desta igr[ej].^a com clausula e condição que querendo em qualquer tempo os Religiosos de Sam Francisco fazer convento neste lugar, e neste sítio se lhes entregarão as ditas casas e quintaes p[ar].^a o dito convento, e enquanto as gozar a confraria se tiraram dous mil r[éi]s de seo rendim[en].^{to} de que se mandaram dizer três missas cantadas húa por dia do seráfico Padre Sam Francisco outra dia de St.^o António, e outra por dia de Nossa Senhora do Rosário e o q[ue]. mais sobrar p[ar].^a a quantia dos dous mil r[éi]s se mandara dizer em missas rezadas; e da do caso como dito tenho que se faça convento, se continuará nele a dita pensam dos dous mil r[éi]s p[ar].^a as missas na forma sobredita, q[u]e psem[sic] cantadas como rezadas serão ditas no convento. Advirto, que as casas sam de penção anual quinhentos e cinquenta r[éi]s as religiosas de Santa Clara do Funchal.»⁷²⁸

Os franciscanos acabaram por construir um hospício, nunca chegando à categoria de convento. Entre 1737 e 1744 o hospício cumpria a pensão do P.^e Inácio, por ter deixado as suas casas para o levantamento do espaço conventual na Ribeira Brava. São registadas as várias missas da pensão⁷²⁹, sendo particularizadas em junho de 1740 e de 1741 «duas de pensão deste Hospício em dia de S. António» e «uma de pensão em dia de Santo António por q[ue]. nos deixou as casas»; em outubro de 1740 uma missa «de pensão do Hospício em dia do N[osso]. P[adre]. S. Francisco»; e em outubro de 1743 «duas cantadas em dia de N.^a Sr.^a do Rosário da pensão da casa»⁷³⁰, correspondentes à pensão do P.^e Inácio Ferreira Garcês. O foro, que as casas pagavam ao convento de Santa Clara, era pago pelo hospício, sendo registado, em outubro de 1737, \$400 réis relativos a dois anos e, em julho de 1739, \$700 réis relativos a dois anos⁷³¹.

Um irmão do P.^e Inácio, o alferes Manuel Ferreira Garcês, deixou em 1736⁷³² metade dos rendimentos do morgadio que instituiu. Dessa metade, uma parte seria para «aumento da capela do Hospício e a outra metade para celebração de missas em sufrágio da sua alma e dos seus defuntos» e legou a sua moradia «para

⁷²⁸ ABM, CON, l.º 76, fl. 10v.º (treslado do testamento com que faleceu o P.^e beneficiado Inácio Ferreira Garcês a 6 de julho de 1724). Este testamento encontra-se abordado em GUERRA; VERÍSSIMO, 1996, «O Hospício Franciscano [...]», p. 64, citando ABM, JRC, cx. 100, p. 9, capela do P.^e Inácio Ferreira Garcês.

⁷²⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 5v.º, 6, 14v.º, 22v.º, 36v.º, 39v.º, 46, 48v.º, 55v.º, 60v.º, 68v.º, 71v.º.

⁷³⁰ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 36v.º, 39v.º, 46, 68v.º.

⁷³¹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 15, 27v.º.

⁷³² 1736 é a data do primeiro registo de contas do hospício, embora já estivesse em funcionamento desde 1730.

acrescentamento e largueza dos religiosos do dito Ospício», pelo pouco espaço que tinham⁷³³.

As «missas da capela do provedor» proporcionavam um rendimento de 50\$000 réis anuais ao hospício, sendo ditas entre 1737 e 1743, vencidas a 8 de janeiro e de julho de cada ano⁷³⁴.

Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, por ordem do capitão-mor António Bettencourt Herédia, os franciscanos do hospício da Ribeira Brava diziam as missas na capela da Mãe de Deus, na Tabua, nos domingos e dias santos, recebendo por cada uma 1\$000 réis, entre 1799 e 1806⁷³⁵.

O capitão-mor D. Sancho Gaspar (de Brito Leal) Herédia, natural de Câmara de Lobos, freguês da Sé do Funchal, filho de D. Sancho Bernardo de Herédia e de D. Francisca Maria de Meneses, neto paterno de D. João de Herédia e de D. Maria Bettencourt e Brito, da freguesia da Sé, e materno de Gaspar Moniz de Meneses e de D. Catarina de Velosa e Vasconcelos, naturais de Câmara de Lobos, casou a 15 de abril de 1744, na ermida de N.^a Sr.^a da Salvação, na freguesia de S. Pedro, com D. Ana Margarida Bettencourt Acciaiolly e Sá, filha de Diogo Bettencourt Vilela e de D. Antónia Basília de Sá. D. Sancho faleceu, já viúvo, a 23 de dezembro de 1781, e foi sepultado na sua capela de N.^a Sr.^a da Apresentação, situada na Ribeira Brava⁷³⁶. Do morgadio da capela da Apresentação, o capitão-mor D. Sancho Gaspar Herédia pagava aos frades do hospício da Ribeira Brava um encargo de missas, referido de 1795 a 1798 a \$400 réis cada missa. D. Ana Margarida, filha de D. Sancho, «por conta da dívida de seu pai», pagou ao hospício da Ribeira Brava 30\$000 réis e 5\$000 réis, respetivamente, em maio e agosto de 1798⁷³⁷. Em outubro de 1798, à conta desta dívida, António Pereira, da Serra de Água, entregou à comunidade do hospício 39\$050 réis provenientes do rendimento das cerejas da fazenda do Pomar da Casa, e Roque Santos entregou 50\$000 réis provenientes do centeio da dita fazenda. Em outubro de

⁷³³ GUERRA; VERÍSSIMO, 1996, «O Hospício Franciscano [...]», p. 64, citando ABM, *JRC*, cx. 99, p. 4, capela de Manuel Ferreira Garcês; ABM, *RN*, Livro de Notas do tabelião Jerónimo Teixeira Neto, fls. 13-14, Ribeira Brava, 9 de junho de 1736.

⁷³⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 7v.º, 13, 16v.º, 20, 23v.º, 27v.º, 31, 34, 37v.º, 48, 53 58v.º, 63v.º, 65v.º.

⁷³⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 66v.º, 76, 80; l.º 3, fls. 27, 42v.º, 43, 44v.º, 46v.º, 47v.º, 49, 50, 52v.º, 54v.º, 55, 57, 58, 59, 60, 60v.º, 61v.º, 63, 64, 65, 83, 83v.º, 90v.º.

⁷³⁶ ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.º 12, fl. 129; Ribeira Brava, Óbitos, l.º 7, fls. 116v.º-117. A capela da Apresentação foi fundada, em 1524, pelo morgado João Mendes de Brito e sua mulher, D. Isabel Fernandes Tavares, sendo incorporada na casa dos Herédias (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 306).

⁷³⁷ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 49. D. Ana Margarida de Bettencourt Sá casou a 10 de julho de 1784, na Sé do Funchal, com o capitão Francisco João Escórcio Drumond Moniz de Meneses e Câmara, filho do capitão Francisco Luís de Vasconcelos e Meneses e de D. Joana Maria Henriques, naturais de Santa Cruz (ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.º 16, fl. 166).

1799, pelos mesmos motivos receberam: 10\$350 réis de António Pereira, provenientes do inhame da fazenda do Pomar da Cova; 20\$000 réis de Joaquim dos Santos, das nozes da dita fazenda; e 5\$350 réis por Luís Gonçalves, provenientes de 7,25 alqueires de castanhas secas da mesma fazenda. Em novembro de 1803, «pelo resto da dívida do capitão-mor D. Sancho Gaspar Herédia» receberam 24\$723 réis⁷³⁸.

Em outubro de 1798, João da Câmara pagou 3\$300 réis ao hospício, correspondentes à ida de um religioso dizer oito jornadas de missas, a \$412 réis cada uma, na sua capela do Campanário⁷³⁹. À capela de S. João, os religiosos iam dizer missas (de 1797 a 1803), tendo participado dois religiosos na festa de S. João, em junho 1803 (1\$600 réis)⁷⁴⁰.

À semelhança dos outros espaços conventuais, no hospício da Ribeira Brava, os frades requisitavam os serviços a pregadores de fora para os sermões das festas. Exemplificando, em outubro de 1802, na festa de S. Francisco ofertaram «diversas coisas» no valor de 4\$800 réis⁷⁴¹.

Os frades do hospício faziam saídas às festas nas freguesias da Ribeira Brava, Tabua, Serra de Água e Campanário.

Na Ribeira Brava, na igreja colegiada, dedicada a S. Bento, ao custo de \$400 a \$900 réis por cada frade, entre 1797 e 1809, participavam um a quatro frades nas festas: de Santa Ana; do Espírito Santo; de S. Pedro; das Almas, com ofício geral com vésperas; da Senhora do Carmo; de Santo António; S. Bento com três dias de novena; S. Sebastião; N.^a Sr.^a do Rosário, N.^a Sr.^a da Conceição; e do SS.⁷⁴²

Na Tabua, na igreja paroquial da Santíssima Trindade, participavam com cantoria, com um a dois religiosos, a \$700 réis cada um (\$400 réis pelo caminho e \$300 réis pela cantoria), nas festas de: Santo António; Santíssima Trindade; Rosário; Jesus; Santo Antão; Carmo; SS.; Semana Santa; e Almas, com ofício geral da confraria⁷⁴³. Na Tabua, na capela da Mãe de Deus, em abril de 1796, dois religiosos «ajudaram a cantar uma missa na novena» do orago, por \$500 réis e, em abril e maio de 1800 receberam 1\$400 réis, pela ida de um religioso à novena e outro à festa do orago⁷⁴⁴.

⁷³⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 52v.º, 67, 76; l.º 3, fl. 28v.º.

⁷³⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 52.

⁷⁴⁰ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 39; l.º 3, fls. 28v.º, 29v.º, 35.

⁷⁴¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 17.

⁷⁴² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 14v.º, 26, 34, 46, 47, 54, 63, 69, 78v.º, 82v.º, 87, 89v.º; l.º 3, fls. 7v.º, 24v.º, 28, 35, 36v.º, 38v.º, 39v.º, 40, 41v.º, 48v.º, 49, 52v.º, 78v.º, 82, 82v.º, 85.

⁷⁴³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 2; l.º 2, fls. 21, 40, 42v.º, 46, 52, 54, 57v.º, 69, 70, 73, 81, 84v.º, 87; l.º 3, fls. 1v.º, 2, 6v.º, 12v.º, 13v.º, 16v.º, 24v.º, 25v.º, 33, 34, 50, 51, 65, 77v.º.

⁷⁴⁴ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 20, 78v.º, 79v.º.

Na igreja paroquial da Serra de Água, dedicada a N.^a Sr.^a da Ajuda, participavam um a dois religiosos, recebendo cada um 1\$500 réis em 1798 e entre 2\$000 e 2\$200 réis em 1803 e 1804. Deslocavam-se às festas: do orago, incluindo a novena e cantoria; do SS., com cantoria; e das Almas⁷⁴⁵.

Na freguesia do Campanário, na igreja paroquial de S. Brás, ia geralmente 1 frade ao preço de 1\$000 réis entre 1798 e 1800, 1\$200 réis em 1801, 1\$400 réis entre 1802 e 1804, às festas: do SS., do Carmo, de S. Brás, da Conceição, das Almas, de Jesus, e de S. Pedro⁷⁴⁶.

Convento de N.^a Sr.^a da Piedade

Os frades do convento de N.^a Sr.^a da Piedade, na vila de Santa Cruz, iam a esta vila participar em diversas festividades, com os sermões, acompanhamentos às procissões e assistência na cantoria⁷⁴⁷. Embora apenas sejam referidas na vila, parece que a sua maioria, ou mesmo a totalidade seriam na igreja paroquial, dedicada a S. Salvador. Participavam: na festa de Santo António com sermão, cantoria na missa e acompanhamento na procissão⁷⁴⁸; na festa de S. Sebastião, com sermão e acompanhamento na procissão⁷⁴⁹; na festa do Espírito Santo, com «assistência» e sermão⁷⁵⁰; na festa da Senhora do Rosário, com acompanhamento à procissão, assistência na cantoria da missa da festa e sermão⁷⁵¹; na festa do SS., com assistência na cantoria da missa da festa, véspera, matinas e procissão, sendo grátis, em 1772 e 1773, por os reitores da festa, o vigário de Santa Luzia e o morgado D. Francisco Saraiva, serem benfeitores da comunidade do convento⁷⁵²; na festa da Ressurreição, no acompanhamento à procissão, em 1775, grátis por ser tesoureiro, na festa, o mestre António, oficial do convento, «a quem serve com muita caridade»⁷⁵³; no acompanhamento à procissão dos Passos com sermão, grátis, em 1773, por ser juiz da confraria o vigário da vila de Santa Cruz – «secular benfeitor nosso» e, em 1775, por o juiz da confraria ser benfeitor do convento⁷⁵⁴; e na festa das Almas,

⁷⁴⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 49; l.º 3, fls. 7v.º, 26, 36, 36v.º, 50.

⁷⁴⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 49, 69, 73, 88; l.º 3, fls. 6, 7v.º, 9, 17v.º, 20v.º, 25, 29v.º, 35, 39v.º, 50.

⁷⁴⁷ Os dados reportam-se aos anos de 1772 a 1776.

⁷⁴⁸ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 2, 5v.º, 8v.º, 15, 22.

⁷⁴⁹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 6, 19, 25v.º.

⁷⁵⁰ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 8.

⁷⁵¹ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 18, 24v.º.

⁷⁵² ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 3v.º, 9v.º, 17.

⁷⁵³ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 21.

⁷⁵⁴ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 7, 20v.º, 26v.º.

com sermão⁷⁵⁵. Cada sermão importava em 1\$000 réis e o acompanhamento à procissão e cantoria variava entre os 1\$000 e 1\$600 réis, consoante o número de religiosos participantes.

Na vila de Santa Cruz participavam na festa de Santo Amaro (na capela desta devoção?), com sermão e «assistência» da comunidade (2\$600 réis)⁷⁵⁶; na festa da Visitação a Santa Isabel, muito provavelmente na capela da Visitação da Santa Casa da Misericórdia, com «assistência» (1\$600 réis) e sermão (1\$000 réis), sendo grátis nos anos de 1773 e 1774, por ser o provedor, o capitão Agostinho Raimundo, benfeitor do convento⁷⁵⁷. Na capela de S. Lázaro, os frades estavam encarregues de dizer 52 missas a \$200 réis (maio de 1774)⁷⁵⁸, que provavelmente deveria corresponder a um encargo de missas.

Na vila de Machico eram chamados a participar nas festas de: SS., sendo grátis em 1772, por ser reitor o vigário do Caniço, benfeitor do convento; Santo António; S. Sebastião; procissão dos Passos; e de S. Roque⁷⁵⁹. À semelhança dos valores cobrados em Santa Cruz, em Machico arrecadavam 1\$000 réis pelos sermões e entre 2\$000 e 3\$000 réis pelos acompanhamentos às procissões, consoante o número de religiosos.

Na igreja da freguesia de Gaula participavam nas festas de: N.^a Sr.^a da Luz, sendo grátis em 1772, por ser o reitor da confraria, o morgado Henriques João, benfeitor do convento; do Espírito Santo; do SS.; de S. Pedro; e de Jesus⁷⁶⁰.

Na freguesia de Água de Pena, participaram na festa de Santo António, em 1773, com a «cantoria de 4 religiosos» (2\$000 réis) e, em 1774, com a assistência de cinco religiosos, sendo juiz o capitão Nuno de Freitas «que por mandar uma oferta a esta comunidade em recompensa se lhe fez grátis»⁷⁶¹.

Na freguesia do Caniço iam à festa do SS., com a assistência de dois a cinco religiosos, com o custo de 1\$200 réis por cada um, sendo grátis em 1772 por ser reitor Paulo José Berenguer⁷⁶².

⁷⁵⁵ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 18, 24v.º.

⁷⁵⁶ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 19, 25v.º.

⁷⁵⁷ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 2v.º, 8v.º, 16, 22v.º.

⁷⁵⁸ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 14v.º. A capela de S. Lázaro foi instituída por João Afonso Escudeiro, no primeiro quartel do século XVI (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 369).

⁷⁵⁹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 2v.º, 4v.º, 8v.º, 13v.º, 15, 19, 20v.º, 26v.º.

⁷⁶⁰ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 4, 8, 10, 15, 22, 25.

⁷⁶¹ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 3, 9, 8v.º, 15.

⁷⁶² ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 4v.º, 11, 18.

Fig. 06 – *The Church of Ponta Delgada. Madeira*; autores: Rev. James Bulwer (Norfolk, 1794-1879) / desenhador, William Westall (Hertford, 1781-1850) / litógrafo; litografia



Fonte: Impressão Engelmann, Graf, Coindet & Co. Edição C. & J. Rivington, Carpenter & Son, Engelmann Graf Coindet & Cº. Londres, 1827. Estampa publicada no álbum *VIEWS IN THE MADEIRAS*, do Rev. James Bulwerl. Coleção Casa-Museu Frederico de Freitas (CMFF 252;4). Roberto Pereira (fotografia).

Na freguesia de Ponta Delgada iam às festas do Espírito Santo, Santo António, ambas no mês de junho, e à de N.^a Sr.^a do Carmo, em julho, pregar o sermão, ao preço de 1\$000 réis cada um⁷⁶³. Iam à freguesia da Camacha, à festa do SS., com a assistência de 4 religiosos em 1773 (5\$600 réis), e à freguesia do Porto da Cruz à festa do Espírito Santo⁷⁶⁴.

Convento de S. Sebastião

No convento de S. Sebastião, o campo de ação nos atos religiosos das missas de pensões situava-se nas igrejas e capelas dos arredores do convento, como era hábito nas comunidades conventuais. Os inventários do convento assentam a celebração de missas de pensões em capelas particulares e na igreja do convento.

⁷⁶³ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 2v.º, 15, 22.

⁷⁶⁴ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 8, 9v.º.

Para as confrarias eram celebradas cinco missas anuais à confraternidade de N.^a Sr.^a do Monte (1753, 1767)⁷⁶⁵ e as missas e ofícios de N.^a Sr.^a da Conceição dos Terceiros (1767)⁷⁶⁶.

Nas capelas tinham a seu cargo algumas pensões: na capela de «St.^o Xavier» (1777)⁷⁶⁷; na capela da Boa Morte no valor de 50\$000 réis semestrais, metade pagos pelo morgado da capela e a outra metade pelos «fregueses da dita capela» (1777)⁷⁶⁸; na capela do Corpo Santo, recebendo 17\$800 réis, provavelmente desde o início do ano até a «2.^a Dom[inga] de Dezembro inclusive» (1777); na «capela do Pombo [provavelmente desde o início do ano] até a 3.^a Dom[inga] inclusive [celebrando] 79 missas a 200 r[éi]s 15\$800». Recebiam 12\$200 réis anuais do capitão João Rodrigues Garcês, do dote da capela de S. José; 11\$600 réis anuais de D. Guiomar de Brito pelas missas de S. João (1777)⁷⁶⁹; e na Misericórdia da Calheta (1781)⁷⁷⁰.

A documentação do convento da Calheta, da Ordem Terceira, permite o conhecimento aprofundado da organização das festas da Semana Santa, em particular das procissões. O pagamento de uma parte das despesas da festa das 40 horas, pela Ordem Terceira, destriça pormenores desta festa incluindo a procissão de Quarta-feira de Cinzas⁷⁷¹, como constatamos no convento da Calheta, entre 1741 e 1811. Neste local, os caminhos por onde passava a procissão eram previamente limpos

⁷⁶⁵ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 14v.º, 19v.º, 28.

⁷⁶⁶ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 19v.º, 28.

⁷⁶⁷ Deve tratar-se da capela de S. Francisco Xavier existente no Lombo do Salão, na Calheta, fundada em 1693 por Manuel da Silva Pinheiro (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 364).

⁷⁶⁸ ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 49. Deve tratar-se da capela de N.^a Sr.^a da Boa Morte, instituída na freguesia da Calheta, no sítio do Lombo do Atouguia, em 1661, por Francisco Homem do Couto (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 307), sendo já inexistente. Em 1781, a pensão, da parte do morgado, era paga por António Gaspar Teixeira Brazão, na qualidade de solicitador da Capela da Boa Morte (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 58).

⁷⁶⁹ Deve tratar-se de missas na capela de S. João, situada na vila da Calheta, junto à levada de S. João, atualmente em ruínas, fundada em 1651 por Manuel Figueiroa, sede do vínculo instituído pelo capitão Manuel de Atouguia, com uma missa dominical e festa dedicada a S. João. A capela foi reconstruída, em 1770, por D. Guiomar Quitéria Bettencourt de Atouguia, contendo a data de 1769 inscrita ao centro do intradorso do arco do portal (SILVA, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, p. 366; JARDIM; SANTOS, 2003, *Capela de São João, na Levada de São João*). Manuel de Figueiroa era um dos benfeitores do convento de S. Sebastião, na Calheta, pertencendo-lhe a capela-mor. D. Guiomar (de Brito?) pagava uma pensão de 1\$000 réis mensais para o «azeite da capela mor» da igreja do convento de S. Sebastião (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 49).

⁷⁷⁰ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 48v.º, 49, 57v.º.

⁷⁷¹ Sobre o cortejo da Procissão da Cinza, no convento do Funchal ver MENESES; SILVA, 1949, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 149. A procissão da Cinza realiza-se na atualidade na igreja de S. Bernardino, em Câmara de Lobos.

por alguns serventes⁷⁷² e certos serviços prestados por masmarros⁷⁷³ na Quarta-feira de Cinzas, incluindo na procissão, recebendo \$100 réis cada um (\$300 réis para três masmarros). Na procissão prosseguiram seis a sete andores⁷⁷⁴ com imagens transportadas, por vezes, por serventes, anualmente, de igrejas de outras localidades⁷⁷⁵. Entre as imagens, a maioria de roca, constam as de Santa Isabel Rainha, Santo Cristo, Salvador, S. Roque, S. Sebastião e dos franciscanos Santo António de Florença, «Santo Preto» (S. Benedito), Santo Ivo e S. Francisco⁷⁷⁶.

Para as imagens de roca são constantes a aquisição de cabeleiras e tecidos. Em 1743, foi adquirida uma peça de droguete para os hábitos de três santos⁷⁷⁷. Em 1749, mandaram fazer um Santo Cristo, com os respetivos cravos, para a procissão das Cinzas (16\$000 réis)⁷⁷⁸. Para a imagem do Salvador, em 1755, adquiriram sete côvados de tafetá roxo para a roupagem e a cabeleira era constantemente renovada, como ocorreu em 1743, 1755 e 1770-1771⁷⁷⁹. Para a imagem da Santa Isabel Rainha, feita em 1749, foram confeccionados «cabeça e mãos» por 2\$000 réis, engonços dos braços, hábito e manto com 18 côvados de droguete⁷⁸⁰. Para a imagem do «Santo Preto» (S. Benedito), em 1748, gastaram 2\$500 réis no feitiço da «cabeça e mãos» e 1\$200 réis noutros pormenores incluindo os engonços dos braços⁷⁸¹. Para Santo António de Florença, em 1748, talharam um hábito novo com 17 côvados de droguete⁷⁸². Para Santo Ivo, em 1748, fizeram um capelo de tafetá verde e um forro de droguete⁷⁸³. Em 1793-1794 adquiriram 20 côvados de fazenda para os hábitos de S. Roque e S. Ivo, e para este último santo compraram um barrete, um côvado de lustrim verde para o

⁷⁷² ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 10, 11, 14v.º, 17.

⁷⁷³ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 8, 8v.º, 11v.º, 29, 53. Segundo BLUTEAU (1728, vol. Suplemento M-Z, p. 21), masmarro é um «donato de frades. Frade. Leigo.»

⁷⁷⁴ Para os andores, em 1748, adquiriram 24 pirâmides de flores e, em 1749, 28 vasilhos de pau (um para cada esquina do andor), o que revela a existência de seis e sete andores, respetivamente. Em 1743 fizeram quatro andores, tendo trabalhado o carpinteiro nove dias a \$150 réis, um torneiro que fez os balaustres dos mesmos (\$250 réis), gastando \$350 réis em folhados (madeira) para as varas dos andores (ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 4v.º, 6v.º).

⁷⁷⁵ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 37, 38v.º, 42v.º. Para os anjinhos compraram cinco folhas de flandres para as tarjas (1742) e três túnicas de tafetá roxo, na Ordem do Carmo, no Funchal (1750) (ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 4v.º, 9).

⁷⁷⁶ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 4v.º, 6v.º, 7, 7v.º, 8, 17, 45v.º, 49v.º, 50.

⁷⁷⁷ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 4v.º.

⁷⁷⁸ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 7v.º, 8.

⁷⁷⁹ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 4v.º, 13v.º, 37v.º, 50.

⁷⁸⁰ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 7v.º.

⁷⁸¹ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 6v.º.

⁷⁸² ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 6v.º.

⁷⁸³ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 7.

capelo e duas varas de estopa de cambraia para o sobrepeliz. Para outras imagens adquiriram 36 côvados de holandilha para três samarras e três capelos⁷⁸⁴.

Na dita festa do convento da Calheta, na procissão, além do acompanhamento pelo povo e frades com os círios e pendões, incorporavam os músicos a cantar e os anjinhos, em número de sete em 1793-1794, pois neste ano adquiriram sete pares de asas e sete grinaldas para os mesmos⁷⁸⁵. Em 1749, o músico Afonseca foi «a cantar na procissão» (\$200 réis) e entre 1763 e 1765 a «música da procissão» era entoada pelo P.^e Roque Homem (1\$200 réis), podendo estar incluída a música no interior da igreja. Este padre realizava ainda alguns ornatos para a festa, como o «retocar dos andores»⁷⁸⁶. Nas celebrações do interior da igreja, tocavam outros músicos como Julião da S[ilv]a «de tocar nas Quarenta Horas» ganhando \$800 réis, em 1772-1773⁷⁸⁷. No convento da Calheta, em 1790-1791, venderam oito pares de bentinhos (\$400 réis) e em 1793-1794, dez bentinhos a 50 réis cada um⁷⁸⁸. A parte religiosa da festa era composta por missas com sermões de pregadores vindos de fora⁷⁸⁹. Anteriormente às festividades procediam às confissões, coadjuvados de confessores oriundos de outras partes⁷⁹⁰.

Enterros

Na maioria dos enterros dos defuntos eram realizadas as cerimónias mínimas, nomeadamente o acompanhamento por um padre e a sepultura numa cova de uma igreja paroquial ou capela, sendo cobrado pelos responsáveis da igreja ou capela o valor pela sepultura, sendo comum nos finais do século XVIII e inícios do XIX, \$400 réis por uma pessoa adulta, \$200 réis por uma criança e \$100 réis por um recém-nascido. Por vezes os defuntos eram acompanhados por uma ou mais confrarias da igreja, sobretudo das que fosse irmão. Parte da população era pobre sendo a sepultura dada «por amor de Deus», melhor dizendo, o enterro era grátis.

⁷⁸⁴ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 49v.º-50.

⁷⁸⁵ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 50.

⁷⁸⁶ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 16, 19, 23, 25, 27.

⁷⁸⁷ ANTT, CSSC, l.º 4, fl. 40v.º.

⁷⁸⁸ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 45v.º, 49v.º. Bentinho é uma «insígnia, que se traz por devoção, como Escapulário, ou hábito, assim chamado, porque se benze» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 105).

⁷⁸⁹ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 6v.º, 8, 8v.º, 10, 13, 13v.º, 14v.º, 17, 23, 27, 31, 38v.º.

⁷⁹⁰ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 17, 31, 53.

Fig. 07 – *Procissão*; autor desconhecido; desenho à pena e aguarela sobre papel; Madeira, ca. 1800-1830



Fonte: Desenho pertencente a um álbum. Coleção Casa-Museu Frederico de Freitas (CMFF 161;5).

Nota: parece tratar-se de um cortejo fúnebre, face ao pouco aglomerado de pessoas e a maioria destas se encontrar indiferente à cena.

No convento do Funchal, nas duas primeiras décadas do século XIX, uma cova na igreja para um defunto adulto custava 1\$000 réis⁷⁹¹ e uma «cova para caixão», também denominada de «campa para caixão» ou «cova de caixão» importava em 2\$400 réis⁷⁹². A Ordem Terceira pagava as covas dos confrades a 1\$000 e a \$600 réis cada uma, tendo, por exemplo, em dezembro de 1814 pago 47 covas a 1\$000 réis e dez a \$600 réis⁷⁹³. Já as covas para os soldados do Regimento de Infantaria n.º 7 eram pagas a \$800 réis cada uma, tendo-se entre dezembro de 1823 e maio de 1826 realizado no mínimo 15⁷⁹⁴.

No convento de Câmara de Lobos, em finais do século XVIII e inícios do XIX, a abertura de uma cova para pessoa adulta importava em \$600 e \$700 réis. Em 1795 no enterro do Fr. António do Amor Divino pagaram \$600 réis ao «coveiro de abrir e serrar a sepultura»⁷⁹⁵. Em 1821, no enterro do Fr. João de S. Francisco, pagaram \$600 réis ao coveiro⁷⁹⁶, e, em 1823, pagaram \$700 réis ao «coveiro que abriu a sepultura» do padre guardião e \$600 réis ao mestre «António Lopes de sentar a lajas da sepultura»⁷⁹⁷.

O guardião do convento do Funchal «era obrigado a tomar contas dos caixões em que costumam vir depositados os defuntos a este convento e a eles fazem esmolas de os dar»⁷⁹⁸.

Os indivíduos com maior poder económico, entre os quais morgados, capitães, comerciantes e padres, acrescentavam, ao ritual de enterramento, adereços e serviços dos franciscanos como os acompanhamentos e rituais religiosos, sendo os de maior envergadura os realizados no convento do Funchal. Nos serviços dos franciscanos dos conventos fora do Funchal, nos enterramentos mais dispendiosos, registam-se apenas, além da compra de hábitos, o acompanhamento de religiosos e da cruz, a realização de ofícios e, ocasionalmente, o uso de incensários e o toque dos sinais do sino. Vejamos alguns serviços praticados pelos franciscanos nos enterramentos mais dispendiosos.

As duas receitas mais proveitosas encontradas no hospício da Ribeira Brava e nos conventos de Câmara de Lobos e de Santa Cruz balizam-se entre os 10\$400 réis e os 24\$400 réis, enquanto no convento do Funchal estes valores foram ultrapassados.

No hospício da Ribeira Brava, em dezembro de 1741, «por um hábito de saial para D. Felicia m[ulh]er do capitão Roque Ferreira da Tabua e assistência de 4 religiosos de

⁷⁹¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 1, 10v.º, 15, 16v.º.

⁷⁹² ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 12, 63v.º, 75, 197, 210v.º; l.º 6, fls. 52v.º, 112v.º, 113v.º, 118v.º, 121, 141, 142, 152, 171v.º, 224.

⁷⁹³ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8, 20, 216v.º; l.º 6, fls. 18, 52v.º.

⁷⁹⁴ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 139, 141v.º, 143, 144v.º, 151v.º, 164v.º, 171.

⁷⁹⁵ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 58 (abril de 1795).

⁷⁹⁶ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 63v.º (abril de 1821).

⁷⁹⁷ ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 107 (novembro de 1823).

⁷⁹⁸ ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 1-1v.º.

um ofício 10\$800 [réis]» e em setembro de 1799 «por um hábito de saial para mortalha de Manuel de Faria da Cova 6\$000, acompanhamento de 5 religiosos a saber 4 a 600 r[éi]s e um até o marco \$200 [2\$600 réis]; assistência dos mesmos ao ofício de corpo presente a 300 r[éi]s [1\$500 réis], e de cantoria da missa do seguinte dia 3 religiosos a \$100 [\$300 réis] tudo soma 10\$400 [réis]»⁷⁹⁹.

No convento de Santa Cruz, em outubro de 1774, «por merecido do funeral do capitão Manuel da Câmara Cardoso a saber um hábito de saial 6\$000, assistência de dois ofícios um de corpo presente, outro de honras na sua capela de S. João a 8\$000 cada um, quatro incensários nos ditos por 240, soma 24\$400 [réis]» e em maio de 1775 «por uma mortalha de saial para Manuel de Andrade desta vila assistência de dois ofícios, um de corpo presente, outro de honras, em atenção a seu filho Boa Ventura César nosso benfeitor se lhe fez grátis um ofício, que devendo ser tudo 14\$000, ficou líquido 10\$000 [réis]»⁸⁰⁰.

No convento de Câmara de Lobos, em janeiro de 1794, «por uma mortalha de saial para António Gomes Neto do Estreito 6000; acompanhamento de 8 religiosos com a cruz a 400; assistência do ofício e missa de corpo presente a 400; tudo 12\$800 [réis]» e em fevereiro de 1824 «a dinheiro para uma mortalha para Mariana Rosa de J[esus]. M[aria]. J[osé]. 7 religiosos, assistência ao ofício e sinais 12\$600»⁸⁰¹.

No convento do Funchal, alguns enterramentos ultrapassaram os 20\$000 réis. Citamos cinco dos mais dispendiosos, acima de 50\$000 réis. Em maio de 1814, «por hábito de saial, ofício grave, assistência de música, pano de estante, dito de cruz à missa, estrado, 6 tocheiras a 300, 6 sinais a 3000, tudo para Jacinto Correia Acciaioli 55\$300 (réis)» e «por vésperas e ofício de honras de Jacinto Correia, assistência de música, pano de estante, 6 sinais, aluguer de 6 tocheiras a 400, dito das ditas que serviram nos noturnos a 600 cada dia, 5 noturnos a 4800, estrado tudo 81\$700 [réis]»⁸⁰². Em março de 1817, «por 33 religiosos a Quinta do Til, ao enterro e ofício do sobrinho de Joaquim Coelho a 1600 [total de 52\$800 réis]»⁸⁰³. Em maio de 1817, «por acompanhamento de noite, ofício grave, pano de estante, dito de cruz, estrado, 6 tocheiras, 14 sinais, tudo para o tenente-coronel Francisco Manuel da Boaventura 78\$500 [réis]»⁸⁰⁴. Em maio de 1818, «pelas vésperas, ofício grave, assistência de música, 10 sinais, dois panos de cruz, 10 tocheiras, pano de estante tudo pelo tenente-coronel da Boaventura 73\$700

⁷⁹⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 51v.º, 65v.º; l.º 2, fl. 65v.º.

⁸⁰⁰ ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 17v.º, 21v.º.

⁸⁰¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 30v.º; l.º 4, fl. 110.

⁸⁰² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 202v.º-203.

⁸⁰³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 32.

⁸⁰⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 35v.º

[réis]»⁸⁰⁵. Em março de 1819, «pela bênção de um cordão 6\$000 acompanhamento de noite 4\$000 pano de estante e cruz e estrado e 9 sinais a 3\$000 cada um, tudo para a mulher do morgado João de Freitas da Silva freguesia de São Pedro 59\$500 [réis]»⁸⁰⁶.

A análise destes serviços e adereços permite uma melhor compreensão dos atos religiosos dos franciscanos relacionados com a importante hora da morte.

A pedido do defunto, deixado em testamento, ou a pedido dos familiares, alguns padres e religiosos franciscanos, geralmente entre um e três, e algumas confrarias acompanhavam o defunto desde a sua casa até ao local da sepultura. Por vezes, a este cortejo, já nas proximidades do local da sepultura, desde os marcos, juntava-se o acompanhamento de outros padres e religiosos até ao limite dos que se encontrassem disponíveis no convento e «os mais que se achassem na freguesia»⁸⁰⁷. Outras vezes, só se realizava a parte do cortejo desde os marcos até ao local da sepultura. Em Câmara de Lobos, o enterro com maior número de acompanhantes de religiosos franciscanos foi o de Manuel Teixeira de Agrela com 11 religiosos e o donato do convento⁸⁰⁸. Ao enterro de Sebastião Francisco foram pedidos seis religiosos ao convento de Câmara de Lobos, no entanto, só deslocaram três ao ofício de corpo presente e quatro ao seu enterro, pois «não houveram mais que lhe fossem»⁸⁰⁹. Já no Funchal em duas situações ultrapassaram as duas dezenas de religiosos com o acompanhamento de 22 e 25, respetivamente em, 1810 e 1819, nos enterros de Joaquim Rodrigues e do capitão João Camacho⁸¹⁰.

Embora raramente, constam pagamentos registados nos livros como «esmolos», entre 4\$000 e 6\$400 réis, no convento do Funchal, pela «espera e encomendação» de um corpo⁸¹¹. Estes termos de «espera e encomendação» correspondem ao termo mais comum nos registos: o «acompanhamento» dos defuntos. No convento do Funchal são registados acompanhamentos de noite a 4\$000 e 6\$400 réis sendo comuns 14\$000 e 24\$000 réis, variação que deriva provavelmente da quantidade de

⁸⁰⁵ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 50.

⁸⁰⁶ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 66.

⁸⁰⁷ ABM, RP, Ribeira Brava, Óbitos, l.º 3, fls. 19 (30.09.1654), 98 (1672), 106v.º (1674), 111v.º (1674), 117 (27.05.1710); l.º 5, fl. 53v.º (23.12.1719).

⁸⁰⁸ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 105v.º (1797).

⁸⁰⁹ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 75v.º.

⁸¹⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 12 (1810), 67v.º (1819).

⁸¹¹ Em setembro de 1818 receberam 4\$000 réis «pela encomendação de João Drumond»; em agosto de 1819, 4\$000 réis «pela encomendação e cova à filha de Joaquim Gonçalves»; em dezembro de 1819 «Por uma esmola que deu o morgado Aires de Ornelas por espera de missa no convento para sua Senhora 4\$800»; em fevereiro de 1822 «por espera de noite 6\$400 [réis] [...] para a sogra de Nicolau Maria»; e em janeiro de 1826, 6\$400 réis «por merecido na espera e encomendação do filho do morgado António Caetano de Aragão por ser de noite» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 57, 73, 80, 113v.º, 167).

frades presentes⁸¹². Eram usuais os acompanhamentos de enterros à noite nas igrejas da Sé, Carmo, S. Pedro e Santa Clara, com acompanhamentos dos frades, missas e ofícios de corpo presente, embora a maior parte ocorresse durante o dia.

Os frades às vezes só acompanhavam parte do percurso fúnebre. Na Ribeira Brava, dois defuntos levados de um local mais distante, do Espigão, em setembro e outubro de 1802, só foram acompanhados por um religioso do hospício desde a Meia Léguas até ao Lugar (Vila da Ribeira Brava) recebendo \$600 réis por cada um deles⁸¹³. Alguns motivos imprevistos justificavam a não ida dos frades ao acompanhamento de um enterro, como aconteceu em Câmara de Lobos em que os religiosos não foram por ocorrer outro enterro no mesmo dia (1808) ou «por não haver» religiosos (1814), ou ainda «por causa da xuva» (março de 1812 e janeiro de 1823)⁸¹⁴.

O valor da esmola a cada frade variava consoante a distância a percorrer, incluindo o «caminho e acompanhamento»⁸¹⁵, isto é, o percurso desde o convento à localidade do defunto e desde a habitação deste até ao local da sepultura. Aos colaboradores, benfeitores e síndicos dos conventos, às vezes, os acompanhamentos e outros serviços nos enterros e assistências aos ofícios eram grátis, como agradecimento por ações de benefício realizadas em prol dos franciscanos⁸¹⁶.

Vejam os alguns valores pagos a cada religioso franciscano pelo acompanhamento aos enterros no Funchal, Câmara de Lobos e Ribeira Brava. No Funchal um acompanhamento ao Carmo importava em 1\$200 réis, a S. Martinho em \$900 réis, a Santo António entre \$800 e 1\$100 réis, a Santa Luzia entre \$600 e \$700 réis e uma ida a Santa Luzia com o enterro no Carmo em \$800 ou 1\$000 réis⁸¹⁷. Na Ribeira Brava os valores variavam entre os \$100 réis por um acompanhamento a um enterro de um defunto do Lugar, ou seja, da proximidade da igreja aos 1\$250 réis a um «caminho e acompanhamento» a um enterro no Campanário⁸¹⁸. Em Câmara de Lobos variava

⁸¹² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1, 5, 8, 10v.º, 12, 16v.º, 18v.º, 20, 27, 35, 59v.º, 75, 188, 205, 206, 207, 212v.º, 214, 221, 222, 228; l.º 6, fls. 9v.º, 13, 14, 18, 23, 24v.º, 35v.º, 40, 42, 42v.º, 58v.º, 63v.º, 66, 71v.º, 75, 86, 105v.º, 108v.º, 113v.º, 140, 167, 168.

⁸¹³ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 15v.º, 16v.º.

⁸¹⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 158; l.º 3, fls. 20v.º, 63.

⁸¹⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 24v.º.

⁸¹⁶ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 101v.º; l.º 4, fls. 72, 76; ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 52v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 21, 26v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 1v.º; l.º 6, fls. 63v.º, 76, 80, 87v.º.

⁸¹⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2v.º (1809), 4 (1809), 10 (1809), 12 (1810), 17 (1810), 18v.º (1810); l.º 6, fls. 16v.º (1810), 18 (1816), 31 (1817), 67v.º (1819), 184 (1827), 221v.º (1831).

⁸¹⁸ ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 84 (1745); l.º 2, fls. 49 (1798), 51 (1798), 59v.º (1799); l.º 3, fls. 24v.º (1803), 36v.º (1804). Vejam outros valores: \$600 réis à Serra de Água; entre \$550 e \$900 réis à Tabua; 1\$000 réis à Ponta do Sol; \$400 réis à Banda de Além; \$400 réis ao Pinheiro e à Furna do Rato e entre \$400 e \$800 réis à Meia Léguas (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5v.º, 36, 67; l.º 2, fls. 37v.º, 55, 57v.º, 82v.º; l.º 3, fls. 3, fls. 11, 13v.º, 15v.º, 16v.º, 23v.º, 25, 35v.º, 38v.º, 89).

entre os \$200 e os \$300 réis uma ida ao Lugar, ao Serrado da Adega ou a um «vizinho do convento»⁸¹⁹ até os 2\$000 réis numa ida ao Campanário, como ao enterro do professor João Francisco, juntando-se \$700 réis pela ida da casa do defunto à igreja e pelo ofício religioso⁸²⁰.

Em zona próxima da igreja, local da sepultura, existiam marcos que assinalavam parte do percurso do enterro⁸²¹. A título de exemplo é atestada a existência destes marcos entre os séculos XVII e XIX, no Arco da Calheta (1727), Ponta do Sol (1678-1745), Ribeira Brava (1654-1741) e Funchal (1809-1832)⁸²². Num óbito de 1719, na Ponta do Sol, era solicitado em testamento que acompanhassem o «Rev[erendo] Paroco com o Rev[erendo] Cabido desde minha casa até a sepultura, e me acompanhara também a irmandade do Senhor Bom Jesus de que sou irmã com a pompa costumada, e a cruz das Almas Santas, e a de Nossa Senhora do Rosário, e dos marcos para baixo me acompanhará também a cruz de Nossa Senhora do Carmo com o seu pendão e a tudo se satisfaça com a esmola costumada.»⁸²³ Na Ribeira Brava, em 1711, era pedido que «acompanharão dos marcos o pendão de São Francisco, e de Nossa Senhora, e de Nossa Senhora do Carmo; e pelo de São Francisco darião a esmola costumada e os outros por cada um dez tostões e senão quisessem se lhe dariam em missas e também que hirião aos marcos todas as cruzes a que se daria a esmola costumada»⁸²⁴.

Como a distância dos marcos à igreja era menor, a esmola a dar aos frades ou padres era inferior. Na Ribeira Brava, a esmola dada pelo acompanhamento desde os marcos, a cada padre, era de \$100 a \$200 réis entre 1799 e 1804⁸²⁵. Os marcos são mencionados na Ribeira Brava, pelo menos, desde 1654. Quando era pedido o acompanhamento de vários padres (não apenas os frades, mas os da paróquia e outros), pediam que um ou dois sacerdotes acompanhassem o corpo desde a casa do defunto e que os restantes que se achassem na freguesia, seguissem o enterro desde os marcos para dentro⁸²⁶.

⁸¹⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 1, 4, 13v.º, 23; l.º 2, fls. 75v.º, 77v.º, 108, 118v.º.

⁸²⁰ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 150v.º. Outros valores relativos a acompanhamentos: \$600 réis ao Garachico; entre \$200 e \$600 réis ao Estreito; \$600 réis à Ribeira de Garcia; \$500 réis a N.ª Sr.ª das Preces; \$800 réis ao Ribeiro Real e 1\$400 réis às Fontainhas.

⁸²¹ Na documentação dos conventos de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Calheta não se encontram referências aos marcos, o que não quer dizer que não existissem nessas localidades.

⁸²² ABM, *RP*, Arco da Calheta, Óbitos, l.º 3, fl. 5v.º (1727); Ponta do Sol, Óbitos, l.º 2, fl. 1 (1677); l.º 6, fl. 23 (1745); Ribeira Brava, Óbitos, l.º 3, fls. 19-19v.º (1654); l.º 6, fl. 82 (1741); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 1v.º (1809); l.º 6, fl. 232 (1832).

⁸²³ ABM, *RP*, Ponta do Sol, Óbitos, l.º 4, fls. 54-54v.º (20.03.1719).

⁸²⁴ ABM, *RP*, Ribeira Brava, Óbitos, l.º 3, fls. 98; l.º 4, fl. 121 (31.03.1711).

⁸²⁵ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 60v.º, 65v.º, 82v.º; l.º 3, fls. 13v.º, 18v.º, 19.

⁸²⁶ ABM, *RP*, Ribeira Brava, Óbitos, l.º 3, fls. 19-19v.º (1654), 106v.º (1674); l.º 4, fls. 17-17v.º (1682).

No convento do Funchal, um acompanhamento desde os marcos custava geralmente 2\$000 réis por cada frade⁸²⁷. Em 1819, é especificada a ida de dois frades aos «marcos junto ao Pico freguesia de São Pedro» que importou em 2\$000 réis⁸²⁸. Raramente verifica-se outros valores como 1\$500 (aos Arrifes)⁸²⁹ e 1\$000 réis⁸³⁰, o que se deduz que existiam diversos marcos colocados a diversas distâncias e em diferentes zonas, consoante a zona ou rua que provinha o defunto. Numa única vez foi registado «marco e meio» no valor de 3\$000 réis⁸³¹. Quando a esmola de acompanhamento era mais elevada, esta era justificada «por ser fora dos marcos» ou por «caminho fora dos marcos» por ser a distância maior, como a Santa Luzia, à Achada, aos Ilhéus, ao Vale Formoso ou à Caboqueira⁸³².

Fig. 08 – *Portuguese Cemetery, Funchal*; autores: desenho de Frank Dillon (1822-1909), gravura (litografia) sobre papel (55 cm x 37,2 cm), de T. Picken, 1850; Londres, Day & Son. Lith.rs to The Queen



Fonte: Coleção Museu Quinta das Cruzes, Funchal, (MQC 1907.15).

Nota: A litografia representa um enterro no cemitério das Angústias, construído a partir de 1817. Mostra o acompanhamento por frades franciscanos, pelo que deverá representar uma cena ocorrida anos antes da sua edição, em 1850, provavelmente antes da extinção das ordens religiosas.

⁸²⁷ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 1v.º (julho 1809).

⁸²⁸ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 68v.º.

⁸²⁹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 51v.º (1818).

⁸³⁰ ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 227v.º (1831), 232 (1832).

⁸³¹ ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 103 (1821).

⁸³² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8 (1815), 19v.º, 20v.º, 21 (1816), 55v.º (1818), 186v.º (1828).

Os religiosos franciscanos e outros padres, em algumas festividades, na cerimónia de enterramento e em alguns dias após a morte, realizavam Ofícios de Defuntos que consistiam em orações de louvor, com caráter de luto, oferecidas a Deus em sufrágio das almas do(s) defunto(s), podendo ser recitado ou cantado. O Ofício de Defuntos é parte integrante do Ofício Divino. O Ofício Divino, até ao Concílio Vaticano II, era composto por oito partes repartidas pelas horas do dia: Matinas, Laudes, Prima, Tércia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas. Recitar o Ofício de Defuntos era obrigatório somente no Dia de Finados «e neste caso tem todas as horas». Por ocasião de exéquias podia ser recitado as Matinas com as Laudes, ou apenas as Matinas ou um noturno de três lições. As Matinas, além da introdução, têm três partes distintas chamadas de noturnos, existindo ofícios de nove lições. A recitação das Laudes fazia-se na aurora, pois inicialmente se chamavam de Matutina ou Vigílias⁸³³.

Fig. 09 – *Cortejo Fúnebre*; autor: Jean Alaux (1786-1864), 1822; aguarela (tinta castanha) sobre papel (15,9 cm x 20,5 cm)



Fonte: Coleção Museu Quinta das Cruzes, Funchal, (MQC 1804.93).

Nota: A aguarela representa um cortejo funerário composto por diversos frades que transportam o esquife fúnebre onde repousa uma figura feminina vestida de branco, que segura um crucifixo nas mãos.

⁸³³ ROWER, 1947, *Dicionário Litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos Fiéis*, pp. 130, 141, 159, 162.

Fr. Veríssimo dos Martyres, em 1780, na sua obra sobre orientações para cerimónias fúnebres refere que

«sendo possível, não se dê á sepultura sem que se lhe faça Officio, e cante a Missa, estando o corpo presente. E se o Defunto não morreo a tempo, que se possa cumprir com a lei do Ritual Romano, se dilate o enterro para o dia seguinte, não sendo impedido pela Igreja. E se contra isto houver impedimento, logo de manhã se lhe diga o primeiro Nocturno com Laudes, (começando pelo Invitatorio) duples, e depois a Missa, no fim da qual se fará o Officio da cova»⁸³⁴.

O Ofício de Defuntos podia ser feito, estando o corpo presente, em qualquer dia do ano, exceto na Epifania, de Quinta-Feira-Santa a Domingo de Páscoa, Ascensão, Domingo do Espírito Santo, Corpo de Deus, Assunção de N.^a Sr.^a e dia de Natal. Os franciscanos acrescentavam a essas exceções gerais os dias das festas da Conceição, de S. Francisco, do orago da igreja e as festividades de qualquer santo que se fizesse «com grande pompa, solemnidade, e concurso do povo.»⁸³⁵

A Igreja proporcionava diversos tipos de ofícios dedicados a um indivíduo em particular ou de modo coletivo como acontecia com os ofícios das confrarias pelos irmãos defuntos ou do Dia de Defuntos. Eram adotadas terminologias para os ofícios, difíceis de entender na atualidade, mas que à época eram correntes no clero e população. Como se constata existia um leque variado de ofícios de defuntos desde os mais simples, com menos religiosos a recitar, mais baratos, aos mais elaborados, com maior número de religiosos e incluindo música e cantoria, acessíveis a uma minoria da população, revelando assim o seu estatuto social, além na sua crença religiosa nos ofícios.

Os mais simples eram realizados durante a noite e/ou dia do enterro sendo denominados de Ofícios de Fregueses. Na Ribeira Brava, em 1803, custavam \$400 réis⁸³⁶.

No convento do Funchal, o que continha maior número de frades, logo podiam ser solicitados em maior número e por estar situado no centro mais populoso da Madeira, e onde residiam pessoas mais abastadas, registam-se os valores monetários mais elevados na realização nos ofícios.

Cada frade recebia \$600 réis por ir a um Ofício de Finados às igrejas de Santa Luzia, da Encarnação ou de S. Gonçalo, e 1\$400 réis por um Ofício de Honras em Santo António⁸³⁷.

⁸³⁴ MARTYRES, 1780, *Director funebre* [...], p. 80.

⁸³⁵ MARTYRES, 1780, *Director funebre* [...], pp. 119-120.

⁸³⁶ ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 20v.º.

⁸³⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º, 8, 13v.º; l.º 6, fl. 208.

No convento do Funchal, face a participação de vários frades, um Ofício de Corpo Presente custava entre 10\$000 réis e 16\$000 réis⁸³⁸, um Ofício Corrido rondava os 6\$000 réis⁸³⁹, um Ofício de Ponteiro 10\$000 réis⁸⁴⁰, um Ofício com laudes cantadas 16\$000 réis⁸⁴¹, um Ofício de Corpo Presente e de Sepultura 20\$000 réis⁸⁴². Um «Ofício de Honras» e «Ofício Grave» eram dos mais caros, acessíveis a poucas famílias. Os Ofícios de Honras incluíam vésperas e o próprio Ofício de Honras acompanhados com música, rondavam os 20\$000 réis ou mais⁸⁴³. Um Ofício Grave importava em 16\$000 réis e com assistência de música em 26\$000 réis⁸⁴⁴. Eram ditos ainda Ofício de Corpo Presente com laudes cantadas, Ofícios de Ponteiro com laudes cantadas⁸⁴⁵ e Noturnos, a 4\$800 réis, ditos como das Almas, de S. Benedito, das Neves e de particulares como os de Acciaioly, de Jacinto Correia, de D. Isabel Maria da Câmara, do morgado Pedro Agostinho, do morgado João de Bettencourt e da capela de Luís Correia em Dia de Finados⁸⁴⁶.

No convento de Santa Cruz um Ofício de Corpo Presente importava em 6\$000 réis e «um ofício de corpo presente e outro de honras, ambos de ponteiro» em 19\$500 réis⁸⁴⁷.

No hospício da Ribeira Brava cada frade, por um Ofício de Corpo Presente ou um Ofício de Honras, recebia \$300 réis (1743-1798), ou \$400 réis (1798-1802) ou \$500 réis (1804)⁸⁴⁸. Existem outros valores mais elevados pagos a cada frade como 1\$000 réis, 1\$500 réis e 4\$000 réis, estes dois últimos na Ponta do Sol, o que incluía o custo pela caminhada⁸⁴⁹.

No convento da Calheta cada frade recebia \$320 réis por um ofício⁸⁵⁰.

No convento de Câmara de Lobos, entre 1792 e 1813, registam-se ofícios pagos a cada frade, entre \$200 e \$800 réis. Tendo como exemplo, um Ofício de Honras a

⁸³⁸ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 2v.º; l.º 6, fl. 142.

⁸³⁹ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 13v.º, 15, 210v.º, 216; l.º 6, fls. 7v.º, 24v.º, 186v.º.

⁸⁴⁰ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 4; l.º 6, fl. 156.

⁸⁴¹ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 32; l.º 6, fls. 86, 104, 171v.º.

⁸⁴² ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 129v.º, 137v.º.

⁸⁴³ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 214; l.º 6, fls. 14, 40, 41, 55v.º, 82v.º, 112v.º, 224.

⁸⁴⁴ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 202v.º, 207, 214; l.º 6, fls. 18, 40, 42v.º, 50, 112v.º, 118v.º.

⁸⁴⁵ ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 16v.º; l.º 6, fl. 23v.º.

⁸⁴⁶ ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3v.º, 5, 7v.º, 8v.º, 11v.º, 13v.º, 16, 19v.º, 203, 207; l.º 6, fls. 60, 63v.º, 81, 111v.º, 127, 137v.º.

⁸⁴⁷ ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 2 (1772), 12 (1774).

⁸⁴⁸ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 76; l.º 2, fls. 14v.º, 49, 51, 55v.º, 60v.º, 70; l.º 3, fl. 11.

⁸⁴⁹ ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 68; l.º 2, fl. 20; l.º 3, fls. 23v.º, 40.

⁸⁵⁰ ANTT, CSSC, l.º 4, fls. 27 (1764-1765), 38v.º (1771-1772).

\$200 (1792 e 1793) e a \$500 réis (1792)⁸⁵¹; Ofício de um Noturno a \$400 (1792-1798), \$600 (1798-1813) e \$800 réis (1813)⁸⁵²; Ofício de Corpo Presente sem missa a \$300 réis e com missa a \$400 réis (1793)⁸⁵³; Ofício e laudes cantadas e missa a \$850 réis (1808)⁸⁵⁴; Noturno com missa a \$600 réis (1798)⁸⁵⁵.

Quanto aos Ofícios Gerais, no convento do Funchal, em novembro realizavam-se os ofícios aniversários ou gerais da Ordem Terceira (10\$200 réis), da Santa Casa da Misericórdia do Funchal (8\$000-8\$600 réis) e do convento de Santa Clara (3\$000 réis em 1809 e depois 6\$400-7\$000 réis)⁸⁵⁶. Realizavam-se ainda o Ofício Geral pelos irmãos defuntos das confrarias das Almas e de Santa Ana e de S. Simão Judas, a 2\$000 réis cada um⁸⁵⁷ e o Ofício de benfeitores (1821 e 1823)⁸⁵⁸. 2\$000 réis era o valor cobrado no hospício da Ribeira Brava e nos conventos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos pelos ofícios cantados pelos irmãos das confrarias de Santa Ana e da Ordem Terceira⁸⁵⁹, enquanto no da Calheta o Ofício Geral dos Irmãos da Ordem Terceira, no Oitavário dos Santos, importava em 1\$000 réis até 1754 depois 1\$200 réis⁸⁶⁰.

Um elemento importante na cerimónia fúnebre era a vestimenta que envolvia o corpo do defunto. Embora a maior parte dos defuntos fossem envoltos numa mortalha de linho, outra parte significativa optava por ser envolta em túnicas ou em hábitos de S. Francisco, adquiridos aos conventos franciscanos. Cada convento, como acontecia com a área geográfica consignada nos peditórios, tinha a mesma área para a venda de hábitos e quando faltavam eram comercializados por outro convento.

⁸⁵¹ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 1, 15v.º.

⁸⁵² ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 1v.º, 4; l.º 2, fl. 171v.º; l.º 3, fls. 43v.º, 46v.º, 82.

⁸⁵³ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 8v.º, 15v.º.

⁸⁵⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 155v.º.

⁸⁵⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 4.

⁸⁵⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8; l.º 6, fls. 7v.º, 42, 78, 93v.º, 108v.º, 122, 137v.º, 151v.º, 165.

⁸⁵⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5; l.º 6, fls. 1v.º, 6, 54, 58v.º.

⁸⁵⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 96, 127.

⁸⁵⁹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 13, 14v.º; l.º 2, fl. 43v.º; l.º 3, fls. 12, 28; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 5, 11, 17v.º, 24v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16, 43v.º; l.º 2, fls. 20, 31, 112v.º; l.º 4, fl. 90.

⁸⁶⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 2, 4, 5, 6v.º, 9, 11, 13, 34v.º. No hospício da Ribeira Brava registam a assistência de quatro religiosos no ofício dos finados por 1\$200 réis, em 1744 (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 82). Na Ribeira Brava cada frade recebia \$150 réis pelos noturnos pelos irmãos defuntos (ANTT, *CNSPRB*, l.º 4, fl. 8) e no convento de Câmara de Lobos, \$600 réis pelos noturnos pelos irmãos defuntos das confrarias. Em Câmara de Lobos era recitado o ofício pelos irmãos da confraria do Senhor Jesus (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 31, 171v.º). Na Ribeira Brava os frades recebiam \$300 réis (1798) e \$400 réis pelo «Ofício das Almas» na Tabua e \$400 réis (1795), \$500 réis (1797-1798) ou \$700 réis (1803) pelo «Ofício Geral das Almas» na igreja colegiada da Ribeira Brava (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 14v.º, 41v.º, 54, 69; l.º 3, fls. 7v.º, 28). Os frades de Câmara de Lobos por um «Ofício de Finados» na igreja de S. Sebastião recebiam, cada um, \$600 réis (1798-1799), 1\$000 réis (1807) ou 1\$200 réis (1821) (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 10v.º, 152; l.º 4, fl. 73v.º).

O hospício da Ribeira Brava vendia hábitos para os Canhas, Ponta do Sol e Campanário «por os não haverem lá da Goardaria respectiva» – a de Câmara de Lobos⁸⁶¹, ou como ocorreu com António Gomes, do Lugar de Baixo, que «por morrer de repente e não dar lugar de se hir a S. Bernardino»⁸⁶². Em novembro de 1798, o convento de Câmara de Lobos vendeu um hábito de saial para a freguesia de S. Vicente «por não haver na Ribeira Brava»⁸⁶³, o que aconteceu, em março de 1810, com o convento do Funchal que vendeu um hábito de saial para S. Vicente «por não haver no seu distrito»⁸⁶⁴.

Os conventos encarregavam-se da confeção das mortalhas. O convento de Câmara de Lobos, em 1798, pagou \$400 réis a «quem talhou e coseu» cinco mortalhas de saial e uma de túnica e no ano seguinte \$100 réis a «quem talhou e coseu duas mortalhas»⁸⁶⁵. No convento do Funchal é comum serem feitas pelo «irmão Alexandre», entre maio de 1810 e dezembro de 1824, que talhava e cosia os hábitos dos defuntos, como em junho de 1821 recebeu 9\$000 réis relativos ao «talhar hábitos e fazer cordões para todos os 3 anos»⁸⁶⁶. No convento de Câmara de Lobos, em abril de 1793, Caetano, alfaiate, do Lugar, recebeu \$350 réis «por coser mortalhas de burel e linhas»⁸⁶⁷. No convento de S. Francisco, por vezes, os defuntos recebiam um cordão benzido, em vez de um hábito, no valor 6\$000 réis⁸⁶⁸.

Na confeção dos hábitos e mortalhas é comum a aquisição de linhas pretas, sendo registado duas vezes, no convento de Câmara de Lobos, a compra de linhas brancas usadas na dita confeção⁸⁶⁹.

O hospício da Ribeira Brava, entre 1739 e 1742, pagava o burel a 80 réis à vara; o convento da Calheta, em 1750, pagou 3\$360 réis por 42 varas e, em 1781, devia a Maria da Piedade 5\$400 réis pelo burel que tinha vendido; e o de Câmara de Lobos em 1792-1793 pagava o burel «para mortalhas» a \$100 réis à vara⁸⁷⁰. Nos tecidos para

⁸⁶¹ ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 70 (dezembro de 1799); l.º 3, fls. 14v.º (agosto de 1802), 20v.º (janeiro de 1803), 22v.º (abril de 1803), 25v.º (agosto de 1803), 28 (novembro de 1803), 36v.º (agosto de 1804).

⁸⁶² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 14v.º.

⁸⁶³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 10v.º.

⁸⁶⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 16v.º (março de 1810).

⁸⁶⁵ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 53, 58v.º.

⁸⁶⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 19, 27v.º; l.º 6, fls. 4v.º, 104v.º, 155v.º.

⁸⁶⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º.

⁸⁶⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 197; l.º 6, fls. 14, 23v.º, 26, 55v.º, 66, 71v.º (1814-1819). No convento do Funchal registam a bênção de um hábito (3\$000 réis) ou de uma mortalha (2\$400 réis) (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 82v.º, 186v.º, 199, 202, 204v.º).

⁸⁶⁹ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 5v.º (agosto de 1798), 115v.º (julho de 1805).

⁸⁷⁰ ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5, 58v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 29, 42v.º, 49, 53; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 5, 8v.º, 12v.º.

mortalhas é comum a compra de baeta⁸⁷¹ preta, entre \$250 e \$550 réis ao côvado (1801-1813)⁸⁷² e «fazenda preta»⁸⁷³, no convento de Câmara de Lobos, comprada em 1807 a Fernando da Cantuária e em 1808 a José de Lanove⁸⁷⁴. Em relação às quantidades, o convento do Funchal, adquiriu «fazenda para mortalhas»: 110 côvados, em outubro de 1810, e 103 côvados, em maio de 1812, respetivamente por 55\$000 réis e 49\$440 réis; e em outubro de 1815, dez peças de baeta «mandada[s] vir de Londres [...] para mortalhas» por 371\$700 réis⁸⁷⁵. Aquando desta última compra adquiriram 116 côvados de crepe para as mortalhas (85 côvados a \$280 réis e 31 a \$250 réis)⁸⁷⁶.

Os hábitos mais baratos eram os de burel, «um pano grosseiro de lã, geralmente pardo, castanho ou preto, usado pelos frades»⁸⁷⁷, comercializados entre os 2\$600 réis e os 3\$000 réis, entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. A par dos hábitos de burel vendiam os hábitos de picote⁸⁷⁸ e de seriguilha⁸⁷⁹, sendo materiais diferentes, pois, ao longo do mesmo ano surgem as três designações⁸⁸⁰. Na segunda metade do século XVIII, os franciscanos adquiriam os hábitos de saial a 3\$500 réis, para os venderem a 6\$000 réis, e os de burel a \$500 réis (raramente a 1\$000 réis) sendo vendidos entre 2\$500 e 2\$600 réis cada um.

A venda dos hábitos constituía uma importante fonte de receita para as comunidades franciscanas. No convento da Calheta, no qual chegou à atualidade um registo regular de inventários com as quantidades de hábitos vendidos, verifica-se a venda dos hábitos de saial e de burel, respetivamente, 21 e 25 (1750); 22 e 20 (1751); 25 e 35 (1753); 13 e 25 (1755); 150 e 221 (1755-1767); 47 e 131 (1771); 54 e 178 (1772);

⁸⁷¹ Baeta é um «tecido de lã, grosseiro e felpudo. Tecido grosso de algodão» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 139).

⁸⁷² ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 92; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99; l.º 2, fl. 111v.º (maio de 1805); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4v.º, 6, 80v.º, 182; l.º 6, fl. 241.

⁸⁷³ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 49 (março de 1801); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 46 (setembro de 1811).

⁸⁷⁴ ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 151v.º, 156.

⁸⁷⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 6, 26v.º, 60v.º.

⁸⁷⁶ O crepe era aplicado nas mortalhas: setembro 1813 – 92 côvados a \$300 réis; maio 1814 – 50 côvados a \$400 réis; outubro 1814 – 60 côvados a \$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 188v.º, 203v.º, 211v.º)

⁸⁷⁷ COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 141.

⁸⁷⁸ Em 1743, um hábito de picote era vendido por 2\$500 réis, ao mesmo preço de um de burel (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 62).

⁸⁷⁹ Picote é também «um pano grosseiro», um «tecido de lã de ovelha, usado para vestimentas de pobres e religiosos». Seriguilha ou sirguilha é um «pano grosso, de lã. / Pano produzido com alguma seda» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», pp. 154, 157).

⁸⁸⁰ LADEIRA, 2019, *Arco da Calheta* [...], pp. 80-81.

41 e 82 (1777); 72 e 100 (1781)⁸⁸¹. Os de burel eram os mais vendidos, pois os de saial face ao seu valor mais elevado eram adquiridos pelas pessoas mais abastadas.

As túnicas eram comercializadas a 3\$000 réis, na primeira metade do século XVIII, e a 4\$000 réis, no último quartel do mesmo século e no primeiro quartel do século seguinte⁸⁸². Em casos excepcionais eram comercializadas a um valor inferior. No hospício da Ribeira Brava, em 1800, uma túnica foi comutada a um pobre por 2\$700 réis⁸⁸³, como também acontecia com os hábitos. Em 1792, o convento de Câmara de Lobos vendeu um de burel por 2\$500 réis, sendo abatidos \$500 réis «por ser pobre»⁸⁸⁴.

No convento de Câmara de Lobos é comum, entre 1805 e 1812, a compra de mantos de sarja para a confeção de mortalhas, entre 1\$050 e 1\$800 réis à unidade⁸⁸⁵.

Fr. Veríssimo dos Mártires, nas orientações para cerimónias fúnebres, de 1780, refere que «na hora competente se dará sinal no Sino grande, para que se ajunte a Comunidade na Sacristia, donde com o Prelado paramentado irão processionalmente ao lugar, onde está o corpo defunto». Em casa do defunto

«Depois da Oração, que dirá o Celebrante se dobrão os Sinos, até que o corpo esteja na Igreja, (e no tempo, em que se cantarem as Vesperas, estando o corpo presente) e ao cantarem-se os Salmos dos Nocturnos, fazendo-se intervalos no tempo das Lições. E enquanto se cantão as Laudes, se for de manhã, se tocará o Sino à Missa; e só no fim della se tornará a tocar, enquanto se diz o Responso, e se faz o Officio da cova»⁸⁸⁶.

Na Madeira, o serviço dos sinais do sino era pago, ainda que alguns toques seriam gratuitos de modo a sinalizar à população o falecimento de alguém. Na Madeira apenas se registam os sinais dos sinos nos conventos de Câmara de Lobos

⁸⁸¹ ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 5v.º, 8v.º, 9, 14v.º, 19v.º, 27, 35, 45v.º, 54v.º.

⁸⁸² ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 2; l.º 2, fl. 7; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 2v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 70, 212v.º, 227v.º; l.º 6, fls. 118v.º, 130, 167. A 26 de março de 1806 faleceu o P.º Bento José de Almada Cardoso, da igreja colegiada da Ribeira Brava, tendo sido adquirida uma túnica ao hospício, no valor de 4\$000 réis, sendo sepultado na capela do Senhor Jesus, também designada do Bom Jesus, muito procurada pela população da Ribeira Brava para as sepulturas, sobretudo entre finais do século XVI (fundada em 1581) e o século XVIII. O seu enterro foi acompanhado por dois religiosos do hospício, a \$300 réis cada um, e com um ofício de corpo presente a \$600 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 57; ABM, RP, Ribeira Brava, Óbitos, l.º 9, fls. 171v.º-173v.º).

⁸⁸³ ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 88.

⁸⁸⁴ ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 5v.º.

⁸⁸⁵ ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 122, 150, 154v.º; l.º 3, fl. 16. Sarja é um tecido entrançado de lã, seda ou algodão, com uma técnica «caracterizada pelos efeitos oblíquos obtidos pela deslocação de um fio para a direita ou para a esquerda, em todos os cruzamentos de passagem de trama» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 156). Face aos materiais habituais usados nas mortalhas é de supor que estes mantos de sarja fossem de lã.

⁸⁸⁶ MARTYRES, 1780, *Director fúnebre* [...], pp. 80-82.

e do Funchal, em enterros de pessoas abastadas, custando, respetivamente, um sinal a 1\$200 réis⁸⁸⁷ e a 2\$000-3\$000 réis. No do Funchal em dois enterros, um teve dez sinais no de Rosa Maria, tia de José Maria Bernes, e 14 no do tenente-coronel Francisco Manuel da Boaventura⁸⁸⁸. No acompanhamento do cônego Alexandre de Barros, em 1813, foi realizado um «sinal enquanto durou o enterro»⁸⁸⁹. Quando pedidos, eram, geralmente em número de um, cinco ou seis sinais.

O convento do Funchal alugava diversos equipamentos para o ritual fúnebre consoante a solicitação do defunto, deixada em testamento, ou por vontade dos familiares: «alcatifa e coxim» por \$400 réis⁸⁹⁰ ou apenas alcatifa por \$400 réis, \$300 réis ou \$200 réis⁸⁹¹; véu por \$600 réis⁸⁹²; ló por 1\$200 réis⁸⁹³; pano de estante por 1\$500 réis ou \$600 réis⁸⁹⁴; pano de cruz à missa por 1\$200 réis, \$800 réis e 2\$400 réis⁸⁹⁵; estrado por \$800 réis⁸⁹⁶; e tocheiras, geralmente quatro e seis ao custo unitário de \$200, \$300 ou \$400 réis⁸⁹⁷. O guardião se não apresentasse as contas das esmolas dos panos das estantes e sepulturas, ficaria «com pena de suspensão do seu ofício por dois meses»⁸⁹⁸.

Como referido, a presença dos franciscanos tinha por principal objetivo contribuir para o bem espiritual da população, visível através das orações, missas e cerimónias festivas e fúnebres. Face aos estatutos, os franciscanos da Ordem dos Frades Menores não podiam ter bens de raiz e viviam de esmolas; no entanto, precisavam de arrecadar dinheiro para a manutenção dos espaços cultuais e não cultuais e para o nutrimento do corpo e assim poderem desenvolver a sua missão. Na continuidade deste artigo, os aspetos materiais do quotidiano da comunidade franciscana masculina, na Madeira, serão desenvolvidos no próximo número desta revista.

⁸⁸⁷ ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 74v.º, 82, 83, 108, 110.

⁸⁸⁸ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 59v.º, 188; l.º 6, fls. 35v.º, 40v.º, 202.

⁸⁸⁹ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 73.

⁸⁹⁰ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 183, 184, 224; l.º 6, fls. 19v.º, 20v.º.

⁸⁹¹ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 34, 50, 58v.º, 115, 135, 218v.º.

⁸⁹² ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 183; l.º 6, fls. 32, 58v.º, 140.

⁸⁹³ ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 18, 24v.º, 66.

⁸⁹⁴ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1v.º, 4, 15, 32; l.º 6, fl. 24v.º.

⁸⁹⁵ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1v.º, 4, 15, 32; l.º 6, fls. 24v.º, 104, 112v.º, 118v.º, 121, 151v.º, 168, 197.

⁸⁹⁶ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1v.º, 4, 32, l.º 6, fls. 24v.º, 171v.º.

⁸⁹⁷ ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 183, 188, 203, 204v.º, 209v.º; l.º 6, fls. 6v.º, 14, 112v.º, 128v.º. No enterro do tenente-coronel da Boaventura usaram dez tocheiras e no de Valentim Pedro, oito tocheiras (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 50, 58v.º (1818)).

⁸⁹⁸ ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 1.

Fontes Consultadas

Fontes Manuscritas

ABM, CON, l.º 25, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, Porto da Cruz, Receita e Despesa e autos de aprovação das contas pela mesa, 1817-1887.

ABM, CON, l.º 76, Confraria do SS., igreja de S. Bento, Ribeira Brava, Tombo dos títulos dos bens e da receita e despesa, 1696-1816.

ABM, CON, l.º 77, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª da Luz, Ponta do Sol, Receita e Despesa, termos de eleições, quitações de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1705-1748.

ABM, GC, l.º 227, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, igreja de S. Pedro, Funchal, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845.

ABM, GC, l.º 734, Passageiros (saída e entradas de), 1820-1822.

ABM, *Index Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda, acrescentado com algumas noticias, e succesos da Ilha da Madeira, desde o anno de 1419 do seu descobrimento, ate o de 1775 da extinção da mesma Provedoria.*

ABM, Instrumento Descritivo n.º 31, Família Bettencourt Mimoso.

ABM, JRPC/CON, cx. 5, proc. 323, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª do Monte, Monte, Funchal, 1815.

ABM, JRPC/CON, cx. 14, proc. 1068, Confraria de Santa Quitéria, igreja de Santa Quitéria, Boaventura, 1805-1807.

ABM, JRPC/CON, cx. 3, proc. 208, Confraria do SS., igreja de S. Sebastião, Câmara de Lobos, 1790-1796.

ABM, JRPC/CON, cx. 7, proc. 497, Confrarias diversas, igreja de Santo António, Santo António, Funchal.

ABM, JRPC/CON, cx. 7, proc. 514, Confraria do SS., igreja de Santo António, Santo António, Funchal.

ABM, JRPC/CON, cx. 9, proc. 701, Confraria do SS., igreja de Santa Ana, Santana, 1815-1816.

ABM, JRPC/CON, cx. 10, proc. 726, Confraria de N.ª Sr.ª da Conceição, igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, Porto Moniz, 1800-1805.

ABM, JRPC/CON, cx. 11, proc. 897, Confraria do Senhor Jesus e Almas, igreja de S. Brás, Campanário, 1798-1802.

ABM, JRPC/CON, cx. 13, proc. 1049, Confraria das Almas, igreja de S. Salvador, Santa Cruz, 1811.

- ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1057, Confraria de S. Pedro, capela de S. Pedro, Santa Cruz, 1790-1799.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1104, Devoção de Santo António, igreja do Senhor Bom Jesus, Ponta Delgada, 1806-1809.
- ABM, *RBJ*, l.º 21, Receita e Despesa, 1743-1775.
- ABM, *RBJ*, l.º 22, Receita e Despesa, 1745-1766.
- ABM, *RBJ*, l.º 23, Receita e Despesa, 1777-1799.
- ABM, *RBJ*, l.º 24, Receita e Despesa, 1817-1822.
- ABM, *RBJ*, l.º 25, Receita e Despesa, 1819-1841.
- ABM, *RP*, Arco da Calheta, Óbitos, l.º 3 (1727-1743).
- ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, l.ºs 4 (1751-1797) e 6 (1823-1839).
- ABM, *RP*, Estreito de Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 6 (1807-1822).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Casamentos, l.º 6 (1763-1791).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Óbitos, l.ºs 2 (1665-1703), 4 (1703-1730) e 6 (1744-1761).
- ABM, *RP*, Ribeira Brava, Óbitos, l.ºs 3 (1623-1651), 4 (1679-1712), 5 (1712-1730), 6 (1730-1755), 7 (1755-1795) e 9 (1799-1806).
- ABM, *RP*, S. Pedro, Casamentos, l.ºs 7 (1760-1789), 9 (1793-1798) e 12 (1809-1819).
- ABM, *RP*, S. Pedro, Óbitos, l.ºs 15 (1814-1819), 16 (1819-1825) e 17 (1825-1833).
- ABM, *RP*, Santo António, Casamentos, l.ºs 4 (1769-1804) e 5 (1804-1823).
- ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.ºs 7 (1584-1601), 12 (1732-1748), 14 (1758-1764), 15 (1764-1773), 16 (1773-1791), 17 (1791-1807), 18 (1807-1822) e 19 (1822-1838).
- ANGELUS, Michael, 1650, *Chronologia Historico-Legalís Seraphici Ordinis Fratrum Minorum Sancti Patris Francisci*, Tomo 1, Napolis, Typographia Camilli Cavalli, disponível em <https://purl.pt/16754/1/index.html#/1/html>, acedido a 2020.06.16.
- ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314.
- ANTT, *Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal*, l.º 973.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, Receita e despesa, 1736-1745.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, Receita e despesa, 1794-1801.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, Receita e despesa, 1801-1809.
- ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, Receita e despesa, 1772-1776.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 1, Receita e despesa, 1792-1798.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 2, Receita e despesa, 1798-1810.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 3, Receita e despesa, 1810-1817.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 4, Receita e despesa, 1817-1825.
- ANTT, *CSCF*, l.º 27, Actas e eleições do convento, 1733-1886.
- ANTT, *CSCF*, l.º 61, Receita e Despesa, 1814-1817.

- ANTT, CSCF, l.º 66, Receita e Despesa, 1808-1811.
ANTT, CSFF, l.º 1, Registo de patentes, 1732-1780.
ANTT, CSFF, l.º 5, Receita e despesa, 1809-1815.
ANTT, CSFF, l.º 6, Receita e despesa, 1815-1832.
ANTT, CSSC, l.º 1, Registo de Patentes, 1753-1811.
ANTT, CSSC, l.º 2, Inventários, 1750-1782.
ANTT, CSSC, l.º 4, Receita e despesa da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, 1741-1811.
Arquivo Histórico Militar, *Divisões*, Governo de D. Miguel (1828-1834), cx. 065, 08 – Ofício do coronel José da Rosa e Sousa, do Regimento de Caçadores da Beira Alta, para o marquês de Tancos remetendo mapa da força do Regimento no dia em que embarcou a bordo da charrua *Princesa Real*, com destino à Ilha da Madeira, disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=196810&detailsType=Description>, acessado a 2022.02.18.

Fontes Impressas

- An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese original. To which is added, An Account of the present State of the Island in a letter to a friend*, 1750, Londres, Printed for J. Payne and J. Bouquet, in Pater Noster Row.
- AZURARA, Gomes Eannes de, 1841 [1453], *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud.
- BLUTEAU, D. Raphael, 1712-1728, *Vocabulario Portuguez e Latino*, 8 vols. (1712, vol. A; 1712, vol. B-CZA; 1713, vol. D-EYC; 1713, vol. F-IZO; 1716, vol. K-NYS; 1720, vol. O-PYT; 1720, vol. Q-SYS; 1721, vol. T-Z;) e 2 suplementos (1722, 1.ª parte, vol. A-LYS; 1728, 2.ª parte, vol. M-Z), Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1656, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: primeira parte, que contem seu principio e augmentos no seu estado primeiro de custodia*, Lisboa, Officina Craesbeeekiana.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1666, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: segunda parte*, Lisboa, Officina de António Craesbeeck de Mello.

- FRANCO, José Eduardo (coord.), 2011, *Arquivo Secreto do Vaticano – Expansão Portuguesa – Documentação, Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, Lisboa, Esfera do Caos Editores.
- FRANÇA, Isabella de, 1970 [1853-1854], *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 3.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2007 [c. 1590], *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI, Funchal, Funchal 500 Anos.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1989 [c. 1579], *Descobrimto da Ilha da Madeira*, Lisboa, Lisboa, Publicações Alfa.
- LEITE, Jerónimo Dias, 2016 [c. 1579], *Descobrimto da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha. Tratado feito por Jerónimo Dias Leite, Cónego da Sé do Funchal*, Funchal, Imprensa Académica.
- MARTYRES, Verissimo dos, 1780, *Director funebre reformado para se officiar, e administrar com perfeição o sacrosanto viatico, extrema-unção aos enfermos, enterro, officio de defuntos, procissão das almas, e outras funções pertencentes aos mortos*, Lisboa, Regia Officina Typografica.
- MENESES, Servulo Drumond de, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 2.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atântico.
- SOLEDADE, Fernando da, 1709, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 4, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves.
- SOLEDADE, Fernando da, 1721, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 5, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram.
- SOUSA, Dom David de, 1960, *Decreto sobre a Actualização das Paróquias*, Funchal, Tipografia do «Jornal da Madeira».

Periódicos

- BEIRA, João da, 1920.03.07, «No Funchal Antigo – A procissão do Senhor dos Passos – Um punhado de lembranças», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- CÂMARA, Jaime, 1931.03.08, «Crónica de Março – A Procissão dos Passos», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1921.02.27, «“In illo tempore”... A procissão dos Passos no Funchal – Um punhado de lembranças», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Imagens», 1894.02.28, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- «Procissão», 1892.03.27, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.

Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, Fortunato de, 1967, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora.
- CARITA, Rui, 1989, *História da Madeira (1420-1566) – Povoamento e Produção Açucareira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 1992, *História da Madeira (1600-1700) – As Dinastias Habsburgo e Bragança*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- CARNEIRO, Miguel, et al., 2019, *Ictiofauna de Portugal: Diversidade taxonómica, nomes comuns e nomes científicos dos peixes marinhos*, vol. I, Lisboa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., pp. 29-30, disponível em <https://www.ipma.pt/resources/www/docs/publicacoes.site/Ictiofauna-de-Portugal-VOL1.pdf>, acedido a 2020.09.15.
- CASTRO, José de, 1944, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica.
- CLODE, Luiza; PEREIRA, Fernando António Baptista, 1997, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamenga*, Lisboa, Edicarte.
- CORRÊA, Jacome, 1927, *Ilha da Madeira – Impressões e notas arqueológicas, ruraes, artísticas e sociaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

- COSTA, Bruno Abreu da, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVIII)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História, Coimbra, Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35996/1/O%20Estado%20Eclesiastico%20na%20Madeira.pdf>, acessado a 2020.09.15.09.
- COSTA, José Pereira, 1987, «Dominicanos bispos do Funchal e de Angra (na esteira de Frei Luís de Sousa)», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, vol. III/3, Arquivo Histórico Dominicano Português, Braga.
- COSTA, Manuela Pinto da, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», in *Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, pp. 137-161.
- FERREIRA, Juvenal Pita, 1955, «Notas para a História da Freguesia de Santa Cruz», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.ºs 19 e 20, pp. 46-57.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1959, *O Arquipélago da Madeira – Terra do Senhor Infante*, Funchal, Tipografia da Casa Figueira.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1963, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FONTOURA, Otilia, 2000, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2006, «As capelas da freguesia de Câmara de Lobos: do seu registo no Livro do Tombo de 1729 ao seu estado na atualidade», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 5-20.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2007, «Contributo para uma transcrição integral do Livro do Tombo da Igreja de Câmara de Lobos (1729)», in *Girão*, vol. II, n.º 4, pp. 29-39.
- GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega da, 2014, *Dicionário das festas, romarias e devoções da Madeira: para compreender a piedade popular madeirense*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- GARCIA, José Manuel, 2020, «A Madeira e os Seiscentos Anos do Início dos Descobrimientos Portugueses», Lisboa, Academia de Marinha, pp. 281-291.
- GASPAR, José Pedro, 1993, «Projecto de Musealização de uma Tanoaria da Vila de Lagoa», in *Arquipélago. Ciências Sociais*, n.ºs 7-8, pp. 55-80.
- GOMES, Eduarda Maria de Sousa, 1995, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua História: 1660-1777*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GOMES, Filipa Catarina Gouveia, 2008, *Convento de Nossa Senhora da Piedade, Vestígios do Passado*, dissertação de Mestrado em Arte e Património, Funchal, Universidade da Madeira.

- GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, «O Convento de N.ª S.ª da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua história», in *Isleña*, n.º 20, pp. 125-156.
- GUERRA, Jorge Valdemar; VERÍSSIMO, Nelson, 1996, «O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava», in *Isleña* n.º 19, pp. 61-94.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2019, *Arco da Calheta – Património Religioso e Alguns Aspectos do Quotidiano*, Calheta, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Educação, Cultura e Social.
- LADEIRA, Paulo, 2020, «Alguns aspetos alimentares na comunidade franciscana, masculina, na Madeira, nos séculos XVIII e XIX», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 33-49.
- MACHADO, Dinarte; DODERER, Gerhard, 2009, *Órgãos das Igrejas da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MATOS, Danilo; CARITA, Rui (coord.), 2004, *Roteiro histórico-turístico da cidade*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- MENESES, Carlos Azevedo de; SILVA, Fernando Augusto da, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MOREIRA, António Montes, 2000, «Franciscanos», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), 2000, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 273-280.
- NUNES, Naidea, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico – Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira*, Tese de Doutoramento em Linguística Românica, Funchal, Universidade da Madeira.
- PAIVA, José Pedro, «Os bispos do Funchal na Época Moderna (1514-1820)», in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), 2015, *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Lisboa, Esfera do Caos, pp. 347-358.
- PEREIRA, Eduardo Nunes, 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1991, *Estudos sobre a História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PERES, Damião, 1969, «Ceuta cercada: um problema cronológico», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XII, Homenagem ao Doutor Paulo Merêa, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. I, pp. 293-299.
- PERNETA, Paulo, 2021, «A Capela de Clara Esteves», in *Isleña*, n.º 68, pp. 5-36.
- PONTES, Padre [Fernando Augusto de], 1891, *Excursões na Madeira*, Funchal, Tipografia da Verdade.
- RIBEIRO, João Adriano, 1993, *Ponta do Sol – Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol.
- RODRIGUES, Rita, 2006, «A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 21-52.
- RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem*, 2 tomos, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Funchal, Universidade da Madeira.
- RODRIGUES, Rita, 2018, *Capela de Nossa Senhora do Faial*, desdobrável do projeto «Capelas ao Luar», Funchal, Direção Regional da Cultura – Direção de Serviços de Património Cultural.
- RODRIGUES, Rita, 2020, «Entre “asuquar p.^a o Rois doce” e “2 @ de vaca p.^a o picado da Cea da pr.^a 8.^a de Pascua”: a propósito de alguns géneros alimentícios no Convento de Santa Clara do Funchal», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 51-68.
- RODRIGUES, Rita; SOUSA, Francisco Clode de, 2019, *Roteiro: Arquipélago da Madeira – Séculos XV e XVI – A Arte na Rota do Ouro Branco*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- ROWER, Frei Basílio, 1947, *Dicionário Litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos Fiéis*, 3.^a edição, Petrópolis, Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Vozes Limitada.
- SANTOS, Filipe dos, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (Séculos XVII e XVIII)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 251-398.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1929, *Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira – Alguns subsidios para a sua historia*, Funchal, edição do autor.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, Funchal, Tipografia «O Jornal».

- SOUSA, Francisco Clode de (com.), 2014, *Madeira, do Atlântico aos confins da terra – Exposição comemorativa dos 500 Anos da Diocese do Funchal (1514-2014)*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal.
- SOUSA, Francisco Clode de; PINTO, Graça Mendes (coord.), 2009, *Obras de referência dos Museus da Madeira – 500 Anos de História de um Arquipélago*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação – Ministério da Cultura, Madeira, Direcção de Serviços de Museus, Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- TEIXEIRA, Maria Anita, 2008, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- TRINDADE, Ana Cristina, 2011, *O Episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Tese de Doutoramento em Letras – Área de especialização: História Moderna, Funchal, Universidade da Madeira.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2002, *O Convento de São Bernardino: elementos para a sua história*, Câmara de Lobos, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2016, «Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. antezero, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 18-22.
- VIEIRA, Alberto, 2015, «O (Re)descobrimento/ (Re)conhecimento da Madeira. Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões», in *Cadernos de Divulgação do CEHA*, n.º 6, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Webgrafia Consultada

- CARITA, Rui, 2000, *Convento de São Bernardino / Igreja Paroquial de Santa Cecília*, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8046, acedido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2016, *convento de nossa senhora da piedade*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-nossa-senhora-da-piedade>, acedido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2016, *convento de são sebastião da calheta*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/convento-de-sao-sebastiao-da-calheta/>, acedido a 2019.09.23.

- CARITA, Rui, 2016, *conventos*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/conventos/>, acessado a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *hospício da porciúncula da ribeira brava*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/hospicio-da-porciuncula-da-ribeira-brava>, acessado a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são bernardino*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-bernardino>, acessado a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são francisco do funchal*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-francisco-do-funchal>, acessado a 2019.09.23.
- FRANCO, José Eduardo, 2016, *ordens e congregações religiosas*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/ordens-e-congregacoes-religiosas>, acessado a 2019.09.23.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «CAIROS REGO, Capitão António Francisco de», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Jesus Maria José», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Encarnação», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Nazaré», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Santo António no Estreito de Câmara de Lobos», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessado a 2020.10.28.
- JARDIM, Luís; SANTOS, Sofia, 2003, *Capela de São João, na Levada de São João*, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8396, acessado a 2019.09.23.

- S.A., 2015.02.11, «O que são flores de talco?», in *ABC de Córdoba*, disponível em <https://sevilla.abc.es/andalucia/cordoba/semanasanta/20150211/sevi-flores-talco-origen-201502102013.html>, acedido a 2021.09.15.
- S.A., 2016.08.12, «Flores de talco para Soledad de Maria», in *Irmandade Vera+Cruz (Moguer)*, disponível em <https://veracruzmoguer.jimdofree.com/2016/08/12/flores-de-talco-para-la-soledad-de-mar%C3%ADa/>, acedido a 2021.09.15.
- S.A., *Lista dos ministros gerais franciscanos*, disponível em https://pt.frwiki.wiki/wiki/Liste_des_ministres_g%C3%A9n%C3%A9raux_des_franciscains, acedido a 2020.09.15.